

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA
E
HISTÓRIA

8.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME IX



LISBOA  MCMLXII

REVISTA DE ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

Arqueologia e História

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

1.ª SÉRIE

Arquivo de Architectura Civil — Jornal dos Architectos Portuguezes e Archeologos, 10 fascículos (1865)*.

2.ª SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes I (1876)*, II (1880)*, III (1882)*, IV (1886)*, V (1888)* e VI (1890)*.

3.ª SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volume VII (1893)* e VIII (1900)*.

4.ª SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes IX (1901), X (1904) e XI (1907).

5.ª SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes XII (1910) e XIII (1913)*.

6.ª SÉRIE

Arqueologia e História, volumes I (1922)*, II (1923)*, III (1924), IV (1925), V (1926), VI (1928), VII (1929), VIII (1930), IX (1930) e X (1932).

7.ª SÉRIE

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, volumes I (1934)*, II (1936)*, III (1937)*, IV (1938), V (1941), VI (1942) e VII (1943).

8.ª SÉRIE

Arqueologia e História, volumes I (1945)*, II (1946), III (1947), IV (1947), V (1951), VI (1955), VII (1956), VIII (1958), IX (1962) e X (1961).

Os volumes marcados com * estão esgotados.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

8.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME IX



LISBOA  MCMLXII

BIBLIOTHECA
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUESES
Edifício Histórico do Carmo

Publicação subsidiada
pelo
Instituto de Alta Cultura

TÁBUA DAS MATÉRIAS

	PÁGS.
Alguns Problemas Arqueológicos da Região de Sesimbra — <i>Eduardo da Cunha Serrão</i>	11
Setúbal sob o Domínio Filipino — <i>José Timóteo Montalvão Machado</i> ...	43
M. Vieira Natividade e as Raízes de Alcobaça — <i>Afonso do Paço</i>	73
Animais Domésticos da Costa Atlântica — <i>Rui de Andrade</i>	95
Ourique até Quinhentos — Pequenas Achegas — <i>António Meireles do Souto</i>	101
Como Surgiu em Portugal a Primeira Sociedade de Arqueologia — <i>José Timóteo Montalvão Machado</i>	117
Uma Oração dos Judeus Portugueses de Bordéus no Século XVIII — <i>Jean Ollivier †</i>	147
Ação Dinâmica e Científica do Eng.º Couvreur na Comissão de Numismática — <i>Ismael Joaquim Spinola</i>	153
A Obra e o Exemplo do Distinto Engenheiro e Arqueólogo Raúl da Costa Couvreur — <i>Gabriel Rocha Souto</i>	163
O Contador-mor João de Teive e o seu Curioso Testamento — <i>Rogério de Figueiroa Rego</i>	189

ALGUNS PROBLEMAS ARQUEOLÓGICOS
DA
REGIÃO DE SESIMBRA

pelo
sócio efectivo
Eduardo da Cunha Serrão

ALGUNS PROBLEMAS ARQUEOLÓGICOS
DA
REGIÃO DE SESIMBRA (*)

PELA primeira vez, eu tenho a honra de me manifestar num acto solene desta Associação de tradições científicas tão notáveis, contando alguns factos que se relacionam com a minha actividade em arqueologia. E é necessário ter coragem para o fazer, quando me lembro de que, em circunstâncias semelhantes, aqui estiveram falando, ou de qualquer outra maneira contribuíram, cada um na sua especialidade, para a obra desta instituição, Alexandre Herculano, Carlos Ribeiro, Martins Sarmiento, Estácio da Veiga, Júlio de Castilho, Teixeira de Aragão, Cartailiac, Hübner, Mendes Correia, Joaquim Fontes, nomes que, entre outros, constituem uma galeria de celebridades de que bem se pode orgulhar a «Associação dos Arqueólogos Portugueses».

Mas a arqueologia portuguesa tem de seguir com a matéria prima que há e, assim, V. Ex.^{as} aceitando-me, sujeitam-me a prova de selecção equiparável àquelas de que saíram aprovados, com distinção, os nomes que citei e onde houve muitos que, como me acontecerá, ficaram excluídos, pelo menos da galeria dos notáveis.

Seja como for, cumpro o meu dever de dar o que tenho, e pode acontecer que o que dou, e é independente de quem o dá, valha alguma coisa.

Nem tudo o que vos contarei é inédito pois tenho o hábito de publicar, o mais rapidamente possível, algumas novidades que se me deparem, proce-

(*) Oração inaugural do ano associativo, proferida em sessão extraordinária de 20 de Outubro de 1960.

dimento que pode pecar pela precocidade dos juízos que dessas novidades faça. Mas nem todos, V. Ex.^{as}, leram as minhas publicações ou me ouviram e por isso, exponho, num apanhado de esquema e forma diferentes, aquilo que interessa à «Associação dos Arqueólogos Portugueses».

O recente achado e a exploração parcial, de algumas grutas e outras estações arqueológicas do concelho de Sesimbra, levantaram problemas de tal maneira interessantes, que, ao evocá-los, saímos algumas vezes do simples âmbito da pré-história de uma região, que até há poucos anos, e relativamente a certas épocas, oferecia documentação quase nula.

Pela leitura de uma nota que redigi em 25 de Fevereiro de 1958 ⁽¹⁾ poder-se-á avaliar o que até 1956 se conhecia sobre o paleolítico da região em causa (Fig. 1) e que resultava de algumas investigações efectuadas por Carlos Ribeiro ⁽²⁾, Henri Breuil e Georges Zbyszewski ⁽³⁾ e como as novas estações (Fig. 1) encontradas a partir de então — umas ocasionalmente: cemitérios do Casalão e do Calhariz; grutas A e B do Forte do Cavallo; outras:

(1) Eduardo da Cunha Serrão, *Investigações Arqueológicas na Região de Sesimbra — Resultado das Campanhas realizadas pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular* — No vol. XVII dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 1959.

(2) Carlos Ribeiro, *Descrição dos terrenos quaternários nas bacias do Tejo e do Sado*.

(3) L'Abbé H. Breuil et Georges Zbyszewski, *Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage*. Vol. II, tomo XXVI das «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», Lisboa, 1945. As principais jazidas — alguns materiais foram encontrados *in situ* em restos de praias elevadas do quaternário — são principalmente: Forte da Baralha, Praia dos Lagosteiros, Areia do Mastro, Casal do Mocinho, Pedra Negra e Foz da Fonte.

Lapas do Fumo e do Bugio, reveladas como estações arqueológicas por mim e por Rafael Monteiro, respectivamente — pela primeira vez assinalaram no concelho concretos e importantes vestígios de culturas atribuíveis ao neo-eneolítico, ao eneolítico, ao bronze pleno, ao ferro e à época lusitano-romana. A região sesimbrense deixava assim de parecer que havia sido um ermo no importante lapso de tempo em que, no nosso território, se deram notáveis movimentos de populações de origens diversas, com caracteres étnicos e culturais fortemente marcados, chocando-se entre si, fixando-se algumas, fenómenos que, como, num estudo de colaboração com E. Prescott, também já tive ocasião de acentuar ⁽⁴⁾, terão esboçado em muitos aspectos a individualidade portuguesa só concretizada em estado, mas de maneira original e perdurável, no século XII.

Farei o possível por não repetir agora o que, sobre os elementos fornecidos pelas estações que referi, consta já de alguns estudos publicados. Com a intenção de patentear ao meio arqueológico quaisquer novidades que se me proporcionaram durante as investigações que efectuei na região, na qualidade de colaborador do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular e apoiado moral e materialmente pela Câmara Municipal de Sesimbra e Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra, muitos desses elementos já constam de revistas da especialidade ^(5 e 6), ou foram comunicados em congressos ⁽⁷⁾, ⁽⁸⁾,

(4) Eduardo Prescott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão, *Contribuição para o conhecimento das relações por via marítima, no eneolítico e na proto-história, entre as populações da costa centro-ocidental da Península Ibérica e os povos do Mediterrâneo*.

Comunicação apresentada ao Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, realizado em Lisboa, em Setembro de 1960.

(5) Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Investigações Arqueológicas...* etc.

(6) Eduardo da Cunha Serrão, *Cerâmica Proto-histórica da Lapa do Fumo (Sesimbra), com Ornatos Coloridos e Brunidos*, no n.º 2 (Julio-Diciembre, 1958) da revista «Zephyrus», Salamanca.

(7) Eduardo Prescott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Contribuição para o conhecimento das relações...* etc.

(8) Rafael Monteiro e Eduardo da Cunha Serrão, *Estação Isabel (Necrópole Pré-histórica da Azóia)*. Em publicação nas «Actas» do I Congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa, Dezembro de 1958.

(⁹ e ¹⁰), em sessões da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia Estudos de Etnologia Peninsular (¹²), que era então o Prof. Doutor António Augusto Esteves Mendes Correia.

O que pretendo eu então focar nesta comunicação, se não me quiser repetir? O que poderá nela haver de original? É certo que alguns casos serão agora focados pela primeira vez e que, sobre aqueles que não estão inéditos apresentarei elementos novos, recentes, a seu respeito e que permitem conceitos mais evoluídos. Mas, o que, principalmente, pretendo pôr em evidência, fazer sentir — como se depreenderá até do título a que a subordinei — o que pretendo acentuar, separando os casos problemáticos da ganga de pormenores que noutros estudos os terão ofuscado, é a sua variedade e importância de alguns, o que ainda é mais notório se repararmos em que são poucas as estações que os levantaram, que os trabalhos efectuados em quase todas estão longe de as terem esgotado. Também tais problemas não resultam de achados espectaculosos — monumentos grandiosos ou materiais de grande valor intrínseco, qualidades estas que pouco marcam no aspecto arqueológico puro — mas, ou da originalidade de peças de significação inesperada, ou de discordâncias entre certos conceitos que pareciam assentes e elementos que falam contrariamente. Assim: um punhado de moedas encontradas numa gruta (Fumo) contém as primeiras conhecidas que definem um pormenor histórico sintomático da importância de uma cidade muçulmana por sinal bastante afastada de Sesimbra; Sesimbra diz-nos que Silves cunhou moeda muçul-

(⁹) Eduardo da Cunha Serrão, *Cerâmica com Ornatos a Cores, da Lapa do Fumo (Sesimbra)*. Em publicação nas «Actas» do I Congresso Nacional de Arqueologia.

(¹⁰) Eduardo da Cunha Serrão e Eduardo Prescott Vicente, *Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas — Métodos Empregados* — Em publicação nas «Actas» do I Congresso Nacional de Arqueologia.

(¹¹) Sessões de 9/III/1956, 10/V/1957, 6/III/1958 e 29/V/1959, conforme consta das actas respectivas.

(¹²) Em 15/IV/1956, 8/II/1957 e 22/IV/1957, relatórios estes que o Prof. Dr. Mendes Correia apresentou e comentou em sessões da 2.ª Subsecção da 6.ª Secção da Junta Nacional de Educação e ao Instituto de Alta Cultura.

mana. Em contraste com este achado, a ausência de moedas árabes na Sesimbra medieval, abala, sob o ponto de vista arqueológico, o conceito histórico de que a povoação muçulmana se situava onde hoje está o chamado «Castelo de Sesimbra». A mesma gruta que forneceu as primeiras moedas com muitas probabilidades cunhadas em Silves, patenteia-nos ainda uma cerâmica, pelo estilo decorativo praticamente única na Península, mas desacompanhada de elementos sólidos sobre a sua cronologia e cultura a que possa ser atribuível. Outra gruta (Bugio), achada quase logo de seguida, fornece-nos um número de objectos de culto, expressivos da expansão, até à costa ocidental da Península, de culturas do litoral mediterrânico peninsular, número igual a 2/3 dos artefactos similares até então encontrados em Portugal e que já serviam de fundamento ⁽¹³⁾ à teoria sobre tal expansão. No castelo de Sesimbra, onde só esporadicamente apareceram materiais pré-históricos e, mesmo assim, sem qualquer significado especial, surge o primeiro ídolo português do tipo dos de Almizaraque, caso que reforça o conceito anterior. A gruta do Bugio ainda nos oferece outro objecto de culto que parece revolucionar as interpretações dadas a outros que com ele se aparentam e que são os conhecidos ídolos pinhas, cujo simbolismo real talvez agora se desenhe.

Não me parece que um único destes casos seja problema apenas para o arqueólogo que os enfrenta; estamos sim em presença de matéria inédita que interessa já aos arqueólogos em geral. A região silenciosa, o ermo nos últimos tempos pré e proto-históricos, a falar com bastante expressão por

(13) J. Camarate França e O. da Veiga Ferreira, *Algumas considerações sobre os chamados «Ídolos Almeirienses» da Península de Lisboa*. No vol. XVII, fasc. 1-4 dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 1959, pág. 455.

Na nota 2 deste estudo, faz-se uma referência ao facto de eu ter encontrado «um outro objecto afim» numa gruta da região de Sesimbra. Na realidade, Rafael Monteiro encontrou, na Lapa do Bugio, os restos de dois ídolos do tipo almeriense que comigo estudou. Dizem ainda os autores deste trabalho que, como não examinaram o objecto (um de tais ídolos) referido por mim numa sessão da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, não podem confirmar a minha opinião. Pois trata-se, na realidade, do artefacto de culto conhecido por ídolo do tipo almeriense e encontra-se, junto aos restos de outro — achado posteriormente e muito danificado — no Museu Arqueológico Municipal de Sesimbra.

forma a merecer ser escutada nos meios científicos de nível elevado ⁽¹⁴⁾; a sair do âmbito do que lhe interesse exclusivamente, só porque se fique sabendo que as culturas A, B e C até aí chegaram, mas também a trazer elementos que são novidade para o passado do nosso território e até para o passado da Península Ibérica.

Tive a boa sorte — é assim que me compete falar se, na realidade, trabalho em arqueologia por paixão — de se me terem deparado tais elementos, de me competir a interpretação dos problemas inerentes, ou, no peor dos casos, de me competir promover a sua interpretação. A esta última obrigação nunca me deverei esquivar e, portanto, para suprir incapacidades pessoais de várias ordens, que me levem a ver incógnitas onde estão dados conhecidos, eu conto agora com o auxílio dos pré-historiadores e historiadores ilustres da Associação dos Arqueólogos Portugueses, aos quais exponho, pela primeira vez, os meus problemas e as tentativas de solução que abordei, aliás conto para tal com a contribuição de todos os arqueólogos portugueses e mesmo estrangeiros, competindo-me, desde já agradecer os elementos concretos que sobre as questões arqueológicas sesimbrenses até agora me prestaram, especialmente os Professores Joaquim de Abreu Figanier, J. Maluquer de Motes e J. de Mata Carriazo ⁽¹⁵⁾. E seria ingrato se não evocasse agora alguns dos meus colaboradores mais persistentes — já bastantes vezes e sempre que veio a propósito, o fiz — a quem devo, muitas opiniões e muito trabalho material: Rafael Monteiro, que antes de eu iniciar as minhas investigações na região de Sesimbra já labutava no «Castelo» para lhe arrancar os seus segredos relativos ao passado e que é o achador da extraor-

(14) Por exemplo, o problema relativo à cerâmica da Lapa do Fumo com ornatos esgrafitados, já foi exposto em dois Congressos — I Congresso Nacional de Arqueologia e Congresso Internacional de História dos Descobrimentos — e publicado numa revista espanhola (*Zephyrus*, de Salamanca), tendo merecido a maior atenção da parte de três ilustres professores catedráticos espanhóis: Martín Almagro, J. Maluquer de Motes e J. de Mata Carriazo.

(15) Estes dois ilustres catedráticos espanhóis prestaram-me esclarecimentos do maior interesse sobre o problema da cerâmica da Lapa do Fumo com ornatos coloridos e esgrafitados. Nesta comunicação e no capítulo respectivo, se poderá ver de que maneira.

dinária Lapa do Bugio; ainda Luís de Campos Saldanha, Joaquim Pinto Basto e Marcelo de Sousa, que comigo colaboraram em importantes momentos das escavações nas grutas do Fumo e do Bugio.

AS MOEDAS ÁRABES DA LAPA DO FUMO

Referi que um punhado de moedas encontradas numa gruta — na Lapa do Fumo — disseram que Silves cunhou moeda muçulmana. Assim foi na realidade e, sobre este caso, no aspecto técnico, eu nada posso acrescentar ao que a seu respeito escreveu o Prof. Doutor Joaquim Figanier ⁽¹⁶⁾.

Não deixa, no entanto, de ser curioso contar alguns pormenores relacionados com o achado e, assim, começarei por relatar como encontrei as moedas em questão.

Na segunda prospecção que fiz na gruta, acompanhado pelos espeleólogos José Afonso do Amaral e Gil da Costa e querendo eu obter mais alguns elementos que confirmassem a suspeita que colhera na 1.^a prospecção — Agosto de 1956 — de que servira de necrópole no eneolítico, contra todas as expectativas encontrei, à superfície, uma pequena moeda de prata que logo me pareceu ser árabe e antiga. Ràpidamente consegui apanhar um total de 80 moedas com as mesmas características e mal sabia eu então que, entre elas, havia grandes novidades numismáticas.

Como o arqueólogo não pode ser enciclopédico, eu entre muitas coisas que não sei, uma delas é esta: não conheço a língua árabe e, interessando-me averiguar qual a época aproximada em que a gruta teria sido frequentada por aqueles muçulmanos que lá deixaram as moedas em questão, solicitei do Prof. Doutor Joaquim de Abreu Figanier, o favor de as examinar. Alguns dias depois, o ilustre arabista preparava uma comunicação que apresentou à Academia Portuguesa da História ⁽¹⁶⁾ e por ela se ficou sabendo que, entre as tais moedas, figuravam algumas cunhadas pelos muçulmanos em

⁽¹⁶⁾ Joaquim Figanier, *Moedas árabes do Século XII encontradas no Concelho de Sesimbra*, no vol. 8 da II série dos «Anais» da Academia Portuguesa da História, Lisboa, MCMLVIII.

Silves (Est. I.), ou que citavam tal cidade algarvia, embora tivessem sido cunhadas noutro lugar. Não eram então, conhecidas quaisquer outras moedas árabes em tais condições. Silves muçulmana, uma das maiores cidades do Andaluz, formosa, com belos edificios e fartos mercados, conforme descrições de Ibn al-Atîr, Abulfeda e Edrisî (17), muito lógicamente teria tido uma oficina monetária, parecendo, portanto, que a palavra *Xelb* que se lê nos dez quirates de feição almorávida, significa realmente que foram cunhadas em Silves. E, ainda hoje, são estas — e ainda outras também do «Fumo» que não vem agora a propósito referir — as únicas moedas (as únicas conhecidas, pois haverá possivelmente, por interpretar, uma ou outra, fazendo parte de colecções particulares) cunhadas pelos Muçulmanos no nosso território, que figuram em museu nacional: o Museu Arqueológico Municipal de Sesimbra.

Desde já poderei esclarecer de que se trata de 10 quirates do tempo de Ibn Wazîr, que foi senhor de Beja, Évora e Silves, e de quem há notícias históricas desde 1144 a 1158. Mas há muitos outros pormenores de grande interesse a este respeito que constam do notável estudo do Prof. Figanier. Quanto à minha intervenção no assunto, na qualidade de simples achador ou melhor, apanhador de tais raridades numismáticas, só há que acentuar o aspecto pitoresco de me ter saído este «bilhete premiado» logo ao primeiro achado que fiz de moedas árabes. Na realidade, o papel de achador é apagado, merecendo apenas um ligeiro louvor quando recorre a quem tem competência para interpretar aquilo que lhe apareceu debaixo dos dedos como poderia ter aparecido a outro qualquer.

AUSENCIA DE MOEDAS MUÇULMANAS NO CASTELO DE SESIMBRA

No caso que acabei de narrar havia problema, enquanto não interveio o Prof. Figanier. Depois deixou de constituir problema se assim pudermos

(17) Joaquim Figanier, obra citada: *Moedas Arabes do Século XII... etc.*, pág. 190.

falar passando por cima da prudente frase do ilustre arabista: «Se a moeda foi lida correctamente — e nestas lides de decifração de espécies numismáticas, persiste sempre, e com que percentagem de probabilidades, o risco de um erro de leitura» (18).

Mas para mim desenhou-se logo um outro problema, ao relacionar o simples achado de moedas árabes — independentemente do pormenor histórico que delas se deduzia — com o facto de nunca se ter encontrado uma única moeda árabe no castelo de Sesimbra, na Sesimbra medieval muçulmana, ausência esta, aliás, já anteriormente notada e comentada por Rafael Monteiro e por mim.

Até uma criança raciocinará desta forma simples: as moedas encontradas na Lapa do Fumo devem ter sido lá deixadas por muçulmanos em resultado de qualquer facto, como, por exemplo, (e é esta a hipótese mais tentadora): um ou alguns muçulmanos refugiaram-se na gruta quando da conquista de Sesimbra pelos Portugueses; aí collocaram o seu pecúlio, aliás insignificante, e não puderam voltar a buscá-lo. Ora, se os muçulmanos deixaram moedas na gruta porque haviam fugido de Sesimbra, é porque as teriam trazido de Sesimbra, ou, mais simplesmente e raciocinando ainda um tanto infantilmente para acentuar o anacronismo dos dados arqueológicos: se então corriam moedas árabes nos arredores de Sesimbra, com muito mais probabilidades, tais moedas correriam na Sesimbra muçulmana. Pois parece que não era assim, segundo os dados arqueológicos fornecidos pelos restos da povoação medieval cercada pelas muralhas (Est. II) a que o vulgo chama *Castelo*, onde, como já disse, nunca apareceu uma única moeda árabe. Mas, visto que isso seria absolutamente ilógico, seria ilógico que na Sesimbra muçulmana não corresse moedas muçulmanas, teremos de admitir que, em Sesimbra, os árabes nunca perdiam moedas, ou que a povoação muçulmana não esteve ali, onde todos dizem que estava.

Quem perdia muitas moedas eram os portugueses, pois escavando ou não apareceram já centenas de moedas portuguesas, entre as quais muitas cunha-

(18) Joaquim Finangier, Obra citada, *Moedas árabes do Século XII... etc.*, pág. 190.

das durante a primeira dinastia e desde D. Afonso Henriques, rei que, segundo os documentos históricos, conquistou a povoação aos Mouros. A «Crónica de S.^a Maria da Arrábida» diz-nos que isto se passou em 21 de Fevereiro de 1165. Retomada pelos Mouros em 1191, volta às mãos dos Portugueses em 1200, quando reinava D. Sancho I e, caso curioso, os mouros que reconquistaram Sesimbra, mantêm rigorosamente o louvável costume de não perder qualquer moeda, em contraste com as desleixadas gerações portuguesas seguintes, que voltam a perdê-las, porque as continuamos a encontrar e de diversas épocas seguintes, aqui e ali, com facilidade.

A hipótese mais provável é a de que, ou a Sesimbra mourisca não era ali, no castelo, ou então, de que por estranho acaso, aconteceu não se terem escavado ou revolido ainda as terras no local onde estava a povoação muçulmana que poderia ocupar só parte da superfície murallhada. Mas esta última suspeita parece inaceitável, porque, se as escavações efectuadas por Rafael Monteiro e por mim se limitam a uma área restrita, os recentes restauradores do castelo revolveram e bem, por toda a parte. Muitos exemplares cerâmicos de feição arábica que têm aparecido no castelo, também não dão uma resposta definitiva a esse respeito, pois podem ser contemporâneos das moedas medievais portuguesas e manterem a tradição das formas anteriores mouriscas.

A Arqueologia em contradição com a História, ou com os documentos históricos conhecidos. Um interessante problema de arqueologia histórica por resolver, mas para resolver: as moedas da Lapa do Fumo a marcar objectivamente o que aliás já muito bem se sabia — a região foi ocupada pelos Muçulmanos — mas a localização da sua povoação muçulmana mais importante, a fugir do local onde ninguém duvidava que estivesse — no castelo. Pelo menos para mim o problema é tentador e surgiu tanto contra o que era de esperar, que sinto por ele um atractivo especial e seria um daqueles de Sesimbra, que mais me agradaria resolver. Os senhores historiadores que me auxiliem também, pois pode ser que da interpretação de documentos históricos que desconheço, surja a luz.

*CERÂMICA COM ORNATOS COLORIDOS
E BRUNIDOS DA LAPA DO FUMO*

A Lapa do Fumo, que já havia fornecido as raridades numismáticas referidas, continha ainda elementos que deram origem ao maior problema arqueológico sesimbrense, problema para todos os arqueólogos peninsulares. Desta vez trata-se de cerâmica e estamos no ambiente arqueológico dos limiares da proto-história ou em plena proto-história.

Eu não vou repetir tudo quanto, acerca desta cerâmica, já disse em dois estudos que sobre ela publiquei (¹⁹ e ²⁰). Farei do caso um breve resumo para elucidação imediata de quem não queira, pelo menos de momento, consultá-los.

Encontrei os primeiros fragmentos dentro da gruta e à superfície, na prospecção que aí efectuei em Agosto de 1956 e notei imediatamente que se me tinha deparado um caso arqueológico de grande interesse. Inicialmente julguei que a cerâmica em questão era pintada, mas analisando-a minuciosamente, reconheci que se tratava de uma decoração conseguida por meio de uma espátula que produziu faixas mais ou menos largas e linhas, na superfície exterior dos vasos. O sulco produzido é, por vezes, imperceptível, chegando a parecer que a espátula retirou, por onde passava, uma aguada de cor clara, ficando a descoberto a pasta mais escura que estava por baixo da aguada. Pretendendo obter paralelos, recorri aos museus portugueses, principalmente aos de Lisboa, onde encontrei apenas 2 fragmentos parecidos, no Museu dos Serviços Geológicos, estes provenientes da gruta

(¹⁹) Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Cerâmica Proto-histórica da Lapa do Fumo...* etc.

(²⁰) Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Cerâmica com Ornatos a Cores...* etc.

do Vimeiro onde, segundo me disse o arqueólogo Octávio da Veiga Ferreira, também haviam sido encontrados restos de um capacete céltico de bronze, não sei se associados ou não. Se assim fosse, isto é, se houvesse garantias de associação ⁽²¹⁾ entre as duas peças arqueológicas, a cerâmica ficaria aproximadamente datada. Na incerteza, mas não perdendo de vista a possível relação, recorri a exemplares estrangeiros, não podendo ir mais longe do que recordar que na idade do ferro, certas cerâmicas das culturas de La Tène, (do Marne, Hessen e Baviera), mostram decorações esgrafitadas e também que os ornatos geométricos, (mas estes pintados), das cerâmicas do *hallstatt* de Günlingen, outras Minóicas, outras ainda da Anatólia, e até de Espanha (Teruel) muito se assemelham aos da Lapa do Fumo. Havia, portanto, uma predominância, com alguns desvios menos lógicos, de argumentos favoráveis a uma cronologia não muito arcaica, isto recorrendo a comparações tipológicas... e agora, perguntar-se-á: «e os dados estratigráficos deste material arqueológico?»... «Sim, as suas condições de jazida, a sua posição estratigráfica?». «Não estaria a cerâmica em causa precisamente entalada entre a camada A e a camada B, ambas com cronologia estabelecida e, portanto, suficientemente datada?». Na realidade as coisas poderiam passar-se assim, tanto mais se eu disser que, na gruta e na zona escavada, havia vinte e tal tipos de cerâmica atribuíveis a épocas diferentes, que poderiam estar, cada uma, na sua posição relativa certa. Mas, não estavam em tais condições ideais, ou melhor, quase nenhuma estava e, agora, só há que acreditar nas minhas afirmações.

Apenas a cerâmica atribuível ao eneolítico se encontrava, quase sempre, na camada que lhe correspondia e era a mais baixa, junto dos despojos tumulares, das peças de sílex, de cobre, das placas de ardósia, dos instrumentos de osso e de pedra polida, portanto, incluída num conjunto com perfeitas condições de associação.

As cerâmicas de tipos mais modernos e aquela que especialmente me ocupa agora, só estavam nas camadas superiores, o que exclui sob o ponto

(21) V. Gordon Childe, *Piecing Together the Past*, pág. 31: «When a group of types are found together under circumstances suggesting contemporary use they are said to be associated. Mere physical juxtaposition does not guarantee».

de vista estratigráfico, a possibilidade da cerâmica com decoração esgrafiada, ser de qualquer cultura do eneolítico. Mas todas estas encontravam-se misturadas, possivelmente porque a exploração incidira sobre camadas revolvidas por aqueles que aí se abrigaram, refugiaram, aí pesquisaram tesouros, etc.

Como documento do facto, direi que numa escavação que fiz na gruta durante o Verão passado, campanha levada a efeito com a especial intenção de encontrar na estratigrafia (de o tentar pela 5.^a vez) uma posição esclarecedora da cronologia relativa da cerâmica em questão, obtive os seguintes resultados:

Tipos de cerâmica	Até 20 cm. de profundidade	de 20 cm. a 40 cm.	de 40 cm. a 60 cm.
— Cerâmica não decorada, de pasta grosseira que pode ser pré-histórica	161 fragmentos	60 fragmentos	63 fragmentos
— Cerâmica de almagre	—	1 »	1 »
— Cerâmica do tipo argárico	64 »	19 »	27 »
— Cerâmica com decoração esgratitada	2 »	4 »	1 »
— Cerâmica pintada do tipo Ibérico	1 » (*)	—	1 » (*)
— Cerâmica talvez romana ...	1 »	1 »	—
— Cerâmica muito moderna ...	147 »	136 »	42 »

(*) Estes dois fragmentos são do mesmo vaso e ajustam-se.

Uma verdadeira confusão, como acabamos de verificar, confusão já notada nas anteriores fases das escavações em que o rigor da selecção por camadas foi idêntico. Portanto, na Lapa do Fumo, esta cerâmica não apareceu ainda com posição estratigráfica definida e, nas zonas que eu explorei, nem os mais ilustres e experimentados estratígrafos a teriam encontrado em condições diferentes. Noutras zonas, talvez. Mas onde estarão elas? Se existem zonas intactas, eu, ou alguém que me suceda nestas investigações, certamente que as encontraremos.

Quando efectuei a comunicação do aparecimento desta novidade arqueológica no I Congresso Nacional de Arqueologia ⁽²²⁾, os professores espanhóis J. Maluquer de Motes e Martin Almagro, fizeram diversas considerações a seu respeito, optando por uma cronologia recente, compatível com a idade do ferro. Era essa também a minha opinião, como já havia manifestado num estudo que publiquei nos trabalhos da «Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia da Faculdade de Ciências do Porto» em 25/II/1958 ⁽²³⁾. Terminado o Congresso, o Prof. Maluquer de Motes convidou-me, para redigir uma breve notícia, que foi publicada na revista *Zephyrus* ⁽²⁴⁾, com uma nota do referido professor espanhol, na qual a considerava equiparável a certo estilo de El Carambolo (Sevilha) e de Asta Régia, cerâmicas em Espanha consideradas uma espécie tartéssica peninsular, imitação de cerâmicas fenícias de Biblos.

Posteriormente, o Prof. Juan de Mata Carriazo de Sevilha, que visitou Lisboa na Primavera de 1960, com vários objectivos, um dos quais examinar directamente esta cerâmica de Sesimbra, esclareceu-me de que em Espanha não há qualquer tipo perfeitamente equiparável. Aqueles que mais se aproximam são, de facto, um dos tipos de El Carambolo de Sevilha ⁽²⁵⁾

⁽²²⁾ Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Cerâmica com Ornatos a Cores...* etc.

⁽²³⁾ Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Investigações Arqueológicas...* etc.

⁽²⁴⁾ Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Cerâmica Proto-histórica da Lapa do Fumo...* etc.

⁽²⁵⁾ Das três espécies novas descritas por J. de M. Carriazo em *Las Joyas y Escavaciones de El Carambolo*, em «*Archivo Hispalense*» (Separata del Numero 93-94), a segunda é aquela que se poderá comparar, um tanto, com a do Fumo. A pág. 8 do referido trabalho, descreve-a da seguinte maneira:

«La segunda es una cerámica a torno con piezas de tamaño mediano, en diversos tonos grises, cuya singularidad consiste en una decoración por el interior de líneas tenues y tenaces, que dibujan redes o reticulos, a modo de elegantes esgrafiados. Algunos fragmentos semejantes salieron ya en las escavaciones de Asta, y otros se conservan en la colección Bonsor, en el Castillo de Mairena. Paralelo más remoto, el de unos vasos charolados y con decoración interior pulida de la llamada cultura de Rinaldone, de la Primera Edad del Hierro de Italia.

e alguns exemplares de Asta Régia e de Carmona, mas há diferenças fundamentais a considerar: assim, a decoração brunida só é exterior na de Sesimbra, cujos fragmentos permitem avaliar perfis mais elegantes e variados do que os dos vasos espanhóis. Também as decorações da cerâmica de Sesimbra são muito mais inspiradas do que as das referidas estações espanholas, onde predomina a rede coneguida com feixes de linhas paralelas que se cruzam.

Poucos perfis tem sido possível avaliar, embora já se esteja na posse de bastantes fragmentos que definem cerca de 30 vasos diferentes. Há vários exemplares de taças (Est. III, n.ºs 1 e 2), algumas de contornos elegantes, muito semelhantes a outras, também provenientes da Lapa do Fumo, que considero do tipo argárico. Também há pequenos vasos de perfis um tanto semelhantes aos campaniformes (Est. III, n.ºs 3 e 4). Não há dúvida de que muitos vasos teriam o fundo chato e parece-me que noutros se vislumbra a existência de colo, a avaliar por certos fragmentos (Est. III, n.ºs 5 e 6).

Neste caso arqueológico dois aspectos principais são de pôr em destaque:

1.º — A quase exclusividade deste tipo de cerâmica em Portugal na data em que me apareceram os seus primeiros exemplares. Sei que posteriormente, o Prof. Manuel Heleno e o Dr. Farinha dos Santos, encontraram, no castro dos Ratinhos, cerâmica parecida, desconhecendo eu a que conclusões tenham chegado sobre a sua cronologia, à luz dos dados arqueológicos fornecidos por tal estação.

2.º — A supremacia dos exemplares sesimbrenses sobre os equiparáveis espanhóis, facto que não vale simplesmente pelo mérito de *melhor peça antiga*, o que seria raciocinar com mentalidade de antiquário, mas sim pelo significado que possa ter como revelador do foco de expansão peninsular da cultura que produziu tal estilo. Se é uma imitação tartéssica das cerâmicas fenícias de Biblos, parece que na costa portuguesa, em Sesimbra concretamente, houve um foco da cultura tartéssica de especial importância, onde as influências das civilizações do Mediterrâneo oriental penetraram com especialíssima facilidade.

No entanto, para mim, a cronologia desta cerâmica continua a constituir um problema. Verifiquei directamente alguns exemplares de El Caram-

bolo que o Prof. Carriazo trouxe de propósito a Lisboa para os comparar com os de Sesimbra e não encontrei exemplares que permitissem evidentes paralelos. Embora alguns argumentos pesem consideravelmente a favor de uma cronologia compatível com a idade do ferro, não deixa de impressionar o facto de, pela qualidade das pastas, polimento, cor e até formas dos vasos, ser muito semelhante, de ser igual direi melhor, à do tipo argárico que com ela aparece misturada. Com segurança portanto, os elementos actuais só permitem que digamos: coloca-se cronologicamente entre o final do campaniforme, a cujos elementos na Lapa do Fumo não se associa, e o limiar dos tempos históricos. Pode admitir-se que tenha sido produzida na idade do ferro por ceramistas que mantinham tradições de fabrico — das pastas — de tempos anteriores.

O prosseguimento dos trabalhos no Fumo e a escavação do Castro dos Ratinhos, certamente que resolverá a cronologia deste original estilo cerâmico que bem merece, volto a acentuá-lo ⁽²⁶⁾, ser conhecido por *estilo de Sesimbra*, pois aí apareceu pela primeira vez e é em Sesimbra que surge na sua mais acentuada beleza.

OS IDOLOS ALCACHOFRAS

A Lapa do Bugio, situada próximo de Azóia e descoberta por Rafael Monteiro em Outubro de 1957 ⁽²⁷⁾ é uma gruta necrópole típica do eneolítico onde abundam os materiais mais variados. O seu estudo permite muitas conjecturas, e se abordem alguns problemas de vários géneros.

⁽²⁶⁾ Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Cerâmica com Ornatos a Cores...* etc.

⁽²⁷⁾ Rafael Monteiro e Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Estação Isabel...* etc.

Terei de destacar aqueles casos problemáticos mais expressivos e começarei por o dos *ídolos alcachofras* expressão esta que à primeira vista causará certa estranheza. Vejamos de que se trata.

Quando Rafael Monteiro e eu efectuávamos uma escavação em que colaborou um grupo de estudantes universitários, entre os quais destaco, pelo interesse que puseram neste caso que vou narrar, Joaquim Pinto Basto e Marcelo de Sousa, apareceu-nos uma peça de calcáreo de forma enigmática um tanto semelhante, em certos aspectos, aos artefactos de culto do eneolítico conhecidos por *ídolos pinhas*, mas, (e todos fomos unânimes em tal opinião), parecendo copiar uma *alcachofra* (Fig. 2-a e Est. IV, n.º 2).

Os dois primeiros referidos estudantes e eu, empenhámo-nos em tentar decifrar o significado morfológico da peça e tivemos de pôr de parte todas as hipóteses que não fossem esta: a peça foi inspirada no *capítulo* de uma *composta*, numa *alcachofra* com muitas probabilidades, sabendo-se que a *alcachofra* é a designação vulgar atribuída ao género *Cynara* da família das compostas (Fig. 2-b). E, dada a sua analogia parcial com os chamados *ídolos pinhas* (formato, matéria prima empregada, maneira de representar certos pormenores, utilização como peça de ritual funerário), fomos conduzidos a esta outra hipótese: o ídolo pinha (no Bugio também apareceu um — Fig. 2-c —) não passará da representação do capítulo de uma composta antes de desabrochar (da espécie *scolymus* por exemplo) fase esta mais fácil de esquematizar em calcário, porque não há que representar as corolas, e as brácteas estão em posição mais fácil para estilizar (Fig. 2-d).

Sobre o simbolismo de tal inflorescência nos rituais funerários do eneolítico, não estou em estado de adiantar muito, mas não poderei deixar de recordar que ainda hoje a alcachofra de S. João é alvo de ingénuas superstições que podem mergulhar as suas raízes em épocas muito recuadas. Assim, todos conhecem a sua utilização como oráculo amoroso pelas festas do S.º António e do S. João, que figura em bordados de paramentos religiosos antigos e que os cardos, *compostas* que têm espécies muito semelhantes à alcachofra, foram usados como motivos decorativos que se vêem em certos estilos arquitectónicos, especialmente nos capitéis góticos do século XV e ainda como elemento heráldico.

Se esta dedução — *ídolo alcachofra* — e respectiva generalização aos conhecidos *ídolos pinha*, se confirmarem, cairão pela base as hipóteses: *ídolo pinha*; *flor da palmeira* (como afirma Siret), etc. (28).

A peça em causa do Bugio, é, que eu saiba, única, em Portugal pelo menos. Por isso, foi possível, entre nós, raciocinar pela primeira vez desta maneira.

OBJECTOS DE CULTO QUE SUGEREM A EXPANSÃO DE CULTURAS DO MEDITERRÂNEO — OU FORTES INFLUÊNCIAS DOS SEUS ELEMENTOS CULTURAIS — ATÉ AO OCIDENTE PENINSULAR

Três novos problemas, três problemas fundamentais, porque se relacionam com outros acessórios de que não tratarei agora, levantam-se ainda, quando encaramos o aparecimento nas estações arqueológicas de Sesimbra de alguns objectos de culto inspirados em formas habituais às das culturas do litoral mediterrânico peninsular, principalmente. São esses artefactos: dois ídolos de osso do tipo almeriense (Est. IV, n.º 3) — Lapa do Bugio; uma outra peça morfológicamente diferente (Est. IV, n.º 4) que nos transporta aos modelos do Mediterrâneo oriental (círculo cultural de Tróia e do Egeu) — Lapa do Fumo; um osso metacárpico direito de bovídeo trabalhado, que muito lembra os ídolos eneolíticos de Almizaraque (Est. IV, n.º 1) — Castelo;

(28) Muito se tem escrito sobre o significado destes artefactos de culto do eneolítico. Assim, Luís Siret, em: «Questions de chronologie et d'ethnographie ibériques», tomo I, Vergílio Correia em «El neolítico de Paiva» e Afonso do Paço em «Necrópole de Alapraia — Anais da Academia Portuguesa da História — II série, vol. 6, apresentam várias soluções, relacionando-os ou com o rito da fecundação da palmeira, ou com certos ídolos de Hissarlik e figuras de pedra que se colocavam sobre os *tumuli* em Volterra, ou ainda com o *thirsus* em forma de pinha que figurava em rituais mitológicos inerentes a cerimónias funerárias e como insígnias de Baco e Dionísio.

todos eles já descritos em trabalhos que publiquei ⁽²⁹⁾. Sabendo-se que, até ao aparecimento destas quatro peças, só tinham sido encontradas em Portugal três ídolos do tipo almeriense ⁽³⁰⁾ e nenhum dos outros dois tipos referidos, parece que Sesimbra vem contribuir com quantidade apreciável de artefactos deste género a favor da hipótese já admitida de que as culturas do Mediterrâneo se expandiram até à costa centro-ocidental peninsular — com muitas probabilidades por via marítima ⁽³¹⁾ — perdendo, sob o ponto de vista arqueológico, algumas das suas características e mesclando-se com as indígenas.

Posto isto, vejamos quais os três problemas a que me referi.

O primeiro está na interpretação do ídolo de osso do tipo dos do Mediterrâneo oriental e daquele que eu julgo ser inspirado nos característicos ídolos de Almizaraque, isto é: serão na realidade objectos de culto como eram os das regiões afastadas em parecem inspirados? Relativamente ao primeiro direi que, como os de osso do tipo almeriense, foi talhado numa lâmina dessa substância, só diferindo desses pelo facto de apresentar a cabeça e os ombros arredondados. Está incompleto, falta-lhe a parte inferior, mas eu não encontro entre os diversos artefactos do eneolítico outro termo de comparação. Estava junto de despojos tumulares atribuíveis ao eneolítico e um destes conjuntos continha, numa associação inequívoca, uma falange de cavalo, não trabalhada é certo, mas num local onde não se encontrou qualquer outra peça óssea do mesmo animal (outro artefacto evocativo do ambiente mediterrânico peninsular).

Quanto ao que julgo do tipo dos de Almizaraque, foi encontrado no

⁽²⁹⁾ Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Investigações Arqueológicas...* etc.

Eduardo Prescott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Contribuição para o Conhecimento das Relações...* etc.

Rafael Monteiro e Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Estação Isabel...* etc.

⁽³⁰⁾ Provenientes de: Monte Abraão; Anta Grande do Olival da Pega; Samarra.

⁽³¹⁾ Eduardo Prescott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Contribuição para o Conhecimento das Relações...* etc.

castelo de Sesimbra, dentro de um silo onde não havia quaisquer outros materiais atribuíveis ao eneolítico. Porém, a meu ver, o seu aspecto nenhuma outra coisa pode sugerir, embora se desvie um tanto dos exemplares clássicos de Almizaraque. Eu interpreto-o desta maneira, mas, como estas interpretações por semelhança de formas estão sujeitas a erros, eu aguardo que outras opiniões de arqueólogos e etnólogos com maior autoridade, corrijam a minha. Os dois artefactos em questão também se encontram no Museu Arqueológico de Sesimbra à disposição de quem os quiser estudar.

Quanto aos do tipo almeriense, sobre estes não há quaisquer dúvidas.

O segundo problema está em saber-se a que ponto tais peças possam, isoladamente, exprimir expansão de culturas, ou simplesmente influências de culturas. A sua discussão é transcendente, permite considerações de certa extensão, mas eu abordarei apenas o essencial para poder chegar a uma conclusão que me parece necessária. De facto, hoje, no estado em que se encontram os conceitos sobre o que se deve entender por culturas puras, sua expansão, culturas mistas, etc. — problemas estes assim como muitos outros basilares sobre a interpretação dos dados arqueológicos discutidos por Gordon Childe⁽³²⁾, por exemplo, num plano de grande elevação científica — há que reconhecer que não se podem abordar questões destas com excessiva leveza.

Para que tenhamos perfeito conhecimento da vida cultural de um povo⁽³³⁾ primitivo arcaico (não nos interessam agora os povos primitivos

(32) V. Gordon Childe, *Piecing Together the Past — The Interpretation of Archaeological Data*, London, 1955.

(33) Unidade Cultural não implica unidade racial, muito menos política. A utilização do termo «povo» designando o grupo social portador de determinada cultura, pode admitir-se, dada a sua elasticidade, como se avaliará reparando que se diz «povo do vaso campaniforme», «povo de Lisboa», entendendo-se assim que «povo» designará um grande número de indivíduos com quaisquer importantes características comuns.

A pág 132 da obra citada na nota 32, Childe diz a este respeito: «...as far as anthropometric data go, the bearers of the same culture do not normally exhibit the same anthropological physical type. Not yet a political State. Archaeologists can recognise a Sumerian culture at a time when Sumer was divided into a number of independent and often hostile city-states»; e a pág. 133: «...between these extremes the sociological counterpart of an archaeological culture can only be designated by the non-committal term *people*».

actuais aos quais o mesmo conceito é aplicável), é fundamental podermos avaliar qual a fase em que se encontram os seus sentimentos e conceitos religiosos, pelo menos quais as suas atitudes religiosas, o que nos dará esclarecimentos preciosos sobre o seu nível espiritual e intelectual. Para tal efeito, o pré-historiador terá de analisar vários indícios e interpretá-los: templos e santuários, diversos objectos de culto e magia, pinturas, gravuras e modelações com significado equivalente; os tipos de túmulos e ritual funerário; outros ritos, etc., e poderá também contar, desde que tome as indispensáveis precauções, com o auxílio da sobrevivência de superstições arcaicas e com as comparações que lhe proporcionam os cultos dos povos primitivos actuais. Se estabelecido o quadro religioso, o somar ao que souber principalmente sobre possíveis conceitos científicos e artísticos do grupo social em estudo, fará uma ideia da sua vida ideológica. A sua vida social e económica, avaliáveis por elementos variados e de outra ordem, somadas, por sua vez, ao comportamento ideológico, dão este outro quadro geral que é a cultura desse povo primitivo arcaico.

Vimos, portanto, aproximadamente, a posição do elemento «religião» no complexo «vida cultural de um povo primitivo». É de grande importância mas, isoladamente, não pintará o quadro cultural.

Transportando-nos agora ao campo da ciência arqueológica, teremos de considerar que, como consequência, os indícios arqueológicos que se relacionam com as manifestações religiosas de um povo, não são, só por si suficientes para revelar e descrever a cultura desse povo. Serão, quanto muito — e veremos porquê — indícios típicos e se indícios materiais, peças típicas. E o que poderemos então pensar sobre o seu significado, quando apareçam, singular ou repetidamente, longe do foco de origem de uma cultura já definida por elementos arqueológicos de várias ordens ⁽³⁴⁾ e entre os quais figurem como peças típicas?

⁽³⁴⁾ De acordo com os conceitos de Childe, expostos na sua obra citada na nota 32, *cultura*, sob o ponto de vista arqueológico, poderá definir-se como: o comportamento de um grupo social — de um povo — expresso em elementos arqueológicos com localização definida. Esses elementos são os conjuntos de tipos arqueológicos que repetidamente se encontram associados uns com os outros. A repetição

Com o rigor científico, só conjuntos arqueológicos cuja associação permita o estabelecimento de paralelos com aqueles que identificam a cultura na sua região de origem, terão o significado de uma expansão ou levantarão fortes suspeitas a tal respeito. A principal dificuldade estará em ter-se como certo que se estão comparando associações ⁽³⁵⁾ de facto e não associações falsas — «aggregates» ⁽³⁶⁾ — mas isso depende da confiança que se deposite na forma como foi conduzida a exploração que revelou os conjuntos arqueológicos em causa.

No entanto, nem todas as peças arqueológicas têm o mesmo significado quanto a tal aspecto. Pelo seu grau de expressão, grau que se avalia analisando a ideia que presidiu ao fabrico dos diversos tipos de artefactos páleo-etnológicos, e até pela frequência do fenómeno, poderemos ficar ou quase indiferentes, ou mais ou menos sugestionados — excepcionalmente convencidos — de que houve expansão de uma cultura ou de que essa cultura exerceu influências sobre outras. Assim, por exemplo, por muito que as pontas de seta de base côncava pudessem andar associadas aos materiais de determinada cultura, o seu aparecimento longe do foco de origem dessa cultura teria sobre a sua expansão fraco valor probatório. Em resultado do fenómeno conhecido em Etnologia por *convergência*, e cuja explicação, para este caso, estaria na preferência, por certa modalidade desta arma, dois

e a preponderância de tais associações *em determinada área*, são os factos que revelam a cultura, convindo acentuar a evidente importância da determinação de uma *área* onde as associações se repetem e são preponderantes, área revelada pela elaboração de estatísticas e cartas de distribuição dos conjuntos. A pág. 112 de tal obra diz: «...cultures are the units of the chorological, as contrasted with the chronological classification», entendendo-se por «chorology» e de acordo com *The Concise Oxford Dictionary* «local distribution of species», termo do qual deriva «chorological» palavra, esta última, que Childe, a pág. 15 — nota 1 — de *Piecing Together the Past*, diz ter tomado de O. Menghin.

⁽³⁵⁾ V. Gordon, Childe, obra citada: *Piecing Together the Past*, pág. 31. Veja-se o conceito deste autor sobre *associação*, já transcrito na nota 21 deste estudo.

⁽³⁶⁾ R. Braidwood, *Terminology in Prehistory. Human Origins: Selected Readings II*, University of Chicago, 1945.

povos afastados um do outro e portadores de culturas diferentes, poderiam ter fabricado pontas de seta de base côncava. Portanto, o seu aparecimento em qualquer região definirá fundamentalmente que os homens que as fabricavam e utilizavam, praticavam a caça e combatiam, e ainda que tinham preferência por certa forma, por admitirem que tal forma daria vantagens ao seu funcionamento, abstraindo, claro, o que se pudesse deduzir sobre outros pormenores especiais — técnica de fabrico, matéria prima utilizada — independentes das características enunciadas «ponta de seta de base côncava» e que, portanto, não estão em causa.

Certos tipos de cerâmica, como por exemplo, o «vaso campaniforme» serão já elementos arqueológicos mais expressivos como manifestações da expansão de determinada cultura. Gordon Childe entende que o vaso campaniforme, o inevitável *drinking-cup* dos comerciantes «campaniformes» determina, onde aparecer, a passagem desse povo, ou uma sua ocupação, como um frasco de *vodka* ou uma garrafa de *gin* revelariam uma prova da dominação europeia na Sibéria e na África ⁽³⁷⁾.

Por estes dois exemplos, avalia-se bem como as ideias que presidiram ao fabrico dos diversos artefactos pré-históricos nos permitem atribuir-mos-lhe expressão de maior ou menor valor como peças típicas de determinada cultura. Essas ideias podem ser de ordem meramente utilitária, ou mais transcendentais a que não sejam estranhos conceitos como por exemplo: a preocupação de manter tradições; certas concepções estéticas e até religiosas. Evoluindo as primeiras, e com elas os artefactos resultantes, simplesmente de acordo com os progressos da técnica, adaptação a novos ambientes, e às matérias primas de que se dispunha, as segundas mais lentamente evoluirão, ou não evoluirão, por vezes, por força de conceitos de ordem subjectiva, especialmente se criaram preocupações de carácter supersticioso, que podem ir até à proibição de quaisquer alterações, que estivessem de acordo com o progresso, quanto a formas ou a utilização de outras matérias primas diferentes das habituais.

(37) V. Gordon Childe, *L'Aube de la Civilization Européenne* — *Bibliothèque Historique*, Paris, 1949, pág. 247.

Observemos agora, por este prisma, os artefactos de carácter religioso dos povos primitivos. É evidente que, mais do que quaisquer outros, estarão nas condições do segundo caso que foquei. Quase será ocioso deter-me em considerações que acentuem a independência entre a evolução dos conceitos religiosos e à daqueles que respeitam a necessidades e actos materiais. O progresso dos primeiros segue leis totalmente opostas às que regem a evolução dos segundos e um dos fundamentais aspectos das concepções religiosas é a sua necessária quase imutabilidade; uma vez que atijam o nível correspondente à mentalidade dos seus adeptos, os seus fundamentos e ritual devem manter-se íntegros o mais possível para que se não desacreditem, para que demonstrem conter verdades cuja alteração fácil implicaria o desprestígio; e a classe sacerdotal, nas religiões primitivas cujo grau de desenvolvimento atingiu um certo nível, velará pela imutabilidade dos princípios, ritual e objectivos.

Portanto, se determinados objectos de culto são típicos de uma cultura, onde apareçam, longe da área onde essa cultura foi localizada, não é lógico que atribuamos o fenómeno a convergência etnográfica. Estamos sim, em presença da expansão de uma cultura, ou de fortes influências que essa cultura exerceu sobre outra, o que se pode ter passado, evidentemente, em vários graus de intensidade. Há que procurar noutros elementos arqueológicos a confirmação do fenómeno e, mesmo que não surjam com evidência excessiva, teremos de concordar que se uma cultura estrangeira estabeleceu, com outra indígena, relações estreitas a ponto de impor símbolos religiosos, é porque esteve presente aí, fora da sua região originária, o que parece mais aceitável do que se tivessem sido os indígenas que fossem longe buscar esses símbolos, que nada lhes diziam sob o ponto de vista espiritual, para os introduzir num meio onde só provocariam até repulsa. Portanto, parece evidente que, se houve condescendência com a nova corrente religiosa, foi porque os estrangeiros, repito, estiveram nessa região afastada dos territórios da sua origem e se impuseram. Se isto não significa a expansão total de uma cultura, manifesta pelo menos contactos estreitos e influência de grande vulto.

Disse que há que procurar noutros elementos arqueológicos a confirmação do fenómeno. Nas estações onde estes objectos de culto apareceram, (com excepção do castelo, onde o osso de bovídeo trabalhado estava isolado), outros materiais podem reforçar a noção de fortes influências exercidas pelas culturas do litoral mediterrânico peninsular. Mas, como há predomi-

nância dos de feição indígena e dos de carácter atípico, são na realidade aqueles, de carácter religioso, que se destacam a falar, mais eloquentemente a tal respeito. Para confirmar a mescla de elementos páleo-etnológicos, basta dizer que na Lapa do Bugio, se apareceram os restos dos dois ídolos do tipo almeriense, também tal gruta ofereceu muitos ídolos de xisto, de calcáreo de diversos tipos, coelhos de ossos, etc., peças de expressão tão tipicamente ocidental. Quanto aos restantes artefactos — armas, instrumentos, utensílios, adornos de pedra e osso (de cobre não apareceu no Bugio uma única peça) — quando são de feição exótica só aparecem a sublinhar, mas só por si pouco diriam. As cerâmicas ou são ornamentadas ou não, e há realmente, entre as formas da primeira espécie, algumas que lembram os tipos característicos da cultura de Almeria ⁽³⁸⁾. As decorações da segunda espécie, onde o campaniforme predomina, não prejudicam as semelhanças notadas na cerâmica não decorada, pois, como se sabe, na sua fase avançada, a cultura de Almeria adopta esse estilo ⁽³⁹⁾.

Encaremos agora o terceiro problema que estes quatro objectos de culto sesimbrenses (senão mais) levantam: porquê a sua concentração aqui tão próximo da enseada de Sesimbra, em torno dela? Quanto a mim, a resposta está nos comentários que a este respeito eu e E. Prescott fizemos recentemente ⁽⁴⁰⁾ e que resumo agora pela seguinte forma: A enseada sesimbrense,

⁽³⁸⁾ Segundo Alberto del Castillo, na *História de España* dirigida por Menéndez Pidal, tomo I, Madrid, 1954, págs. 523 a 528 e 570 a 578, é uma das grandes culturas que vêm desde o neo-eneolítico peninsular e que se notabiliza pela sua grande expansão, influência sobre as restantes culturas (a megalítica e as das grutas), com marcada personalidade, pelas suas características próprias e mesclada por numerosos elementos exóticos. Revela-nos um povo guerreiro em contínuo contacto por via marítima com os diversos povos do Mediterrâneo.

A cerâmica típica almeriense não é decorada, predominando os tipos esferoidais ou globulares.

⁽³⁹⁾ A estação de Los Millares, por exemplo, representará uma fase avançada da cultura de Almeria, quando os elementos megalítico e campaniforme se vêm somar aos seus traços fisionómicos originais. — Alberto del Castillo em *História de España* (dirigida por Menéndez Pidal), tomo I, Madrid, 1954, «El Neolítico».

⁽⁴⁰⁾ Eduardo Prescott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Contribuição para o Conhecimento das Relações... etc.*

com condições naturais apreciáveis para a navegação, entre a foz do Tejo e a foz do Sado, no caminho marítimo do estanho, próximo de onde chegava o cobre e de onde havia ouro, numa costa inacessível orientada Leste-Oeste a opor-se, convidando a uma pausa, ao prosseguimento daqueles que navegavam do Sul para o Norte, seria, mesmo nos longínquos tempos do nosso calcolítico, muito frequentada pelos navegadores comerciantes do mundo mediterrânico e a região oferecia condições de fixação àqueles que a demandavam e que, portanto, permitia a instalação de alguns.

Eis o que me dizem os objectos de culto em causa e eu tenho a convicção de que outros similares devem aparecer no decurso das escavações das necrópoles do Fumo e do Bugio. Se assim for, as soluções que proponho ficarão confirmadas e Sesimbra, por intermédio das suas estações arqueológicas, terá contribuído com valiosos elementos para a confirmação deste importante capítulo da arqueologia portuguesa, que é o das relações entre as culturas do litoral atlântico e as do litoral mediterrânico peninsular no eneolítico, capítulo já hoje rico em argumentos, mas que falta concluir.

*

* *

Não me posso alongar muito mais, nem mesmo convém que o faça, uma vez que corro o risco de começar a ver problemas de grande alcance em questões restritas apenas, de momento, desprovidas de elementos esclarecedores, situações estas que, com frequência, se deparam a qualquer arqueólogo; ora o arqueólogo, tem de enfrentar casos arqueológicos e todo o caso arqueológico é um problema com dificuldades em vários graus.

Assim, não narrarei os obstáculos que para uma interpretação definitiva, encontrei na necrópole do Casalão ⁽⁴¹⁾ situada nas proximidades de

⁽⁴¹⁾ Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Investigações Arqueológicas...* etc., pág. 196 a 199.

Santana, com sepulcros semelhantes aos de Bensafrim — Fonte Velha ⁽⁴²⁾, com algum espólio equiparável ao do célebre cemitério algarvio, mas muito escasso, espólio a fazer inclinar para a idade do ferro, mas ritual funerário — inumação — contrário (como em Fonte Velha) ao que predominava nas necrópoles da Península Ibérica em tal idade. Tão-pouco contarei em pormenor como era estranho o ritual funerário usado no cemitério do Calhariz ⁽⁴³⁾, cada cadáver inumado em sepulcro parecido com os do Casalão, mas menos rude quanto aos materiais empregados — lages de calcáreo — e acompanhado por uma taça de tipo pouco visto que sugeria a idade do ferro, mas uma delas com um M maiúsculo gravado, pormenor que, e só depois da difícil reconstituição da taça, permitiu ao filólogo Doutor Justino Mendes de Almeida a seguinte opinião: «se a taça é uma peça cerâmica da época romana, o M bem poderá ser a inicial de MARCUS, prenome do seu fabricante ou possuidor». Sendo assim, teremos um cemitério lusitano-romano.

E houve mais problemas, muitos mesmo, bem ou mal resolvidos, mas de menor importância do que aqueles que apresentei inicialmente em detalhe e de cuja decifração dependem respostas a estas perguntas que qualquer pré-historiador ou historiador português gostaria de ver solucionadas:

A povoação, de que há vestígios arqueológicos evidentiíssimos, cercada pelas muralhas que estão ali, no alto do áspero monte, é apenas a antiga Sesimbra portuguesa? Anteriormente, situar-se-ia aí, simplesmente, um posto muçulmano de vigilância e defesa a proteger o centro populacional, talvez então de muito pouca importância, instalado algures... onde?

A cerâmica da Lapa do Fumo, tão bela pela sua ornamentação a faixas e linhas brunidas, será, na realidade, uma cópia tartéssica dos estilos fenícios de Biblos? Caso afirmativo, porquê mais exuberante aqui e não onde estavam tartéssicos, aqui onde estariam cempses? Que estreitas relações com os navegadores do Mediterrâneo oriental, fenícios ou outros anteriores, quem sabe se minóicos, teriam estimulado as aptidões dos ceramistas sesimbrenses?

E, recuando nos tempos, mas, mantendo-nos no tema das relações com

(42) Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, cap. VI.

(43) Eduardo da Cunha Serrão, obra citada: *Investigações Arqueológicas...*, pág. 196 a 199.

povos exógenos, porquê também indícios de que, no eneolítico, as culturas do litoral mediterrânico peninsular, — onde brilha Almeria como testa de ponte das correntes culturais do oriente que, através ou não do norte de África, vão penetrando na Península Ibérica, — porquê indícios de que nesses tempos, em Sesimbra, as populações indígenas dos ídolos de calcáreo e das placas de xisto, tão intimamente conviveram com os adeptos das formas mediterrânicas (44)? A região não teria riquezas que justificassem o estabelecimento de uma colónia de comerciantes estrangeiros. Mas, seria indispensável manter aí um ponto de escala apetrechado e defendido, a garantir o êxito numa etapa difícil do caminho marítimo do estanho?

Qual o significado simbólico, para as populações do eneolítico, da alcaçofra, essa agreste inflorescência abundante nos nossos campos, simbolismo que, com várias modalidades, através dos milénios chegou até aos nossos dias deformado numa concepção diferente? Diferente ou talvez oposta, se são opostas as concepções: vaticinar sobre o amor e proteger de alguma forma os que deixaram de viver.

Seria muito mais prestigiante para mim se apresentasse estes problemas resolvidos. Mas não estão, e é nas dificuldades da sua resolução que está grande parte do seu interesse, agradando-me tentar contagiar os que me escutam, um tanto, — já o declarei — na mira de obter colaboradores.

A solução destas e outras incógnitas, talvez não caiba na vida de um arqueólogo que, como eu não dispõe de tempo suficiente, porque não se pode dedicar integralmente à arqueologia; não tem colaboradores cujo interesse seja duradouro; não pode contar com meios materiais em proporção com a tarefa presente a realizar, que seria: explorar as ruínas de uma povoação medieval, 3 grutas, 2 cemitérios e efectuar prospecções em várias outras grutas e em vários locais onde se poderiam encontrar os povoados que utilizavam as grutas

(44) Ainda que as placas de xisto — predominante trapesoidais e visto-samente ornamentadas — e os ídolos almerienses — antropomórficos, de osso e sem qualquer ornamentação — tenham uma origem comum e contenham o mesmo simbolismo, não poderemos deixar de reconhecer que a coexistência, numa mesma necrópole, destes dois tipos que resultariam de evoluções independentes, significa o encontro, nessa necrópole, de duas modalidades de ritual religioso correspondente a dois grupos de indivíduos oriundos de regiões distanciadas.

e cemitérios referidos; e, ainda, procurar a origem de uns célebres achados do bronze pleno, feitos, há muito, em Alfarim, tirar a limpo a questão dos concheiros de Albufeira e por último orientar o Museu Municipal sempre em evolução, em consequência da constante entrada de novos materiais. Pode acontecer que, por um acaso feliz, surja inesperadamente qualquer dado, a parecer que soluciona este ou aquele aspecto ainda obscuro, mas, mesmo assim, ainda há que esperar pela confirmação e, nestas condições, a tarefa é árdua. Portanto, apresentando os problemas que têm surgido, no seio de uma instituição notável como a «Associação dos Arqueólogos Portugueses», coloco-os, insisto, à disposição dos seus arqueólogos ilustres, para que me ajudem a interpretá-los, para corrigirem as minhas deduções, para que os enquadrem no conjunto de outros que conheçam e que com eles se relacionem, sendo, assim, possível vê-los em perspectiva mais esclarecedora.

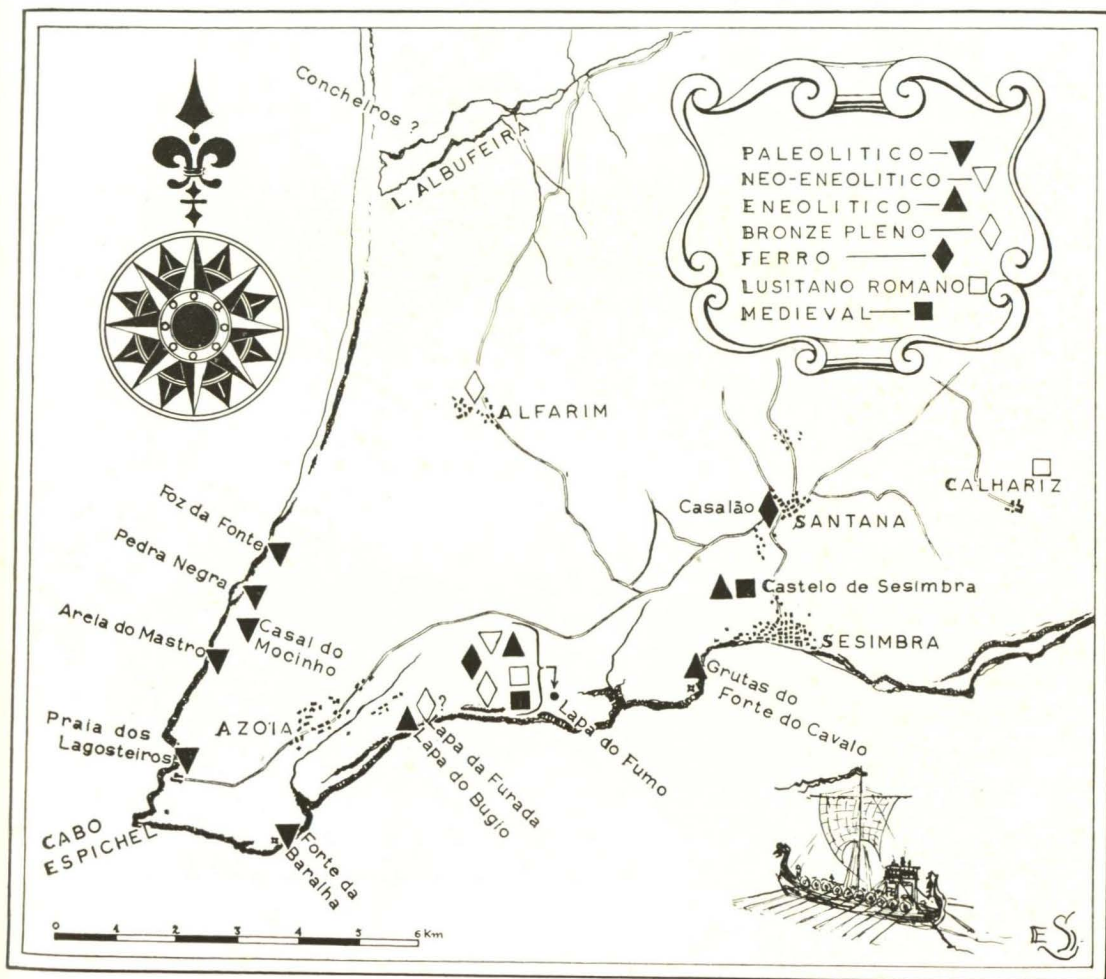


Figura 1

Carta arqueológica da região de Sesimbra

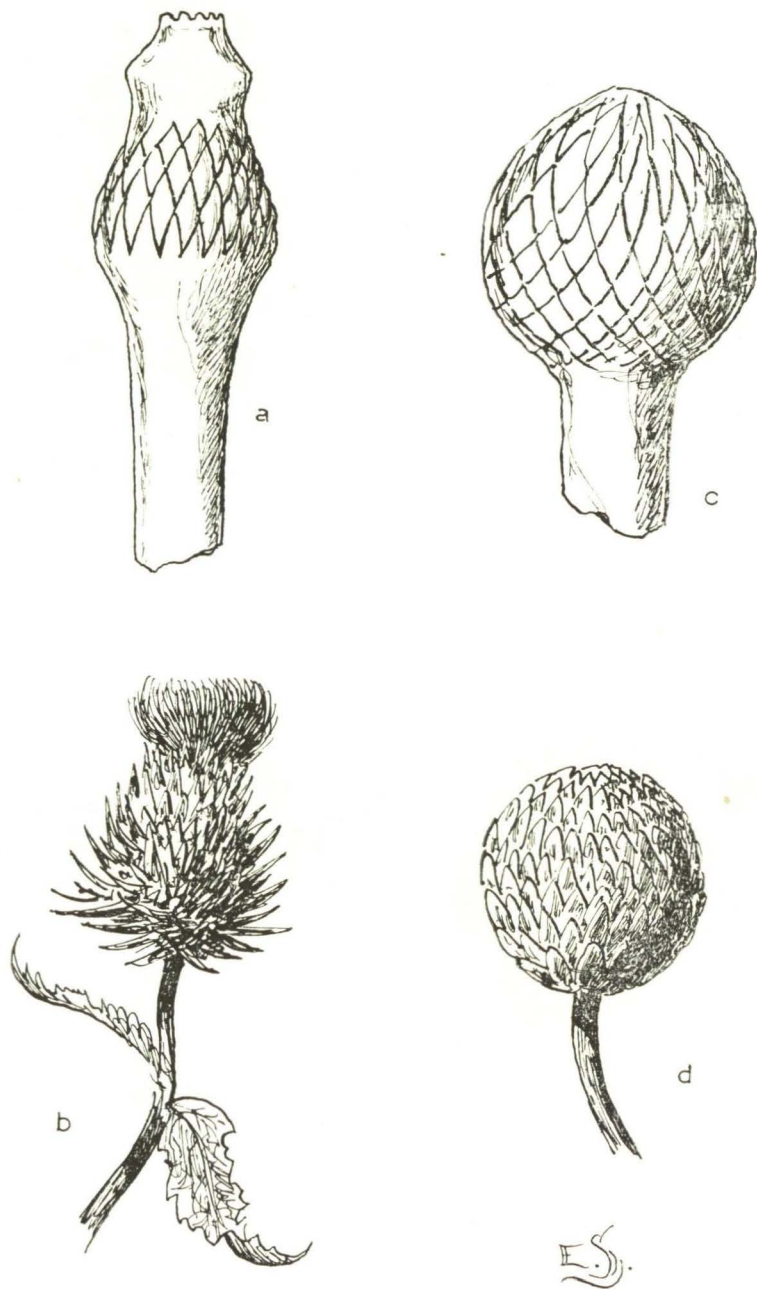


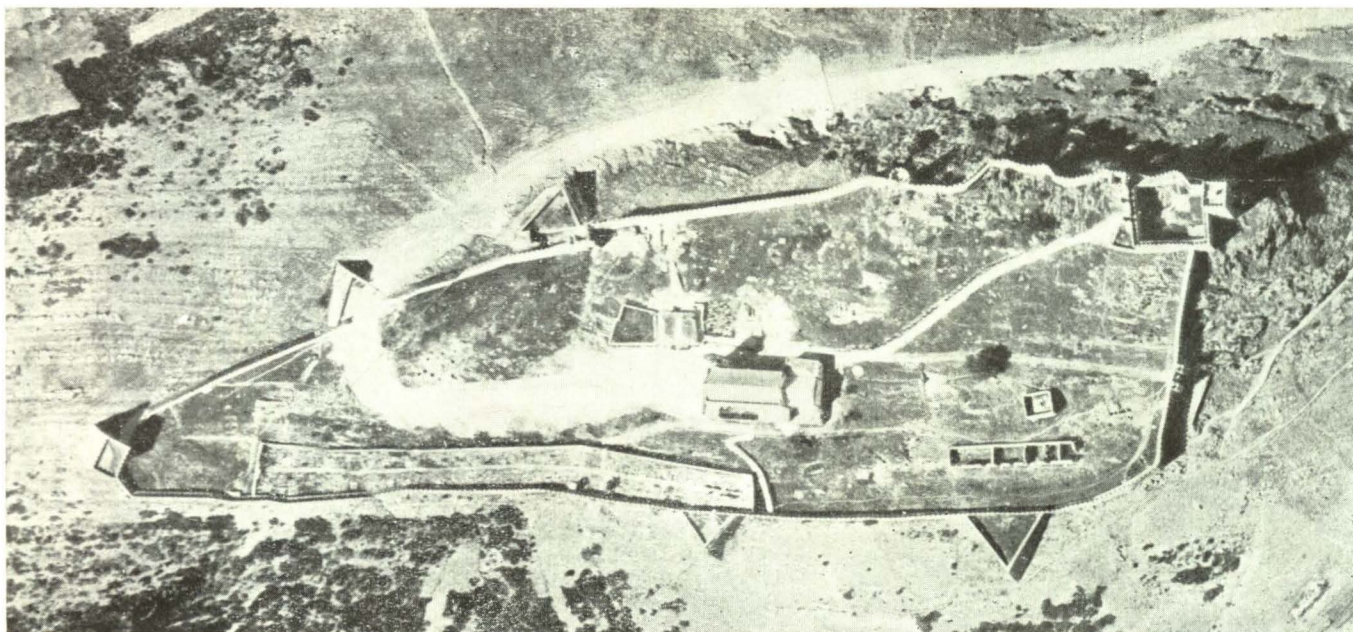
Figura 2

- a—Peça de calcáreo que parece copiar uma alcachofra.
 b—Alcachofra de S. João—*Cynara Cardunculus*, da família das compostas.
 c—Peça de calcáreo vulgarmente conhecida por ídolo pinha, mas que poderá ser uma cópia do capítulo esquematizado em -d-.
 d—Capítulo da espécie *Scolynus*, antes de desabrochar.



Estampa 1

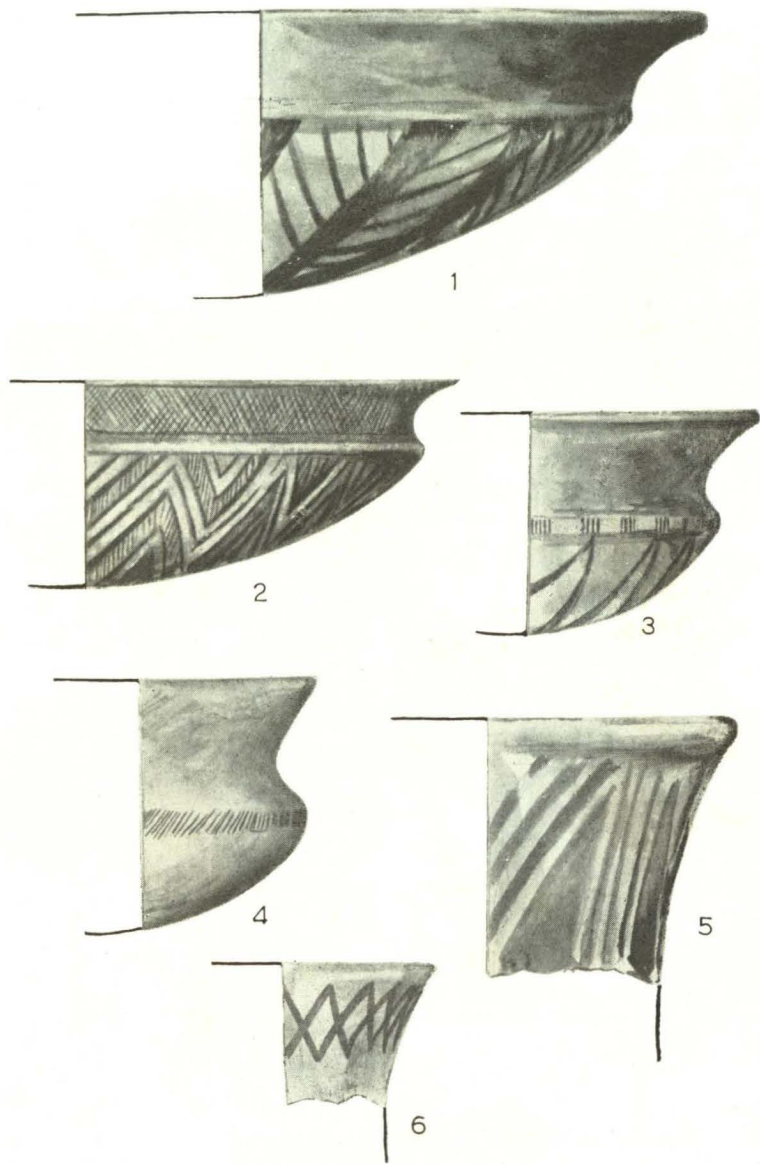
Quatro moedas árabes encontradas na Lapa do Fumo, nas quais o Prof. Doutor Joaquim Figanier leu a palavra Xelb (Silves)



Estampa II

Fotografia aérea (vertical) do castelo de Sesimbra

À direita, a alcáçova e, um pouco mais em baixo, as duas torres que defendiam a *Porta do Sol*. Ao centro, a igreja de *Santa Maria do Castelo*. À esquerda a *Torre do Poente*. As muralhas que defendiam o burgo medieval e que foram recentemente restauradas, fecham uma área com cerca de 25.000 m². Em consequência de escavações, ou ocasionalmente, têm aí aparecido alguns materiais pré-históricos (principalmente instrumentos de pedra polida e uma peça que lembra um ídolo do tipo dos de Almizaraque), proto-históricos (principalmente, fragmentos de algumas fivelas de cinturão de tipo ibérico tardio ou lusitano-romano), e, em grande quantidade, dos tempos medievais, destacando-se, entre estes últimos, algumas centenas de moedas portuguesas. A ausência de moedas árabes e de outros materiais de feição arábica, está em contradição com os documentos históricos segundo os quais o castelo de Sesimbra foi conquistado pelos Portugueses aos Mouros, uma primeira vez em 1165 e definitivamente em 1200.



ES.

Estampa III

Cerâmica proto-histórica da Lapa do Fumo — Reconstituições

N.ºs 1 e 2 — Taças.

N.ºs 3 e 4 — Pequenos vasos, cujo perfil lembra o dos vasos campaniformes.

N.ºs 5 e 6 — Colos de vasos.



Estampa IV

- N.º 1—Artefacto de osso que parece ter o mesmo significado dos ídolos de Almizaraque (Castelo de Sesimbra).
 N.º 2—Peça de calcáreo que copiará uma alcachofra (Lapa do Bugio).
 N.º 3—Ídolo de osso do tipo almeriense (Lapa do Bugio).
 N.º 4—Fragmento de uma peça de osso que poderá ter sido um ídolo semelhante a alguns do círculo cultural de Tróia e do Egeu (Lapa do Fumo).

SETÚBAL SOB O DOMÍNIO FILIPINO

pelo

sócio efectivo

José Timóteo Montalvão Machado

SETÚBAL SOB O DOMÍNIO FILIPINO

NÃO é nosso intuito nesta comunicação referirmo-nos às causas e factores que intervieram na grave crise nacional de 1580. Historiadores de valia, como Rebelo da Silva, Pinheiro Chagas, Damião Peres, Queirós Veloso e outros, têm aprofundado essa fase da história nacional, que antecede a dominação castelhana.

É de limites mais restritos a tarefa que nos impusemos, porque apenas queremos abordar a maneira como Setúbal se comportou durante aquela hora crudelíssima e a maneira como suportou o jugo castelhana, durante a imensa noite negra, que durou 60 anos.

Por isso, sem reeditar acontecimentos já conhecidos e abstendo-nos de recriminações tardias, vamos circunscrever-nos ao panorama histórico de Setúbal e pouco mais, lançando mão dos apontamentos históricos de Almeida Carvalho, consultando alguns documentos de Bibliotecas e Arquivos, procurando achegas nas descrições pormenorizadas dos nossos historiadores.

Na incessante dobadura do tempo, tinham-se registado factos de transcendente importância: desastre de Alcácer-Quibir, resgate de prisioneiros, perda de homens e valores, penúria nacional, venda de consciências, tudo subordinado à acção reinante dum monarca decrépito e rancoroso.

A 31 de Janeiro de 1580 baixa ao túmulo o Cardeal-Rei, o qual, depois de se afirmar em opposição à intervenção de Castela, acaba por recomendar a escolha de Filipe II, deixando o Reino entregue a cinco Governadores, três dos quais eram notoriamente favoráveis à aclamação de Filipe II.

As Cortes continuavam reunidas em Almeirim, sem tomarem quaisquer resoluções úteis, porque, à parte a dialéctica patriótica de Febo Moniz, em

tudo mostravam tibieza, perplexidade e corrupção, por parte dos três braços — clero, nobreza e povo — até que foram encerradas, no dia 15 de Março de aquele mesmo ano de 1580.

Algumas semanas depois, os Governadores resolvem abandonar Almeirim, porque se não sentiam bem com a proximidade de Santarém, onde era mais evidente a simpatia por D. António, prior do Crato, ou porque o Ribatejo estava sendo açoutado por uma epidemia de peste.

De entre os cinco Governadores, havia três que eram pública e notoriamente favoráveis à causa de Filipe II: D. João Mascarenhas, o heróico e antigo defensor de Diu; Francisco de Sá de Meneses, reposteiro-mor da Casa Real e Diogo Lopes de Sousa, governador da Casa do Cível. Havia outro, que não decidia claramente a sua atitude e era D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa, se bem que estivesse mais ou menos comprometido com Filipe II. Do elenco fazia finalmente parte D. João Telo de Meneses, o único que repeliu altivamente todas as propostas de Cristóvão de Moura (1).

Começaram os primeiros quatro Governadores por se desenhencilharem do quinto, encarregando-o de ir para Lisboa, prover à defesa militar da Capital. Depois, encaminharam-se para Setúbal, onde chegaram a 4 de Junho, acompanhados de D. João, duque de Bragança, dos Embaixadores de Castela, vários fidalgos e alguns procuradores às Cortes.

Não dizem os nossos historiadores em que casa da velha Setúbal se instalou esta corte de 50 fidalgos, disposta a fazer vingar a causa de Filipe II. Diz, porém, Almeida Carvalho e está na tradição setubalense que os Governadores se aposentaram no palácio do Duque de Aveiro, o que é de crer, visto que este titular aderiu também ao partido filipista.

Uma das primeiras medidas tomadas pelos Governadores em Setúbal consistiu em reforçar a Torre do Outão e confiar as suas chaves a Ambrósio de Aguiar Coutinho, parente de Cristóvão de Moura, o que equivalia a entregar a defesa marítima da vila ao Rei de Espanha (2).

(1) Manuel Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. 4, Lisboa, 1907.

(2) João Carlos de Almeida Carvalho, *Anais do Município de Setúbal*, obra dactilografada, existente na Biblioteca Municipal de Setúbal, vol. «O Prior do Crato», Setúbal, 1954.

Apesar de tanta docilidade e subserviência, não estava ainda satisfeito Filipe II e por isso, em 16 de aquele mesmo mês de Junho, um poderoso exército de 20.000 homens, comandados pelo Duque de Alba, e do qual faziam parte castelhanos, aragoneses, italianos e alemães, atravessa a nossa fronteira do Alentejo e começa a tomar praças sucessivas e indefesas.

No dia 18, Filipe II é aclamado rei de Portugal em Elvas, e, no dia seguinte, 19 de Junho, o povo de Santarém amotina-se e aclama igualmente D. António, prior do Crato.

A partir deste momento, a odienta Corte de Setúbal não tem um momento de sossego, com medo de que, em carreiras à desfilada, ali chegasse D. António antes do Duque de Alba.

Logo que os Governadores tiveram em Setúbal notícia da aclamação de D. António, mandaram dizer ao Governador D. João Telo, que se encontrava em Lisboa, que não permitisse a entrada ali do Prior do Crato, mas este entrou sem resistência na Capital no dia 23 e instalou-se no Palácio Real da Ribeira ⁽³⁾.

Entretanto, o povo de Setúbal começava a juntar-se e a lamentar o avanço das tropas do Duque de Alba, o que conduziria certamente à perda da nossa independência. Exaltaram-se ainda mais os ânimos quando se soube que o Governador João Telo, chegado de Lisboa a Setúbal em 24 de Junho, foi injustamente apodado de traidor pelos outros, estes sim, traidores Governadores. Assim, D. João Telo, o patriota Governador, foi metido em prisão, com grande escândalo público.

Foi então que começou a rugir a fúria popular. Eram os marítimos, que abandonavam embarcações e redes de pesca e vinham para a Rua da Praia gritar improperios contra os invasores espanhóis. Eram os salineiros do Sado, que acorriam às Fontainhas, em uivos de cólera, contra os vendilhões da Pátria. Eram os hortelões da Baixa de Palmela, que enchiam o Largo do Sapal e, virados para as janelas do Duque de Aveiro, com os braços no ar, punhos cerrados, os lábios espumantes de raiva, gritavam sem cessar: «Morrão os traidores! Viva D. António!» ⁽⁴⁾.

⁽³⁾ Luís Augusto Rebelo da Silva, *História de Portugal nos Seculos XVII e XVIII*, vol. II, Lisboa, 1871.

⁽⁴⁾ *Anais* citados, no mesmo volume.

Os Governadores já não tinham confiança na sua própria guarda de alabardeiros, viviam completamente aterrados e diz-se que D. João Mascarenhas, a quem a corrupção aniquilara a velha heroicidade dos tempos da Índia, olhando repetidamente, através das janelas, para o Estuário do Sado, na esperança de ver chegar a armada castelhana, não se cansava de exclamar: «Ai, Filipe, Filipe, que tanto tardas!».

Ocorre aqui abrir um pequeno parêntesis. Seria louvável esta atitude de revolta por parte do povo de Setúbal?

Era pelo menos lógica e patriótica. Entre aqueles que desejavam um rei português e aqueles que vendiam as suas consciências a um rei estrangeiro, os setubalenses preferiam os primeiros e clamavam contra os segundos; entre aqueles que defendiam a independência nacional e aqueles que se bandeavam com os castelhanos, o povo de Setúbal mostrava que desejava a continuidade da sua história gloriosa.

D. António era um irrequieto, talvez mesmo leviano e estouvado. Alguns historiadores, como Alexandre Herculano, em *Pouca luz em muitas trevas*, e Rebelo da Silva, na *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, são implacáveis para com o Prior do Crato, chamando-lhe miserável e afirmando que alguns documentos encontrados nos provam que D. António entrou em negociações com D. Filipe, não tendo todavia chegado a um ajuste de venda ⁽⁵⁾.

De igual opinião foi em determinada época Queirós Veloso, quando escreveu *A Dominação Filipina* ⁽⁶⁾, mas este mesmo autor, que depois estudou a questão mais profunda e conscienciosamente, fez mais tarde acto de contricção, opinando que as propostas feitas pelo Prior do Crato deviam apenas ter em mira «ostentar importância, iludir os agentes do Rei Católico, despistar alguns dos seus próprios amigos, como o Marquês de Vila Real e D. Jorge de Noronha que foram os primeiros a vender-se» ⁽⁷⁾.

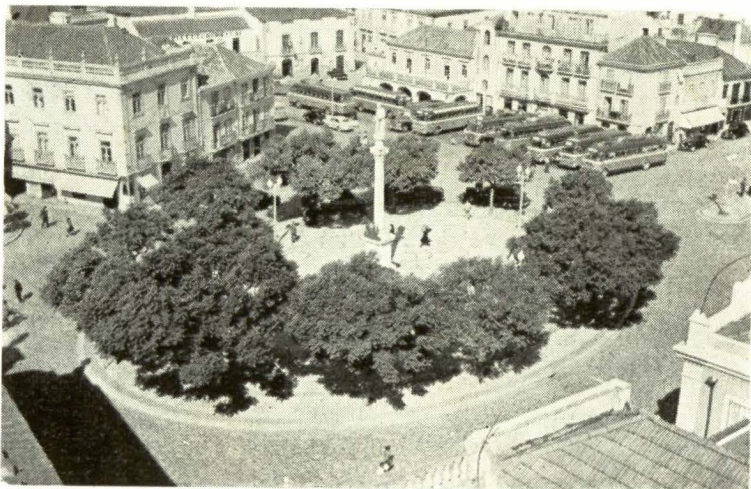
⁽⁵⁾ Alexandre Herculano, *Pouca luz em muitas trevas*, Lisboa, 1851.

⁽⁶⁾ Queirós Veloso, *A Dominação Filipina*.

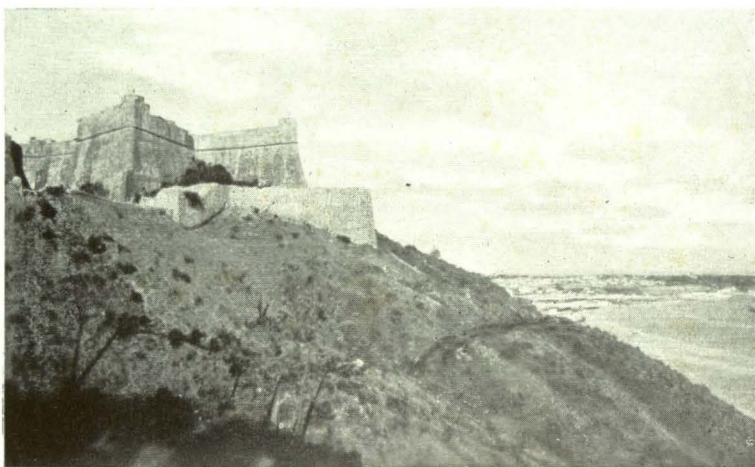
⁽⁷⁾ *História de Portugal*, vol. V, Barcelos, 1937.



Setúbal. Vista parcial da cidade



Praça do Bocage



Setúbal. Vista parcial do castelo e da cidade



Antigo forte do Outão

De idêntica opinião se mostrou Manuel Bento de Sousa, o qual no *Doutor Minerva* alvitra que as propostas de D. António «representavam um puro artifício e de modo algum a tenção de pactuar» (8).

Mas, fosse como fosse, o Prior do Crato simbolizava agora a independência da Nação e era à sua roda que deviam agrupar-se todos aqueles que queriam reviver as horas gloriosas dos Atoleiros e Aljubarrota e não queriam ver amortalhadas as nossas conquistas e descobrimentos.

Reatemos entretanto a nossa narrativa.

Nas ruas de Setúbal, o povo agitava-se e mostrava-se cada vez mais descontente e exaltado. No Palácio do Duque de Aveiro campeava idêntica desordem, todos se entreolhando com terror e angústia.

Os Governadores temiam que a exaltação popular pusesse em perigo as suas vidas. Os fidalgos, comprometidos com as cédulas de Filipe II, passavam horas amarguradas, com as consciências oprimidas. O próprio Duque de Bragança, D. João, que naquela hora devia patentear dotes de chefe militar, para obter a coroação de D. Catarina, sua mulher e neta de El-Rei D. Manuel, mostrou-se inapto, impopular e avaro, esperando na Corte de Setúbal que a Coroa Real viesse por milagre cair na cabeça da excelsa duquesa, senhora aliás dotada de grandes qualidades e virtudes (9).

Tão grande era a imperícia de toda aquela gente da Corte de Setúbal que o Duque de Bragança, em certo dia, declara que vai oferecer-se a Filipe II, porque «o triunfo de D. António seria a maior das afrontas para o seu nome e para os direitos da sua Casa!», despede-se dos Governadores e sai da vila (10).

Entretanto conspira-se em Setúbal e essa conspiração estava no ânimo de todo o povo, embora contasse com o desdém ou a má vontade das pessoas qualificadas da terra (11). Nem um fidalgo ou um chefe militar que capitaneasse o povo prestes a amotinar-se! Nem um frade que incitasse à revolta e alçasse a cruz de Cristo, para abençoar o movimento libertador! E Cristóvão de Moura, para maior afronta, continuava em Setúbal a assinar, a prometer,

(8) Manuel Bento de Sousa, *O Doutor Minerva*, Lisboa, 1894.

(9) Sousa Costa, *Dona Catarina, Duquesa de Bragança*, Lisboa, 1958.

(10) *História de Portugal*, edição de Barcelos, vol. V.

(11) *Anais* citados, no mesmo volume.

a negociar consciências, a segurar os Governadores, aos quais dizia que era preciso fazer aclamar Filipe II em todas as cidades e vilas do Reino e declarar traidor e tirano a D. António!... (12).

Em certo dia, constou aos Governadores que o Conde de Vimioso, à frente de alguns soldados, saíra de Lisboa e se aproximava de Setúbal. Então, mandaram dar rebate e ordenaram -a Diogo da Fonseca, seu guarda-mor, que embargasse a entrada na vila àquele partidário do Prior do Crato. Mas o povo, amotinado, juntou-se no Alto do Viso, vitoriou o Conde de Vimioso, fez causa comum com os seus soldados, agregaram-se-lhe alguns procuradores às Cortes e tudo entrou de roldão na vila para embaraçar a execução do plano dos Governadores e facilitar a causa dos patriotas.

Durante alguns dias, travaram-se negociações entre o Governador João Telo e o Conde de Vimioso, partidários de D. António, e os outros Governadores, inclinados à causa de Castela, sem que se conseguisse chegar a qualquer acordo. Este tempo foi ainda aproveitado para acumular nas casas do Duque de Aveiro mosquetes, pólvora e pelouros, fazendo de aquele palácio o baluarte de defesa da Corte de Setúbal, de onde se pudesse fazer fogo sobre o povo, quando este erguesse voz e se revoltasse a favor de D. António.

Os dias iam passando e as galés de Castela, tão ansiosamente esperadas pelos corruptos Governadores, não se resolviam a aproar ao estuário do Sado, o que se faria com a anuência e protecção do Comandante da Torre do Outão, recentemente nomeado, Ambrósio Coutinho. Para fazer tempo, lembraram-se então os Governadores, no dia 26 de Junho, de marcar, para 30 do mesmo mês, uma eleição diabólica, a fim de dar sentença na solução da crise nacional. Esta eleição encobria um plano insidioso, porque pretendia contrapor o voto único do povo ao voto do clero e ao voto da nobreza.

Foi então que explodiu a revolta. O povo de Setúbal, levando à frente o Conde de Vimioso, dirigiu-se ao palácio do Duque de Aveiro, forçou a guarda dos alabardeiros, invectivou àsperamente os Governadores, os Embaixadores espanhóis e os fidalgos portugueses, que ali se tinham refugiado. Depois, com exclamações de «Traição! Traição!», exigiu que o palácio fosse evacuado e todos os seus ocupantes abandonassem a vila. Foi talvez

(12) *Ibidem.*

por causa de aquelas exclamações «Traição! Traição!», usadas naquele momento de revolta pelos habitantes de Setúbal, que, durante as décadas de ocupação castelhana, os soldados dos Filipes chamavam *calle de los traidores* a uma rua que ladeava as casas do Duque de Aveiro e pela qual saíram os fidalgos (13).

Não houve derramamento de sangue, o que torna mais sublime a revolução de Setúbal. Diz Rebelo da Silva que a ausência de mortes se deveu à intervenção de Cristóvão de Moura, que teria arengado ao povo revoltado, o que é pouco crível (14), porque os revoltosos não deviam ter mais sede aos Governadores corrompidos do que ao Embaixador corruptor. Mais aceitável é a opinião emitida por João Carlos de Almeida Carvalho, filho da terra, o qual nos afirma que a sangueira foi evitada pelo nobre Conde de Vimioso, verdadeira figura de fidalgo, que em tudo agia e procedia como um descendente de El-Rei D. João I e do Condestável D. Nuno Alvares Pereira.

Como dissemos, o Duque de Bragança já tinha abandonado a vila. Outros fidalgos abandonaram o palácio, nesse mesmo dia, 26, vaiados pela multidão, mas protegidos pelo Conde de Vimioso. Três dos Governadores, D. João Mascarenhas, Francisco de Sá de Meneses e Diogo Lopes de Sousa, saíram por uma janela na madrugada do dia seguinte, 27, tomaram uma embarcação que os esperava no Rio Sado e de ali seguiram até ao Rio Guadiana, indo esperar ordens de Filipe II na vila algarvia de Castro Marim. Na mesma embarcação seguiram também outros elementos graduados da chamada «Corte de Setúbal», tais como: o vedor da fazenda, D. Duarte Castelo-Branco, com o dinheiro que pôde reunir e as valiosas jóias da Coroa; Luís César, provedor-mor dos Armazéns; Diogo Lopes de Sequeira, D. Fernando de Noronha, D. Pedro de Meneses, D. António de Castro e outros fidalgos que publicamente tinham dado voz pelo Rei Católico.

Os embaixadores espanhóis, Cristóvão de Moura e o Duque de Ossuna, saíram em pleno dia, e, sempre acompanhados pelo Conde de Vimioso, atravessaram a vila e tomaram o caminho do Alentejo. Soube-se depois que, tanto

(13) *Ibidem.*

(14) Rebelo da Silva, *ob. cit.*, no mesmo lugar.

o povo de Alcácer do Sal como o de Montemor-o-Novo não quiseram receber os Embaixadores e estes foram compelidos a refugiar-se na Ermida de Santiago, até que puderam ser abrigados pelas tropas do Duque de Alba. Mas o próprio C. de Moura havia de dizer mais tarde que ficara devendo a vida ao Conde de Vimioso.

Desta forma, em 27 de Junho, Setúbal estava liberta dos ferozes partidários de Filipe II. Tinham ali ficado dois Governadores: D. João Telo, que sempre repeliu a causa de Filipe, e o Arcebispo de Lisboa, que se negara a acompanhar os três Governadores fuggitivos.

Com estes dois Governadores, se reuniram então em conferência secreta o Conde de Vimioso, o valoroso jesuíta Martim Gonçalves da Câmara, Luís da Silva e outros partidários, ao tempo permanecendo em Setúbal, a fim de deliberarem se aqueles dois Governadores poderiam usar dos seus poderes, mas honestamente se entendeu que eles constituíam minoria e nada podiam resolver ⁽¹⁵⁾.

No dia seguinte, 28 de Junho, entrava D. António em Setúbal, debaixo do pálio, sendo recebido pela população com as mais affectuosas demonstrações de júbilo e respeito. O Prior do Crato achava-se senhor de quase todo o reino, com excepção das vilas do Alentejo já occupadas pelo Duque de Alba, da cidade do Porto, onde os magistrados tinham conseguido dominar a vontade popular, e da cidade de Braga, cujo Arcebispo, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, pôs todo o seu alto prestígio a favor de Filipe II.

Durante os dias que passou em Setúbal, D. António occupou-se de medidas defensivas; fez substituir o Comandante do Outão, recentemente nomeado, o tal Ambrósio Coutinho, que recolheu à prisão; substituiu outros comandos e tomou outras providências. Entre estas providências, diz Barbosa Machado, no tomo I da *Bibliotheca Lusitana*, conta-se também a cunhagem de moeda ⁽¹⁶⁾.

Alguns autores negam que D. António batesse moeda em Setúbal, visto que, acrescentam, não há memória de em Setúbal ter existido qualquer estabelecimento com a maquinaria apropriada para realizar aquella operação.

⁽¹⁵⁾ *Anais* citados, volume mencionado.

⁽¹⁶⁾ Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, tomo I, Lisboa, 1759.

No entanto, a afirmação feita por Barbosa Machado tem o seu valor, porque ele se deu muito com Gregório de Freitas, o incansável investigador dos manuscritos de Setúbal ⁽¹⁷⁾. Além disso, acrescentam outros investigadores locais, D. António não teria ordenado o fabrico de moeda em Setúbal, para o que lhe faltavam naturalmente as máquinas e a matéria prima, mas teria mandado proceder à *contramarcacão* de moeda existente, para o que bastaria uma maquina rudimentar, como se havia de ver mais tarde, em 1642, no reinado de D. João IV.

Entretanto, vinham-se recebendo notícias da queda de várias praças do Alentejo. O suborno, a falta de preparação militar, a penúria e o desânimo davam-se as mãos e ninguém diga que ao Clero e à Nobreza couberam as culpas de todas as desgraças. O procurador de Lisboa Dr. Manuel de Sousa Pacheco, aparentando independência política, e outros idênticos procuradores dos Municípios, acabaram também por se vender a Castela e favorecer a causa de Filipe II.

Em Campo Maior, por exemplo, o alcaide quis resistir ao exército invasor, mas o povo amotinado arrancou-lhe as chaves das mãos e foi entregá-las aos castelhanos ⁽¹⁸⁾. E mais tarde, nas Cortes de Tomar de 1581, haviam de ser precisamente os representantes dos concelhos que haviam de cometer a vileza de pedir a Filipe II o castigo dos partidários do Prior do Crato! Elvas, Estremoz, Vila Viçosa, Arraiolos, Montemor e Redondo tinham já igualmente caído nas mãos dos inimigos.

Repartiam-se agora as opiniões entre os amigos de D. António. Devia este aguardar em Setúbal o embate das tropas castelhanas ou seria preferível preparar a defesa em Lisboa? Prevaleceu a segunda solução e D. António abandonou Setúbal, não por medo, pois que já em Tânger e Alcácer-Quibir tinha dado provas da sua coragem, mas sim pela necessidade de prover à defesa de Lisboa e ali aguardar a ofensiva castelhana.

⁽¹⁷⁾ Manuscritos de Gregório de Freitas, examinados por Almeida Carvalho, seu conterrâneo, e citados nos *Anais do Município de Setúbal*, vol. «Prior do Crato».

⁽¹⁸⁾ Pinheiro Chagas, *ob. cit.*, no mesmo lugar.

Passam-se alguns dias e a 15 de Julho o cilindro castelhano de 20.000 soldados, rolando sobre a província do Alentejo, vem acampar a duas léguas de Setúbal. Na madrugada do dia 17, o Duque de Alba chega às portas da vila, ocupa o Mosteiro de S. João, cujas reclusas tinham fugido com o Duque de Aveiro e dispõe as suas numerosas tropas pela Baixa de Palmela.

Ainda no mesmo dia, um tal Simão de Miranda, conhecido partidário de Filipe e dois vereadores, cujos nomes nunca foram divulgados, estabelecem ligação entre os habitantes de Setúbal e o Duque invasor, sem que se tivesse chegado a um acordo. Porém, no dia seguinte, 18 de Julho, os encarregados da defesa da vila, Francisco Mascarenhas e Diogo Botelho o Moço, vendo que a população não se queria render, estavam pouco dispostos à capitulação, mas também reconheciam que não podiam dar combate porque lhes faltavam os meios. Por fim, os setubalenses, reconhecendo que estavam sem defesa, levantam a bandeira da paz e levam ao Duque de Alba as chaves da vila ⁽¹⁹⁾.

O chefe castelhano entrou então em Setúbal e, pretendendo dar um exemplo da sua magnanimidade, não permitiu a princípio que a soldadesca entrasse na vila, para evitar saques e abusos. Isto descontentou muito os soldados, que bem conheciam o seu chefe, intrépido militar, mas homem sanguinário e de poucos escrúpulos ⁽²⁰⁾. Por isso, a vila foi depois saqueada e os seus arredores inteiramente devastados, como narrou o voluntário polaco Lassota de Steblovo em seu *Diário*, que foi conhecido de Almeida Carvalho. Os soldados do Duque de Alba feriam, matavam e roubavam nas ruas de Setúbal, atirando-se também para as masmorras com muitos partidários de D. António ⁽²¹⁾.

Setúbal caíra nas mãos do Duque de Alba e hasteava a bandeira castelhana, mas na Torre do Outão tremulava ainda a bandeira nacional e no estuário do Sado navegavam dois galeões e uma urca, que se conser-

⁽¹⁹⁾ *Anais* citados, no mesmo lugar.

⁽²⁰⁾ Visconde de Chateaubriand, *Essai historique, politique et moral sur les révolutions*, Paris, 1797.

⁽²¹⁾ Erich Lassota de Steblovo, *Diário de 1580-1585*, examinado e citado por Almeida Carvalho.

vavam fiéis a D. António. Ao Outão acabavam de chegar, vindos de Lisboa, artifícios de fogo, grande quantidade de pólvora, biscoitos e provimentos indispensáveis a uma longa resistência.

O Duque de Alba, por meio duma trombeta e através de vários emissários, procurou subornar o Governador da Torre do Outão, mas nada conseguiu, porque Mendo da Mota, colocado ali por D. António, reunia às suas qualidades de intrépido militar a consciência sã dum patriota e verdadeiro homem de bem ⁽²²⁾:

Então, o Duque, vendo que não chegava a almejada esquadra de D. Álvaro de Bazan, Marquês de Santa Cruz, resolve investir contra a fortaleza no dia 20, ordenando o avanço da infantaria de Próspero Colona pela margem direita do Sado e a marcha da artilharia de Francisco Alava pela Serra da Arrábida. Foram duros os combates desse dia, de parte a parte se lutava com energia e galhardia, mas, apesar de haver bastantes mortos e feridos nos dois campos de combatentes, não se previa ainda como se decidiria a sorte das armas, quando se vê surgir no Oceano, a meio da tarde, a armada castelhana do Marquês de Santa Cruz.

Foi de enorme efeito psicológico o aparecimento desta armada, tanto para os defensores como para os atacantes. A urca portuguesa, tomada de pânico, ia a render-se quando foi varejada pela própria artilharia do Outão. Os galeões, contagiados pela mesma covardia, iam a fugir quando foram aprisionados pelos barcos espanhóis. Deste momento em diante, a Torre do Outão, que tão denodadamente se tinha defendido, batida agora por mar e por terra, encontrava-se numa situação difícil.

Caiu a noite, mas a manhã do dia seguinte, 21, havia de trazer-nos outra surpresa, deveras desagradável. João Baptista Antonelli, lutando contra o parecer dos seus companheiros de armas e sofrendo os pelouros da mosqueteria e da artilharia da Torre, conseguiu cumprir a sua promessa, e, de madrugada, apareceu com as suas peças na encosta da Arrábida, em magnífica posição para bater o Forte ⁽²³⁾.

(22) *Anais* citados, no mesmo lugar.

(23) *Ibidem*.

Era a primeira vez que o exército invasor encontrava resistência, mas o engenheiro Antonelli vira com inteligência, porque a Torre do Outão, que domina a barra do Sado, também por sua vez é facilmente dominada da íngreme e adjunta encosta da Arrábida.

Desde as primeiras horas da manhã, a luta reacendeu-se, formando em linha, diante da Fortaleza 36 galés espanholas, 20 napolitanas, 10 sicilianas e 6 de armadores particulares, além de 40 naus e 30 chalupas e caravelas. Não era só destas embarcações que caía o fogo sobre a pequena Fortaleza, era também das tropas de terra que iam apertando o cerco. Mendo da Mota resistiu enquanto pôde, e depois, já rodeado de muitos mortos e feridos, reconhecendo a manifesta desproporção de forças entre portugueses e espanhóis, dispôs-se finalmente a capitular, e o estandarte da Torre, que tremulara com tanta altivez, desce agora num melancólico pôr-do-Sol que anunciava uma servidão de 60 anos!

Prospero Colona avançou então até à Fortaleza a receber as chaves das mãos de Mendo da Mota, a quem são prestadas todas as honras militares, saindo ele em liberdade, bem como os seus companheiros, tal foi a admiração confessada pelos inimigos, perante a bravura dos defensores da Torre do Outão ⁽²⁴⁾!

Terminara a resistência de Setúbal. O resto já não diz propriamente respeito à nossa narrativa: prosseguimento do exército espanhol, desembarque em Cascais, batalha de Alcântara, derrota de D. António, entrada do Duque de Alba em Lisboa, corrida de D. António sobre Coimbra, Aveiro, Porto, Viana do Castelo e finalmente o seu exílio e as suas infrutíferas arremetidas futuras.

Perderamos a nossa independência e por isso alguns meses depois, em Abril de 1581, reuniram-se as Cortes em Tomar para aclamar Filipe II de Espanha com o nome de Filipe I de Portugal.

Não queremos passar à frente sem dizer que na portaria do Convento de Cristo apareceu então o famoso édito de Filipe, a quem nós teimamos em chamar *segundo*, contendo um perdão geral para todas as pessoas comprometidas naquilo que falsamente se chamava a *rebelião do Prior do Crato*. Em todo o caso, como a Filipe chamaram o *Prudente*, desde logo tratou ele

(24) *Ibidem*.

de elaborar uma relação, que se encontra no Arquivo de Simancas, Secção de Estado, Maço 423, fol. 304, intitulada «Relacion de las personas que se han de exceptuar de mi perdon en la villa de Chaves y ciudad de Bragança».

Tratava-se duma lista de 52 pessoas que tiveram a honra de não serem perdoadas pelo rei católico, sendo 18 de Chaves, 24 de Bragança e 10 de outras localidades (25). Destas venerandas ruínas do Convento e Igreja do Carmo, onde adeja através dos séculos o espírito do Santo Condestável, eu saúdo os ínclitos patriotas que, na dolorosa crise nacional do século XVI, tão nobremente honraram as terras de Trás-os-Montes!

Mas Filipe II não brindou apenas os Portugueses com o perdão, a que já fizemos referência. Ele não desconhecia o velho rifão castelhano de «Solo no se consuela quién no lo quiera». E então prometeu também nas Cortes de Tomar: reinar com amor e clemência; acatar as leis e os privilégios do Reino; entregar a administração da justiça e os actos de administração pública a portugueses; cobrar apenas os impostos que fossem votados nas Cortes Portuguesas, realizadas em Portugal; cometer a portugueses todos os empregos civis, as prelazias, as abadias, os benefícios e comendas. E tudo era pouco, para abrandar os remorsos de aqueles que tinham vendido as suas consciências, para esquecer o arrependimento dos que não quiseram lutar e para afrouxar as iras dos que não podiam encarar o domínio castelhano. Por isso, Filipe II assinou os célebres 25 capítulos que regulariam as relações entre Portugal e Espanha, capítulos que nunca passaram duma tremendíssima burla, como era fácil de prever. Dizia-se ali que não perderíamos a nossa independência, mas os acontecimentos posteriores haviam de demonstrar que ficámos inteira e absolutamente escravizados.

Sabia Filipe que, se a população portuguesa lhe não mostrava qualquer afeição, a vila de Setúbal lhe era particularmente desafecta, e é nessa desafeição que devemos filiar a iniciativa da construção duma fortaleza, que pudesse facilmente bater a vila sadina. Quando actualmente visitamos aquele castelo desmantelado, que encima um outeiro a Poente de Setúbal e do qual

(25) Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, *Memórias Archeologico-Historicas do Distrito de Bragança*, tomo III, transcrevendo documentos do Arquivo de Simancas (Secção de Estado, maço 423, fol. 304), Porto, 1932.

se desfruta um panorama empolgante, devemos ver naquele castelo, construído por ordem de D. Filipe e em honra de S. Filipe, um bacamarte castelhano apontado ao coração de Setúbal, pronto a fazer desaparecer todas as veleidades patrióticas, que partissem da mesma vila.

Infelizmente, não melhoravam as condições de vida. A fidalguia continuava arruinada; o povo ressentira-se da desordem resultante da crise de 1580; muitos homens fugiam para Lisboa e os campos não eram agricultados; havia fome e peste, acentuava-se a libertinagem e as autoridades não davam qualquer remédio àquela desordem. Em Setúbal acrescia ainda outro mal, porque os marítimos queriam pescar, mas viam-se frequentemente assaltados pelos barcos de corsários mouros, que infestavam a nossa costa.

Setúbal tinha sido ocupada por tropas espanholas e, à desordem estabelecida, à fome e à miséria, juntava-se o vexame causado pelas tropas ocupantes e pelo não cumprimento das promessas feitas.

Ainda por cima, os Filipes queriam que o povo se sentisse alegre e satisfeito e fizesse festas. Foi assim que em 1605, por ocasião do nascimento dum príncipe, que havia de ser mais tarde o detestado Filipe IV, a Câmara de Setúbal recebeu do Vice-Rei uma carta, que provavelmente foi enviada a todas as Câmaras do Reino, e assim acabava, depois de aconselhar festejos: «...e isto sem vos importardes com as possibilidades dessa Camara, nem com as dos mais povos do seu distrito, porque para se vencerem impossibilidades é razão que se busquem todos os meios, sem se reparar em nenhuma cousa, porque disso se haverá Sua Magestade por bem servido, e do que se fizer me avisareis» (26).

Quer isto dizer que, segundo o espírito governativo, nenhuma importância tinham a fome, a penúria, a peste e o desassossego, o que era preciso era fazer festas que agradassem a Sua Majestade, vencendo-se «todas as impossibilidades, sem se reparar em nenhuma cousa».

Se a acção de Filipe II se tornara francamente danosa para o reino de Portugal, o papel, desempenhado agora por Filipe III, patenteava-se dia a dia mais odioso para os Portugueses. Em vez de se respeitar o Conselho de Portugal, constituído por seis portugueses, um eclesiástico e cinco civis, para

(26) Manuscritos da Câmara Municipal de Setúbal, examinados e citados por Almeida Carvalho, nos *Anais do Municipio de Setúbal*, vol. «Filipes».

esclarecer os negócios lusitanos, tudo corria às ordens do Vice-Rei, o fidalgo espanhol D. Diogo da Silva Mendoza. Tudo era canalizado para as secretarias de Madrid, na mira diabólica de debilitar o nosso reino e de exterminar a política da nação portuguesa.

Foi em 1609 que a Câmara de Lisboa, talvez por imposição do Vice-Rei, começou a implorar a Filipe III uma visita a Portugal, e, para *dividir o mal pelas aldeias*, dirigiu-se à Câmara de Setúbal, no intuito de a associar aos festejos da recepção. Esse convite foi encontrado por Almeida Carvalho no arquivo da Câmara e de ele constavam estas palavras: «...que considerasse a maneira donde e por que modo se havia de tirar o dinheiro, com todas as suavidades e menos opressão dos povos».

A Câmara de Setúbal mostrou a sua má vontade, o povo resmungou com má catadura e a visita régia foi adiada. Três anos mais tarde, em 1612, reavivou-se a questão e à Câmara de Setúbal foi imposto que lançasse uma finta para custear as despesas da recepção. Mas um magote de populares invadiu a sala onde estavam reunidos os vereadores e declarou: «que o povo estava muito pobre e necessitado e assim impossibilitado de poder contribuir para a finta a que se procedia para o serviço de Sua Magestade».

Todavia, «como manda quem pode e obedece quem deve», os castelhanos ordenaram à Câmara de Setúbal que impusesse a finta e o mais que lhe concederam, para tudo ir a bom termo, foi que isentasse as pessoas dos vereadores e mais os seus parentes até ao 4.º grau!...

A título de curiosidade, para nos apercebermos das localidades que então gravitavam à roda de Setúbal e da importância de cada uma, damos a relação completa das fintas que recaíram sobre a região ⁽²⁷⁾:

Setúbal	989\$076
Grândola	69\$116
Palmela	322\$217
Coima	105\$745
Benavente	80\$153
Azeitão	76\$785

(27) *Ibidem.*

Samora Correia	43\$460
Barreiro	53\$668
Sesimbra	176\$223
Alhos Vedros	131\$784
Almada	245\$032
Alcochete	183\$130
Aldeia Galega	196\$183
Alcácer do Sal	372\$561
Cabrela	66\$688
Total.....	3.111\$821

Esta finta durou vários anos, porque a visita de Filipe III só veio a realizar-se em 1619. Também, a título de curiosidade, vamos transcrever, duma relação de 69 pessoas fintadas em Setúbal, alguns nomes e respectivas contribuições:

Estêvão Rodrigues, ourives	7\$500
João Rodrigues Ribeiro, o Pato.....	10\$000
João Fernandes, sapateiro	8\$000
Pero Fernandes, bengaleiro	10\$000
Domingos Lopes, que viera da Índia.....	15\$000
Manuel Ferreira, barbeiro	5\$000
António Dias, ferrador	1\$000
Etc., etc.	

E nós estamos mesmo a ver a vontade com que estes filhos do povo contribuíram para as festas que se haviam de fazer ao Rei Católico!

Estando já próxima a vinda de Sua Majestade, foi a Câmara de Setúbal convidada a indicar dois procuradores que a deviam representar nas próximas Cortes de Tomar e que afinal vieram a reunir em Lisboa. Recaiu a escolha em Miguel de Cabedo de Vasconcelos e Jorge Neto de Porras, mas o primeiro não aceitou e fez bem, sendo substituído por Tristão de Castro.

Chegou enfim Filipe III. Em Évora se deleitou com um auto de fé, e em Almada aguardou, durante alguns dias, que a sua armada entrasse no

Tejo. Depois, entrou em Lisboa, houve festas ruidosas preparadas pelos adulares, e, nas Cortes reunidas, não satisfez o Rei as justas aspirações apresentadas. Em Lisboa, deu-se então um incidente, que não deixou de ser um bom prenúncio e que consistiu num grave tumulto entre os mosqueiros da guarda castelhana e os criados da Casa de Bragança. Este tumulto era o reflexo da viva hostilidade que D. Teodósio, sétimo Duque de Bragança, pública e oficialmente manifestava contra o novo Vice-Rei, Duque de Uzeda (28).

No dia 18 de Setembro de 1619, recebeu a Câmara de Setúbal a seguinte carta régia, saída de Lisboa: «Juiz, Vereadores e Procurador da Camara da Villa de Setuval: Eu El-Rey vos envio muito saudar. Tenho resoluto de ir a essa Villa, e fazer nella entrada publica debaixo de palio a vinte e cinco do presente, e pareceu-me avisar-vo-lo para que havendo-o entendido, previnhaes o palio, os vestidos dos officiais da Camara, a pessoa que ha de fazer a pratica e as mais cousas necessarias para aquelle acto, com o cuidado, que a brevidade requer, e de maneira que tudo esteja prompto como convem, no que vos conformareis com o que fizeram os outros logares deste Reino em que Eu fiz entrada. Rey. Duque de Villa Hermosa. Conde de Ficalho». E no sobrescrito:

«Por El-Rey. Ao Juiz Vereadores e Procurador da Camara de Setuval».

Lida esta carta na sessão camarária do dia 18, logo a vereação encarregou o seu vogal Jorge Neto de Porras de ir a Lisboa buscar toda a indumentária necessária, ao mesmo tempo que cometia ao licenciado Fernão Pinto de Magalhães a tarefa de preparar o discurso de boas vindas.

Entretanto a partida de Lisboa foi adiada para o dia 29 e os de Setúbal mandaram dizer para Lisboa que não tinham dinheiro para comprar um pálio. Nesta altura, os governantes de Lisboa, agastados já com a rebeldia dos setubalenses, responderam com cinco palavras: «Cumpram o que está ordenado» (29).

(28) Pinheiro Chagas, *ibidem*; *História de Portugal*, edição de Barcelos, vol. citado.

(29) João Carlos de Almeida Carvalho, *Anais do Município de Setúbal*, vol. «Filipes», Setúbal, 1955.

Filipe III e o Príncipe Filipe, futuro Filipe IV, atravessaram o Tejo numa galeota na tarde do dia 29 de Setembro de 1619, dormiram em Coina, passaram depois pela casa do Duque de Aveiro, em Azeitão, no dia 30, chegando finalmente ao Viso, subúrbios da vila de Setúbal.

Aqui aguardavam Sua Majestade e Sua Alteza a Câmara, as autoridades e a fidalguia, todos com tochas acesas, e assim acompanharam Filipe III ao Convento de S. Francisco.

Diga-se desde já que os frades de S. Francisco não gostaram de aboler o poderoso soberano. Fizeram-no porque a isso foram compelidos, porém desde logo disseram que emprestavam a casa, mas não concorriam com trabalho nem com despesas. No dia seguinte, 1.º de Outubro, entrou D. Filipe na vila que tanto o detestava, sendo aguardado na Porta Nova pelo Juiz de Fora, que discursou, e sendo-lhe entregues as chaves do burgo pelo vereador mais velho. Então, o Duque de Aveiro, D. Álvaro de Lencastre, como alcaide-mor de Setúbal, adiantou-se, descobriu-se, tomou as rédeas do cavalo que Sua Majestade montava e assim o conduziu até à porta da Igreja de Santa Maria da Graça ⁽³⁰⁾.

Aqui, era D. Filipe aguardado pelo prior-mor da Ordem de Santiago, D. Frei Jorge de Melo, que lançou água benta a El-Rei, tendo este entrado no templo e rezado a sua oração.

El-Rei permaneceu ainda em Setúbal nos dias 2 e 3, presidiu ao capítulo da Ordem de Avis, visitou os conventos de frades e freiras, incorporou-se numa vistosa procissão e, através das janelas do palácio de Aveiro, onde se recolhera, via as luminárias, mas dizia que não enxergava o povo. Efectivamente, o público absteve-se e não houve trombetas, charamelas nem atabales que conseguissem fazê-lo associar às festas em honra do Monarca das Espanhas. A própria Câmara escusou-se quanto pôde, com o pretexto da falta de meios, e os próprios historiadores espanhóis são completamente omissos quanto à concorrência do povo de Setúbal, por ocasião da visita de Filipe III.

O Monarca só fora bem recebido por alguns adutores ⁽³¹⁾, um dos

⁽³⁰⁾ *Ibidem.*

⁽³¹⁾ João Sardinha Mimoso, *Entrada em Portugal de D. Philipe, III deste Reyno*, Lisboa, 1630.

quais, Vasco Mouzinho de Quevedo, desdenhando a sua Pátria e a sua língua, não teve pejo de assim se exprimir ⁽³²⁾:

Canto la gloria del hermoso día,
Que amanece à la tierra Lusitana,
Quando el Monarcha como sol le embia
Rayos de su presencia soberana.

Finalmente, no dia 4 de Outubro, Filipe III e a sua comitiva partiam para Palmela e Setúbal viu-se livre dum visitante bem pouco desejado ⁽³³⁾.

Entretanto, acentuava-se o mal-estar; à fome e à peste juntavam-se impostos e mais impostos e o Governo de Madrid não encontrava maior consolação que não fosse a promessa de que os funcionários falecidos seriam substituídos pelos próprios filhos.

Enquanto se sabia que os nossos domínios do Ultramar estavam sendo cobiçados e em parte ocupados por holandeses, franceses e ingleses, por manifesta inabilidade do Governo de Madrid, o nosso Vice-Rei ordenava que a vila de Setúbal adquirisse 200 mosquetes, 200 arcabuzes, 6 quintais de pólvora, 4 quintais de murrão e 6 quintais de chumbo, o que tudo se enviava à Câmara, para que «ela o carregasse no respectivo livro e, se não pudesse pagar tudo, se faria obrigação em forma do que ficasse devendo». Todo este material foi guardado no armazém da Câmara e esta, para pagar, teve que lançar mais imposto sobre o vinho e a carne consumidos ⁽³⁴⁾.

Em 1601 tinha cessado um dos surtos da peste e o Vice-Rei ordenou para Setúbal que se fizesse uma procissão em acção de graças, «que sairia da Igreja de S. Sebastião e recolheria na de S. Julião, fazendo-se danças, festas e as mais solenidades que fossem possíveis para o que a Câmara dará toda a ajuda».

⁽³²⁾ *Anais citados*, vol. V.

⁽³³⁾ João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Philipe II Nosso Senhor ao Reyno de Portugal*.

⁽³⁴⁾ *Anais citados*, no mesmo lugar.

Aumentava o desassossego, murmurava o povo, toldavam-se os horizontes e por isso um dia os capitães do terço, Miguel Delgado e Rodrigues de Cortes, abandonaram a vila e comunicaram o que se passava a Cristóvão Soares. Este respondeu em 2 de Janeiro de 1599 dizendo que «se tinha espartado de passar pelas cabeças de Suas Mercês o saírem da villa, porque o lugar em que Sua Majestade os havia posto não será somente para os tempos prósperos...».

Outra grande contrariedade, que o povo de Setúbal tinha de suportar, era o aboletamento de soldados castelhanos e as rixas frequentes que com eles tinha de suportar. Para maior desgraça e porque se sabia que a vila era especialmente desafecta aos Filipes, Setúbal transformara-se numa praça de concentração de tropas castelhanas.

Em 1607, chegaram a Setúbal dois capitães castelhanos, que intimaram os moradores a receber a gente de guerra, recém-vinda. A Câmara destina-lhe o arrabalde de Troino, mas aqueles capitães exigem o alojamento na vila. O Comandante D. Luís Fajardo leva o seu protesto à pessoa do Vice-Rei, que era nesse tempo o Bispo D. Pedro de Castilho, acrescentando: «Não estando os soldados bem guardados e agasalhados, deixarão suas bandeiras, e outros sairão aos campos para roubar, onde fariam grandes danos». Foi a Câmara chamada a dar explicações, o que não foi difícil, argumentando que assim procedia por causa daquilo mesmo que o Comandante Fajardo confessava, isto é, «que não queria dentro da vila soldados ladrões e sem disciplina». Finalmente, foi a Lisboa um vereador chamado Diogo Preto, o qual declarou não se poderem aturar os soldados castelhanos, que eram turbulentos e ladrões, acrescentando que o que mais interessava à vila era aumentar a produção de sal e a pesca de sardinhas ⁽³⁵⁾.

Ainda no mesmo ano, houve em Setúbal grandes distúrbios, porque os soldados castelhanos queriam levar trigo do Celeiro, sem indicarem os seus nomes e números, dizendo que eram os seus comandantes que assim os aconselhavam. Isto soube-se em Lisboa e o Vice-Rei chegou a temer uma revolução, sabendo que os naturais de Setúbal sempre ficaram muito avessos a Castela.

Os pobres marítimos recusavam as honras do recrutamento militar voluntário e por isso eram às vezes presos, carregados de ferros e algemados, para

⁽³⁵⁾ *Ibidem.*

assim serem conduzidos aos pontões do Tejo, onde eram embarcados nas armadas. Num documento de 12 de Março de 1622, diz o carcereiro de Setúbal «que lhe dêem grilhões para os presos, por faltarem os que levaram no ano passado os presos que com eles foram agrilhoados nas naus da Índia» (36).

O Governo queria juntar soldados e a Câmara dizia que não apareciam voluntários e que apenas podia apresentar alguns homens de fora, que vinham à vila tratar da sua vida e ali ficavam presos!...

Afinal, o que a Câmara e o povo pretendiam era ganhar tempo, porque se começava a antever a hora da emancipação.

Setúbal, mais do que nenhuma outra povoação, era castigada com a incómoda soldadesca espanhola. Eram tropas que guarneciam as fortalezas do Outão e S. Filipe, eram unidades militares que por ali passavam de Lisboa para Castela ou vice-versa, eram até corpos militares que ali iam descansar.

Em 1634, chegou a Setúbal um troço de tropas napolitanas, que ali ficaram aboletadas nas casas dos moradores, sendo estes obrigados a alimentá-las e fornecer-lhes tudo o que necessitassem. Logo no ano seguinte, 1635, soldados das armadas foram aboletados nas mesmas condições e em 1638 a vila é obrigada a alojar mais 500 homens, comandados por Belchior Correia de Franqua, que depois haviam de marchar para a Catalunha.

Finalmente, em 1639 redobram as exigências de natureza militar, fazendo o Governo apresentar soldados e cavalos. Desta vez, porém, a exigência foi mínimamente cumprida, não somente porque a ideia da restauração nacional se ia apoderando de todas as consciências, mas também porque era capitão-mor de Setúbal João Gomes da Silva, homem de cabeça e português de coração, que se opôs a grandes recrutamentos, suavizou muitos males e viria a ser brilhante figura na Restauração, como adiante veremos.

Mas, antes disso, quanto tinha sofrido a população de Setúbal!

Em 1628, foram tão longe as rixas entre os populares e os soldados castelhanos que houve mortos e feridos e os espanhóis tiveram de se refugiar nos armazéns da Câmara. O Corregedor, Dr. Sebastião Ferreira, em nome da vila, pediu a El-Rei que mandasse sair os soldados castelhanos, porque provocavam mortes, ferimentos, roubos, violências e outros males.

(36) *Ibidem.*

A resposta a estes queixumes consistiu em enviar para Setúbal mais tropas, sob o comando do Capitão Francisco de Almeida Mascarenhas, o qual assim viria a expressar-se: «Saímos de Lisboa às 9 horas da noite de 27 de Julho de 1628 e, chegando à vista de Setúbal das 9 para as 10 horas, éramos esperados por mais de 4.000 pessoas, as quais tão mal nos trataram que retirámos para Azeitão» (37).

Nesse motim, algumas pessoas, como o Mestre de Campo Francisco Cortês, o Juiz de Fora e o Ouvidor da Câmara, ainda procuraram apaziguar os ânimos, mas o povo só sossegou quando viu os soldados afastarem-se da vila. Porém, o Duque de Torres Novas tomou uma atitude execranda, pedindo o envio de mais tropas, porque desejava vingar-se da população setubalense. O desmiolado Duque assim dizia a Filipe IV: «...já mandei levantar uma força para atemorizar os amotinados, mas, longe de se amedrontarem, derribaram a força e levaram-na para onde bem quiseram e se quiser dar castigo não sei a quem confiar a execução, porque todos são uns». Este documento é de rara eloquência para demonstrar o estado de sofrimento das populações e a disposição do seu espírito para a revolução.

Aquela carta respondia Filipe IV, com aquele temor que invade a alma dos tiranos nas horas de dúvida: «Honrado duque, sobrinho e amigo. Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. Esta noite se recebeu a vossa carta, em que me dais conta de como essa vila não admitiu alojar-se nela a companhia do terço que ahi mandei e particularmente estranho que os fidalgos e gente principal dessa villa não terem assistido, respondendo assim à sua obrigação...» (38).

Andavam todos muito iludidos!

Foi por causa dessas ilusões e das crapulosas extorsões de Filipe IV que este se lembrou de chamar a si a administração das marinhas do Sado (39), porque a avultada soma de 220.000 cruzados, que o sal de Setúbal pagava de imposto, ainda não chegava para lhe matar a sede. Mas os proprietários e a povoação reagiram, protestaram, disseram que estavam cheios de ladrões e a violência não se consumou.

(37) *Ibidem.*

(38) *Ibidem.*

(39) Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1785.

Outro tanto não se verificou com o bagaço da azeitona. Era de uso engordar os animais com este produto, naquele tempo em que os engenhos agrícolas não levavam muito longe a extracção do azeite. Mas Sua Majestade decretou que em todo o Reino de Portugal os lavradores entregassem o bagaço da azeitona à Fazenda Real, a troco duma retribuição mínima, a fim de novamente ser espremido e aproveitado ⁽⁴⁰⁾. Esta extorsão, feita à lavoura, é um dos exemplos mais típicos da desavergonhada governação filipina. Mas isto ainda não era tudo, porque Filipe II, que impusera aos Portugueses, além dos impostos antigos e ordinários, mais um imposto de 500.000 cruzados, deixou bons sucessores, que o foram elevando, estando agora em 1.500.000 cruzados, que o povo português tinha de pagar, para retribuir ao amor que os Espanhóis lhe consagravam.

Não cessavam as exigências de toda a ordem. Já em 1633, o Governo de Lisboa convidara a Câmara de Setúbal a mandar procuração a um dos representantes dos concelhos, que tinham assento no primeiro banco das Cortes e que eram os delegados de Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Santarém. A Câmara de Setúbal reagiu, dizendo que sempre tivera assento nas Cortes e que aquelas 5 povoações não conheciam as necessidades da vila sadina. Pela primeira vez se registou a solidariedade dos fidalgos e povo de Setúbal, acendeu-se um conflito entre a vila e o Vice-Rei e tudo acabou com uma carta intimativa de Filipe IV. Porém, a Câmara, com o apoio dos nobres e do povo, insistiu na negativa, dizendo mais uma vez que não mandava nenhuma procuração, tanto mais que se ia discutir um assunto de mui alta importância para a sua vila, qual era o das salinas, a que já acima fizemos referência. E todos acabavam por dizer que «não deixariam de ser portugueses e setubalenses» ⁽⁴¹⁾.

Em 1637, estalava em Évora, como é sabido, a «Revolta do Manuelinho», que alastrou rapidamente a diversas povoações do Alentejo e Algarve. É de supor que Setúbal constituísse um belo terreno para germinar a semente da revolta contra os castelhanos, mas também é de considerar que a mesma vila, como anteriormente dissemos, estava sempre pejada de tropas de Castela.

⁽⁴⁰⁾ João Pedro Ribeiro, *Observações Historicas*, parte I, Lisboa, 1798.

⁽⁴¹⁾ *Anais* citados, volume V.

Por isso mesmo e porque se entendeu que o fruto ainda não estava maduro, Setúbal não se revoltou, mas deve lembrar-se que o seu povo sempre resistiu com denodo e dignidade às violências e abusos de Castela, repelia e combatia os seus soldados, muitas vezes chegando a arrancar-lhes as armas e levando-os para fora da vila, como atrás deixámos largamente referido.

Agora, já quase não havia opiniões antagónicas entre os Portugueses. Nobres e plebeus, militares e civis, sacerdotes e leigos, esquecidos de antigas quezílias, só pensavam em partir as algemas que há 60 anos os prendiam e retomar a marcha gloriosa duma Nacionalidade que se formara 500 anos antes.

Os cargos públicos já não tinham quem os servisse, os vereadores escondiam-se para não comparecer às sessões, a Câmara de Setúbal não reunia e todos os pretextos serviam para cada um se eximir a qualquer serviço oficial ⁽⁴²⁾.

Eram notórios e bem patentes o desprestígio, a fraqueza e a desordem do Governo de Madrid e foi neste ambiente que surgiu a Revolução salvadora do 1.º de Dezembro de 1640.

Vingada esta revolução e aclamado em Lisboa D. João, 8.º Duque de Bragança, com o nome de «D. João IV, Rei de Portugal», ordenaram os governadores que idêntica aclamação se fizesse na vila de Setúbal. Dessa missão foi encarregado João Gomes da Silva, que nós já conhecemos por ter sido capitão-mor da vila e que era pessoa de qualidade, por sua inteligência, valor e prudência, como já provara.

João da Silva saiu de Lisboa e em 4 de Dezembro chegou a Setúbal e procurou D. Pedro de Lencastre, bispo eleito da Guarda, pertencente à família do Duque de Aveiro, o qual já se encontrava reunido com outros fidalgos para preparar a aclamação.

O povo, alegre e inquieto, enchia as ruas e praças e dava já largas à sua alegria por ver o termo duma ignominiosa servidão.

Então, João Gomes da Silva, à frente dos oficiais e praças do terço de Setúbal, logo seguido das autoridades, nobreza e povo, subiu as escadas da Câmara, lançou mão do estandarte real, assomou à varanda e exclamou três vezes: «Viva D. João IV, Rei de Portugal!».

(42) *Ibidem.*

O povo respondeu num brado unísono; era uma alma dilacerada pelo sofrimento, que encontrava finalmente um bálsamo recuperador.

Clero, Nobreza e Povo, em cortejo festivo, percorriam as ruas da vila, soltando vivas a Portugal e a D. João IV; entraram na Igreja Matriz para render graças, soltaram os presos e, por espaço de alguns dias, continuaram os festejos, folganças e iluminações.

Das fortalezas, onde se tinham refugiado, os soldados castelhanos iam espreitando mas não abriam fogo, o que lhes seria relativamente fácil, porque o Castelo de S. Filipe, bem artilhado, dominava inteiramente a vila.

Finalmente, João da Silva, resolveu-se a cercar a Torre do Outão e o Castelo de S. Filipe, escolhendo para isso o dia 8, dia da Imaculada Conceição. Ao contrário do que se esperava, antes de se levantarem as espadas e de se dispararem os arcabuzes, D. João de Vitória, governador do Outão, e D. Alonso de Castilho, governador de S. Filipe, entregaram-se respectivamente a 10 e 14, do mesmo mês de Dezembro, com geral alegria dos setubalenses, tendo saído os mesmos Governadores com todas as honras militares. E acrescenta um historiador, coevo destes acontecimentos: «Os castelhanos mostraram igual alegria, saindo das fortalezas com armas e bandeiras, que venderam, indo depois beijar as mãos de El-Rei, de cujas benignidade e grandeza receberam bens, despachos e mercês».

Diz o Conde da Ericeira na *História de Portugal Restaurado* que as fortalezas de Setúbal opuseram resistência durante 8 dias ⁽⁴³⁾. Não nos parece que assim fosse, porque Almeida Carvalho, que tão minuciosamente devassou os escaninhos da sua terra, gostaria de mostrar como os seus conterrâneos tinham domado e vencido as fortalezas ocupadas pelos castelhanos. Acontece porém que, com a sua natural e constante probidade, o notável historiógrafo setubalense afirma que a Torre do Outão e o Castelo de S. Filipe caíram «sem ser preciso levantar as espadas nem disparar os arcabuzes» ⁽⁴⁴⁾.

Porque se entregaram tão facilmente estas e outras fortificações, que à data do 1.º de Dezembro de 1640 estavam na posse de castelhanos?

⁽⁴³⁾ Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, vol. I, Porto, 1945.

⁽⁴⁴⁾ *Anais* citados, volume V.

As dificuldades políticas e financeiras, que assoberbavam Filipe IV, não podiam deixar de se reflectir sobre o espírito combativo das suas tropas, e a poderosa Monarquia Espanhola, na qual nunca se punha o Sol, começava a vacilar e a mostrar sinais de ruína. Era para os castelhanos o canto do cisne, que nós começáramos a ouvir nos gemidos das guitarras de Alcácer-Quibir.

Por outro lado, como muito bem o fez sentir o Senhor Capitão Melo de Matos num judicioso e bem alicerçado estudo, publicado em 1942, *A rendição das guarnições castelhanas em 1640*, muitos dos governadores de aquelas fortalezas, posto que fossem castelhanos por nascimento, encontravam-se em Portugal havia mais de 40 e 50 anos, alguns se tinham casado em Portugal e eram pais e avós de portugueses. Não admira por isso que fossem criando um certo carinho por pessoas e coisas de Portugal e assim se dispusessem a mudar de amo e quisessem agora servir com D. João IV ⁽⁴⁵⁾.

Foi assim que D. José de Vitória, castelão da Torre do Outão, saiu de ali com todas as honras militares, para ceder o seu lugar ao português António de Moura, mas foi depois nomeado sargento-mor de Alcobaça. Por sua vez, D. Alonso de Castilho, abandonando da mesma forma o Castelo de S. Filipe e cedendo o seu lugar a D. Neutel, recolhe-se à vila de Setúbal, ficando a receber 18 mil réis por ano, para pagamento da renda de casa, e mais 16 mil réis por mês «que he outro tanto quanto gosava de soldo com o cargo de castellano do dito castello...».

Queremos rematar esta narrativa de sucessos setubalenses em tempos filipinos com uma nota alegre. Alguns dias após a aclamação de D. João IV, um navio castelhano, carregado de especiarias, sedas, pedras preciosas e outras riquezas, que tomara na Índia, refugiou-se no porto de Setúbal, para fugir aos assaltos dos velozes e potentes navios holandeses. Só quando o barco estava já aprisionado por transportar produtos portugueses, é que os marujos espanhóis souberam que Filipe IV já não era rei dos Portugueses.

Nunca os novos soberanos portugueses esqueceram a lealdade e o patriotismo dos setubalenses. Para não falarmos na redução de impostos e outros benefícios, que recaíram sobre toda a massa da Nação, El-Rei D. João IV

(45) Gastão de Melo de Matos, *A rendição das guarnições castelhanas em 1640*, nos «Anais da Academia Portuguesa da História», Lisboa, 1942.

quis duma forma especial premiar a lealdade, valor e dedicação do povo de Setúbal, e por isso em 11 de Abril de 1641 confirmou todos os foros, regalias e privilégios que os Senhores Reis, seus antepassados, haviam concedido à mesma vila. Além disso, por alvará de 24 do mês seguinte, Sua Majestade concedeu a Setúbal mais 1 mester, ficando por isso as suas classes operárias e populares com 2 representantes. Por sua vez, a Senhora D. Luísa de Gusmão, governando o País em 1657, em nome de seu filho menor, publicou uma carta régia em que concedia o título de «leais vassalos» aos naturais de Setúbal. Tanto D. João IV como D. Luísa de Gusmão mandaram construir baluartes de defesa da vila ⁽⁴⁶⁾.

Termina aqui, minhas Senhoras e meus Senhores, o relato que quisemos tentar acerca dos sucessos de Setúbal, durante a ocupação filipina. Baseando-nos no riquíssimo material de estudo que existiu na Câmara Municipal, aproveitando as numerosas cartas trocadas entre a Câmara, as pessoas gradas, os Governadores militares, os Vice-Reis e os próprios Reis Filipes, coligindo relações oficiais e alvarás, juntando notícias soltas de protestos, distúrbios e tumultos, nós tivemos em mira fornecer mais uma achega para a descrição metódica e verdadeira dum dos períodos mais discutidos da nossa história.

⁽⁴⁶⁾ Alberto Pimentel, *Memoria sobre a Historia e Administração do Municipio de Setubal*, Lisboa, 1879.

M. VIEIRA NATIVIDADE E AS RAÍZES
DE ALCOBAÇA

pelo
sócio efectivo
Afonso do Paço

M. VIEIRA NATIVIDADE E AS RAÍZES DE ALCOBAÇA (*)

NÃO nos é possível, no pouco tempo de que dispomos para falar de M. Vieira Natividade como pré-historiador, dar uma visão completa das suas actividades neste ramo da Ciência, e por isso, limitaremos as nossas considerações a esboçar o meio arqueológico em que viveu, a sua evolução dentro desse meio, bem como traçar o quadro da Alcobça pré-cisterciense, que o homenageado de hoje nos revelou.

*

De há muito que os historiadores, baseados apenas nas tradições e nas ruínas de um ou outro monumento, nos davam notícias, muitas vezes cheias de fantasia, da vida de povos antigos que teriam habitado o nosso território.

No século XV, André de Resende, depois de brilhar em Salamanca, Paris e Bruxelas, e de ter regido cátedra em Lisboa e Coimbra, ensinou em Évora numa casa que construíra num jardim, rodeado de lápides contendo inscrições latinas.

(*) Palavras que o autor proferiu no Cine-Teatro de Alcobça, quando da sessão comemorativa do 1.º centenário do nascimento de M. Vieira Natividade, em 24 de Abril de 1960.

Escrevera um famoso livro, *De antiquitatibus Lusitaniae*, que teve depois da morte do seu autor edições em Évora, Roma, Colónia e Coimbra (1).

As antiguidades de Évora, do Castro da Cola e outras, são referidas por aquele consagrado mestre.

D. Teodósio I, duque de Bragança, trouxe do outeiro de S. Miguel da Mota, para Vila Viçosa, algumas lápides do deus Endovélico, e organiza uma curiosa lista de inscrições da Península (2).

Vem depois João de Barros, Frei Bernardo de Brito e Gaspar Estação que se referem, entre outros à citânia de Briteiros.

D. Frei Amador Arrais, que foi bispo de Portalegre, deu-nos conta nos seus «Diálogos» (3), entre diversas velharias, de uma cidade romana de nome Ammaia, que localiza em Portalegre, mas que o Prof. J. Leite Vasconcelos, depois do feliz achado de uma lápide, fez coincidir com as ruínas da Aramenha, nas imediações de Marvão (4).

A *Corografia Portuguesa*, do P.^o António Carvalho da Costa (5), também nos fala de Briteiros e dá-nos, pela primeira vez, notícia das pinturas do Cachão da Rapa.

Em 1720, D. João V, funda a Academia Real da História Portuguesa, que em defesa do património arqueológico nacional levou, no ano seguinte, El-rei a promulgar uma sábia lei de protecção a todas as antiguidades que pudessem servir de base para escrever a história pátria (6).

Nesta Academia, no decorrer da conferência de 30 de Junho de 1733, Martinho de Mendonça de Pina, dissertou largamente sobre antas, dando-nos a localização de algumas, chamando-lhes os mais antigos monumentos arti-

(1) Évora, 1593; Roma, 1597; Colónia, 1600 e 1613; Coimbra, 1790.

(2) J. Leite de Vasconcelos: *Religiões da Lusitania*, vol. II, Lisboa, 1905.

(3) A 1.^a edição é de 1598.

(4) J. Leite de Vasconcelos: «Localização da cidade de Ammaia». *Ethnos*, vol. I, Lisboa, 1935.

(5) Lisboa, 1706.

(6) Afonso do Paço: «A Academia Real da História Portuguesa e a sua lei de protecção a Monumentos Arqueológicos». *Academia Portuguesa da História, Anais*, II série, vol. 8, Lisboa, 1958.

ficiais que há na Península e pedindo notícias e descrições das que se conhecessem (7).

Na conferência de 1 de Abril de 1734, o P.º Frei Afonso da Madre de Deus Ramos, apresentou uma memória com a notícia de 315 antas, destinada ao académico anteriormente referido (8), a qual não chegou a ser publicada extraviando-se por completo.

Outro elemento daquela Academia, D. Jerónimo Contador de Argote, escreveu as *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga* (9), onde se faz uma minuciosa descrição das ruínas da citânia de Sanfins (10) e das pinturas do Cachão da Rapa.

O *Dicionário Corográfico* de Luís Cardoso contém, por sua vez, curiosas informações sobre arqueologia.

O erudito bispo de Beja e depois arcebispo de Évora, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, organizou interessantes colecções de lápides romanas e ibéricas procedendo a escavações em Évora e no Castro da Cola.

Em Setúbal, sob a influência do Rev.º Manuel da Gama Xaro, que longamente se debruçara sobre as ruínas da margem esquerda do Sado, a ver se encontrava qualquer elemento que lhe indicasse o seu verdadeiro nome, criou-se em 1849 a «Sociedade Arqueológica Lusitana», que sob o patrocínio de El-rei D. Fernando e do Duque de Palmela, levou a efeito nos anos seguintes, em Tróia, algumas bem conduzidas campanhas de escavações (11).

(7) *Colecção de documentos e memórias da Academia Real da História Portuguesa*, tomo XIV, Memória n.º XVI, Lisboa, 1733.

(8) *Idem, idem*, tomo XV, Memória n.º XVI, Lisboa, 1734.

(9) Lisboa, 1734.

(10) Afonso do Paço: «Citânia de Sanfins: I — Notícias históricas». *O concelho de Santo Tirso — Boletim Cultural*, vol. I, n.º 3, Porto, 1952.

As escavações arqueológicas que conduzimos na citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, por incumbência do Ministério das Obras Públicas — Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tem demonstrado quanto há de verdadeiro nas descrições de Contador de Argote.

(11) *Anais da Sociedade Arqueológica Lusitana*, Lisboa, 1580-1581.

Mas todo este movimento, afora um ou outro caso, quase se desenvolve dentro da Proto-história.

Porém, no século XIX, quando em toda a Europa crepita a chama da arqueologia pré-histórica, e mercê de uma série de descobrimentos nos eram revelados aspectos desconhecidos da vida do Homem sobre a Terra, Portugal não se manteve alheio a esse movimento, e alguns cientistas procuram também, no solo pátrio, traços firmes de antepassados nossos.

Em 8 de Agosto de 1857, criou-se no nosso país, sob a presidência do General Filipe Folque, a «Comissão Geológica de Portugal», de que foram principais colaboradores Carlos Ribeiro, Pereira da Costa e Néri Delgado.

Estes cientistas, ao lado dos seus trabalhos de geologia, realizaram uma série de escavações arqueológicas em Palmela, Cascais, Oeiras, Liceia, Furninha, Cesareda, Muge, etc., que lhes permitiu organizar, paralelamente à colecção de rochas e de fósseis, uma outra, e bem notável, de Pré-história, de que nos deram algumas publicações:

- *Pereira da Costa* — «Notícia dos esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda» (1865).
- *Idem* — «Descrição de alguns dólmenes ou antas de Portugal (1868).
- *Néri Delgado* — «Notícia acerca das grutas de Cesareda» (1867).
- *Carlos Ribeiro*: «Descrição de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciários e quaternários das bacias do Tejo e do Sado» (1871).
- *Idem*: «Relatório acerca da 6.^a reunião do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas, realizado em Bruxelas em Agosto de 1872» (1873).
- *Idem* — «Estudos pré-históricos em Portugal: Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos» (1.^o vol. 1878, 2.^o vol. 1880).

Ao lado deste movimento dos Serviços Geológicos, outras actividades arqueológicas existiram no País. Assim:

Em 1863, Joaquim Possidónio da Silva, fundou em Lisboa a Associação dos Arquitectos Civis, a que logo se vieram juntar os Arqueólogos

Portugueses, e instituiu nas ruínas do Convento do Carmo um museu, para recolha de antiguidades que ameaçavam perder-se.

No ano de 1865 Estácio da Veiga, deu começo aos estudos arqueológicos no Algarve, e em 1867 foi encarregado pelo Governo do levantamento da carta arqueológica daquela província, trabalho que culminou mais tarde, com a publicação dos 4 volumes: *Antiguidades Monumentais do Algarve* (12), e a criação de um museu em Faro.

Datam de 1873 as primeiras escavações importantes realizadas por Martins Sarmiento nas citânias de Briteiros e Sabroso, bem como reconhecimentos em muitas localidades do norte do País. Ainda neste ano, o Dr. Augusto Filipe Simões, dá início a escavações em Conímbriga, funda «O Instituto de Coimbra» e organiza um museu nesta cidade, publicando depois a sua *Introdução à Arqueologia da Península Ibérica* (13).

Por volta de 1875, Gabriel Pereira, procedia a algumas escavações em Évora.

Ora todas estas actividades levam à reunião em Lisboa, em Setembro de 1880, do IX Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas.

A pléiade de cientistas que Carlos Ribeiro trouxe a Portugal, atraída não só pelos problemas do presumível homem terciário da Ota, mas também pelos ricos materiais que as escavações acima referidas tinham proporcionado, alguns dos quais já haviam sido apresentados a congressos estrangeiros da especialidade, as discussões levantadas naquela reunião, bem como as comunicações que à mesma se fizeram (14), iluminaram por largos

(12) 1.º vol., 1886; 4.º vol., 1890.

(13) Lisboa, 1878.

(14) Dentre as comunicações portuguesas permitimo-nos destacar:

— Carlos Ribeiro: *L'homme tertiaire au Portugal.*

— J. F. N. Delgado: *Les Kioekkenmoeddings de la vallée du Tage.*

— F. de Paula e Oliveira: *Note sur les ossements humains que se trouvent dans le musée de la Section Géologique de Lisbonne.*

— José Caldas: *Archéologie Préhistorique dans la province de Minho.*

— J. Possidónio da Silva: *Sur les aches au bronze trouvées au Portugal.*

anos os estudos arqueológicos em Portugal. Levaram mesmo à criação em 1885, do *Curso Elementar de Arqueologia*, que o então príncipe D. Carlos pagava da sua algibeira e Possidónio da Silva regia na Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses. Fizeram desabrochar na Figueira da Foz um novo arqueólogo que muito se havia de notabilizar, o Dr. Santos Rocha (15).

Este movimento científico bem como a dura batalha que se travava além fronteiras para mostrar a autenticidade de certos achados arqueológicos atribuídos ao homem pré-histórico, empolga e envolve no seu turbilhão, desde os tempos de estudante de Coimbra, a M. Vieira Natividade.

Em 1885, com 25 anos apenas, publicava um trabalho que ainda hoje é basilar: *O Mosteiro de Alcobaça — Notas históricas*. Nele se mostra já um historiador de sólidas bases e deixa adivinhar o consciencioso arqueólogo. Discute a leitura de certas lápides da região de que Viterbo (16) nos dera uma notícia, necessitando porém de ser corrigidas, e fala-nos pela primeira vez na sua colecção de *Coisas velhas*, onde há machados de pedra polida e variada utensilagem de sílex, recolhida na região que lhe foi berço.

Lança-se a seguir na exploração de grutas, à procura de vestígios do homem pré-histórico, e os materiais que recolhe são tão valiosos, que dum salto transpõem a nossa fronteira, e em 1889 são apresentados em Paris, com grande sucesso por Néri Delgado, na reunião que aí se realizara do X Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas (17).

— F. Martins Sarmiento: *Les lusitaniens*.

— Frederico de Vasconcelos Cabral: *Resumé d'une étude sur quelques dépôts superficiels du bassin du Douro. Présence de l'homme. Vestiges d'action glaciaire*.

— F. Adolfo Coelho: *Sur les cultes péninsulaires antérieures à la domination romaine*, etc.

(15) Joaquim Fontes. «O Dr. Santos Rocha e a Arqueologia Portuguesa» — *Arqueologia e História*, vol. VI, Lisboa, 1955.

(16) *Elucidário*: «Alcobaça».

(17) Joaquim Filipe Néri Delgado: *Relatório acerca da décima sessão do Congresso Internacional de Antropologia e d'Arqueologia Pré-históricas*, Lisboa, 1890.

Idem: «Notice sur les grottes de Carvalhal de Aljubarrota». *Comunicações da Direcção dos Serviços Geológicos de Portugal*, tomo IV, Lisboa, 1901.

Ainda este ano foi escolhido para sócio da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses e no seguinte, 1890, publicou o *Roteiro Arqueológico dos Coutos de Alcobaça*. Nele quis deixar assinalados os lugares onde até então tinham aparecido algumas antiguidades, e acrescenta: «Por ele se verá a riqueza arqueológica desta região e poderá então compreender-se qual a vantagem da criação de um museu perfeitamente nosso, onde possam arquivar-se os elementos mais preciosos para quem no futuro tenha de escrever a história completa deste concelho».

É notável a evolução arqueológica de M. Vieira Natividade entre os 25 e os 30 anos.

Ao publicar o trabalho acima referido com data de 1885, notamos um investigador histórico já amadurecido, ao lado do arqueólogo em plena formação, mas em 1890, a faceta pré-histórica está também sazoadada, e o nosso homenageado, apresenta no seu efectivo uma boa série de escavações, com uma extraordinária riqueza de materiais.

Antes de prosseguir, desejamos que fique bem vincada a ideia, de que todo o trabalho arqueológico de M. Vieira Natividade não foi movido pela simples curiosidade ou vaidade, de recolher objectos para encher prateleiras de museu, mas tão somente pelo espírito científico de bem conhecer a evolução do Homem no termo de Alcobaça.

Para ele, a vida nesta região, não começara apenas com a fundação do Mosteiro cisterciense, mas encontrava-lhe velhas raízes que mergulhavam nas grutas cuidadosamente exploradas.

Reunindo documentos de sete séculos e meio de actividades dos seus monges, sentiu necessidade de também recolher os materiais que a terra guardava avaramente no seu seio, e que seriam elementos únicos e indispensáveis, para «escrever a história» do concelho, através de milhares de anos não iluminados pela documentação escrita.

Os livros arrecadam-se em bibliotecas, mas a documentação arqueológica guarda-se naquilo a que chamamos museus, e já há setenta e dois anos, um moço de vinte e oito sentia a necessidade premente da organização de um deles em Alcobaça, para bem documentar a história do concelho desde os tempos pré-históricos até aos nossos dias.

*

A Arqueologia, ciência que nos revela o passado do Homem, é no geral considerada entre nós como uma velharia sem interesse, que por vezes entrava as realizações do presente, e com a qual é inútil dispendir tempo e dinheiro.

Essa falsa ideia provém da escassa cultura arqueológica ministrada nos nossos estabelecimentos de ensino, e faz com que nos encontremos, neste capítulo, atrasados mais de meio século em relação a qualquer outro país do Mundo.

*

Diz-nos essa Arqueologia, que o homem deve ter começado a viver na Península Ibérica e portanto no nosso país, cerca de 500.000 anos a. C.

Deste longo período da vida humana, 497.000 anos constituem o chamado *Paleolítico*, que dividimos em:

- a) *Paleolítico inferior*, com a duração presumível de 450.000 anos.
- b) *Paleolítico superior*, com a duração aproximada de 40.000 anos.
- c) *Mesolítico*, com a duração de cerca de 7.000 anos.

Durante este período, usaram os nossos antepassados instrumentos de pedra lascada, talhada em sílex ou quartzite, ao lado de outros de osso e de madeira.

Habitavam em cavernas e ao ar livre, conforme as condições do clima, alimentavam-se da caça, da pesca e dos frutos, estacionando hoje aqui amanhã além, conforme os recursos da Natureza.

Mais ou menos desde 50.000 a. C. que aquelas gentes, que pintaram Altamira, apresentam caracteres muito semelhantes aos nossos, e podem ser considerados a base dos peninsulares de hoje.

*

No Médio Oriente, operou-se por volta do ano 5.000 a. C. uma revolução que alterou profundamente os costumes do homem.

Os povos daquela região começaram a cultivar a terra e a domesticar e criar algumas espécies animais.

Descobriram o fabrico da cerâmica, a roda e o fuso.

Deixaram a vida nómada e fixaram-se à terra, em povoações muitas vezes situadas em cabeços para uma melhor defesa, que mais tarde foram rodeadas de muralhas ⁽¹⁸⁾.

Estes povos são designados pelo nome de *Neolíticos*, ou da pedra polida, por alguns dos seus utensílios talhados em rochas xistosas, apresentaram a superfície lisa ou polida, pelo facto das suas rugosidades terem sido desbastadas de encontro a outras rochas.

Teriam chegado à nossa península cerca do ano 3.000 a. C., vindos das costas do Mediterrâneo.

Atravessaram o estreito e contornando o ocidente peninsular, atingiram as Ilhas Britânicas.

*

Mais tarde, por volta de 2.000 a. C., populações com novos conhecimentos, percorreram este mesmo caminho.

Sabiam trabalhar o cobre, de que fabricavam muitos dos seus utensílios. São conhecidos pelo nome de *Eneolíticos* ou do *Bronze I*, e nas suas bagagens traziam um novo tipo de recipiente, o vaso campaniforme.

⁽¹⁸⁾ Veja-se por exemplo: Afonso do Paço: «Castro de Vila Nova de S. Pedro: IX — Forno de cozer cerâmica», *Revista de Guimarães*, vol. LXVII, Guimarães, 1957.

A evolução da Humanidade não pára, e nas imediações do ano 1.200 a. C., nova civilização nos chega do lado do Mediterrâneo, já conhecedora da arte de preparar o bronze. São os povos argáricos ou do *Bronze II*. O rumo das influências na nossa península sofre uma alteração, por alturas de 900 a. C., com a vinda de outras gentes da Europa nórdica e central, ao longo da costa atlântica da França e da Espanha. Trazem-nos um novo machado de bronze, com um ou dois anéis, o *palstave*. Estes povos que constituem o chamado *Bronze III*, foram logo seguidos de outros com um machado mais curto, contendo uma abertura quadrangular na parte oposta ao fio, o machado de *cubo*, do *Bronze IV*. Depois desta evolução rápida da utensilagem do cobre e do bronze, novas populações teriam chegado à Península por alturas de 700 a. C., conhecedores já da arte de trabalhar o ferro.

Fenícios, Gregos e Cartigineses abordam sucessivamente as nossas costas mediterrânicas e do centro da Europa chegam os Celtas que se estabeleceram de preferência no centro e norte peninsular. Misturados com os povos que aqui encontraram, fixaram-se nas serranias, edificando poderosos castros e citânias que lutaram vigorosamente contra o invasor romano, que começando a pôr pé na Ibéria no ano 218 a. C., só conseguiu conquistá-la totalmente em 19 da mesma era, isto é, dois séculos depois.

Os Romanos foram senhores da Península até 411 depois de Cristo, ano em que se estabeleceram os Visigodos, que por sua vez foram submetidos pelos Árabes em 711.

Mais tarde, o espírito da independência dos povos peninsulares, mormente dos castrejos do Norte, começou nas Astúrias a reconquista que terminou pela fundação dos vários reinos cristãos, entre eles o de Portugal.

*

Esboçado assim, a traços largos, o esquema das populações que habitaram a nossa península, vejamos a sua repercussão no termo de Alcobaça.

Dos povos mais rudes do *Paleolítico inferior* não se conhecem ainda hoje vestígios seguros, neste concelho, apesar de abundarem na região das

Caldas da Rainha e se terem já manifestado entre Aljubarrota e a Batalha e imediações de Leiria.

Porém, de populações do quaternário reconheceu M. Vieira Natividade a presumível existência na gruta das Redondas, também conhecida pelo nome de Algar de João Ramos.

Para este facto, permito-me transcrever as palavras escritas a páginas 41 das «Grutas de Alcobaça»:

«Não posso deixar de chamar para esta gruta a atenção dos arqueólogos e geólogos atendendo à circunstância que nela se dá. Protegido pelo depósito que explorei, e em parte pelo monte estalagmítico, existe, segundo creio, um grande depósito quaternário. E não são eles tão vulgares no nosso país que mereçam ser abandonados. Se não fiz a exploração deste jazigo, é porque tendo pedido a visita científica do meu erudito amigo P. Choffat, ainda, até hoje, a não recebi. Não desejo fazer a sua exploração sem a assistência de um geólogo, cujo nome chegue para autenticar os objectos que porventura nela possa encontrar. Num pequeno corte de reconhecimento que pratiquei, descobri ossos pertencentes a um grande indivíduo de *equus* e dentes de outro grande herbívoro. Fica pois assinalado este depósito».

Cerca de três quartos de século volvidos sobre estas palavras de M. Vieira Natividade, que nos demonstram o seu extraordinário rigor científico, permito-me em sua memória, fazer novo apelo aos Serviços Geológicos de Portugal, aqui brilhantemente representados pelo seu Director Engenheiro D. António de Castelo-Branco e um grupo de jovens e dinâmicos colaboradores.

Tal cooperação levaria Alcobaça a recolher os mais velhos e autênticos pergaminhos da sua longa história e preencher uma lacuna que falta nos arquivos do seu Museu.

Contudo o Prof. Henri Breuil, quando pouco depois da morte de M. Vieira Natividade visitou o espólio de Alcobaça, classificara de quater-

nária «uma espécie de larga faca com dorso de três planos e de cor rosada», de aspecto mustierense ⁽¹⁹⁾.

Dos povos *Neolíticos*, que teriam chegado à Península como dissemos por volta de 3.000 anos a. C., revelou-nos M. Vieira Natividade que era o concelho particularmente rico.

As grutas que escavou e os materiais que nelas recolheu, falam-nos de uma população bastante densa, que viveu por longos anos na região, onde recebeu sucessivas influências de novas gentes que pelos anos adiante foram chegando.

Enterravam esses povos os seus mortos acompanhados dos objectos que utilizavam em vida, e são estes materiais, juntamente com outros que recolhemos em povoados, que nos permitem o conhecimento da vida, usos e costumes daqueles nossos maiores.

Como instrumentos cortantes usavam os machados de pedra polida, aquilo a que o povo dá vulgarmente o nome de pedras de raio ⁽²⁰⁾ e as facas de sílex, além das lanças e alabardas desta mesma substância (Figura 1).

⁽¹⁹⁾ H. Breuil: «Impressions de voyage paleolithique á Lisbonne» — *Terra Portuguesa*, vol. III, Lisboa, 1918.

Afonso do Paço: «Carta paleolítica e epipaleolítica de Portugal». *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. I, Lisboa, 1934.

⁽²⁰⁾ Acerca de pedras de raio, seja-nos permitido relatar o primeiro encontro de M. Vieira Natividade com o Dr. J. Leite de Vasconcelos: No seu deambular pelo País, em recolha de antiguidades para o Museu Etnológico, foi um dia José Leite parar a Alcobaça, e perguntou ao velho sacristão e cicerone do Mosteiro se sabia de alguém que tivesse pedras de raio. O nosso sacristão puxando pela memória disse:

— Só se for ali o Sr. Natividade.

— Onde mora esse senhor?

— Ali em frente.

Ambos atravessaram pressurosos o parque fronteiriço ao Mosteiro, tal era a pressa de Leite de Vasconcelos em recolher novas peças para o seu museu.

Chegados à farmácia onde pontificava M. Vieira Natividade, e indicada a pessoa em questão, logo Leite de Vasconcelos inquiriu:

— O senhor tem pedras de raio?

— Tenho algumas.

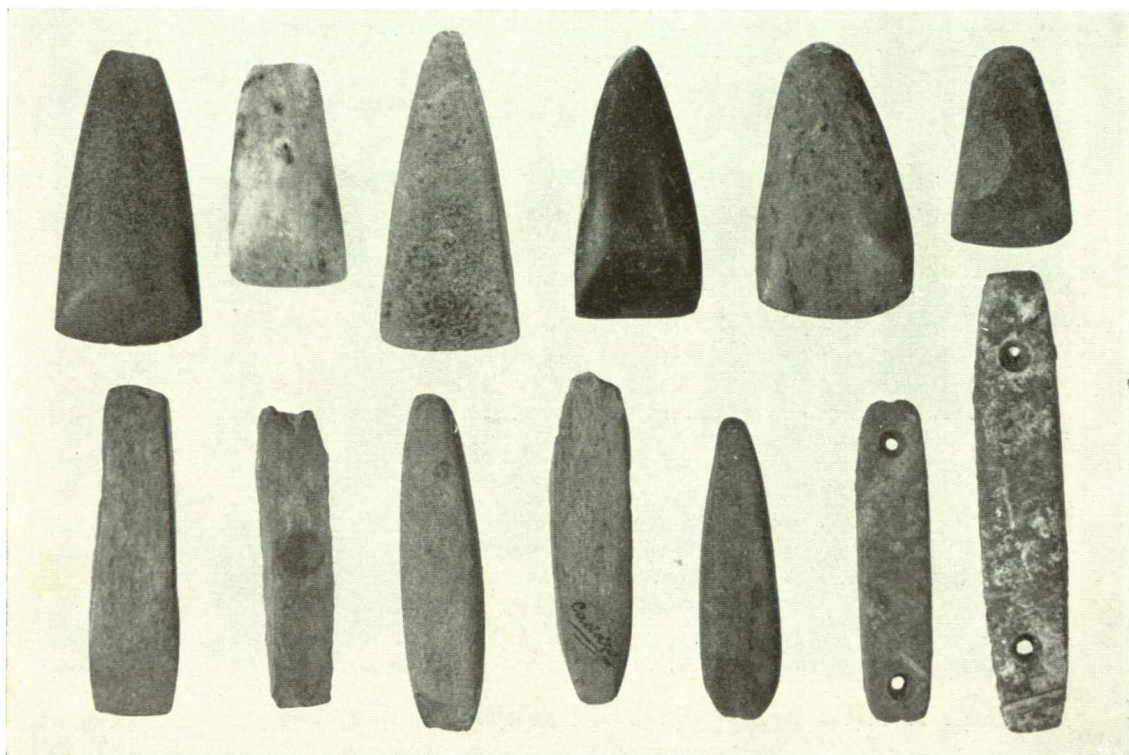


Fig. 1 — *Utensílios de xisto anfibólico*: machados, escopros, goivas e placas de arqueiro.

(Colecção arqueológica de M. Vieira Natividade)

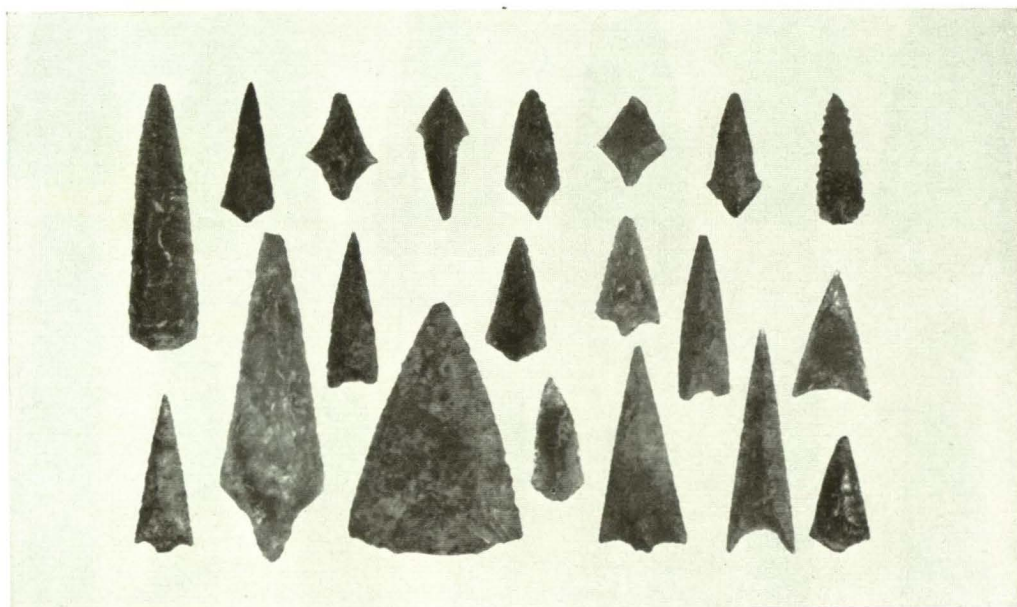


Fig. 2 — *Utensílios de sílex*: pontas de seta e punhais.
(Colecção arqueológica de M. Vieira Natividade)



Fig. 3 — *Utensílios de osso: furadores, espátulas, cabos e alfinetes de cabeça trabalhada.*
(Colecção arqueológica de M. Vieira Natividade)



Fig. 4 — Vasos de barro.
(Coleção arqueológica de M. Vieira Natividade)

Para alvejar a caça ou combater o inimigo possuíam as pontas de seta, finamente trabalhadas, seguras numa haste de madeira que o arco arremessava a distância (Figura 2).

Fabricavam também variados utensílios de osso, como furadores, espátulas, alfinetes, cabos de objectos, etc. (Figura 3).

Não conheciam ainda o torno para modelar a cerâmica, que era feita à mão, e muitas vezes ornamentada com certo gosto (Figura 4).

As mulheres enfeitariam os seus cabelos com alfinetes de osso, tal qual as indianas de hoje com finas hastes de madeira.

Usavam colares de contas variadas, algumas de um bonito verde jade, ou mesmo de conchas de pequenos moluscos.

Pintavam-se com substâncias vermelhas e tatuavam o corpo e o rosto em requintes de elegância.

Praticavam a agricultura e domesticavam alguns animais, como o boi, o cavalo, a cabra, etc.

Entre os cereais cultivados já conheciam o trigo.

Junto dos seus mortos, além dos utensílios vulgares e vasilhas com alimentos, colocavam umas placas de xisto, às vezes com desenhos de figuração humana, representando talvez os antepassados ou espíritos benfazejos que os protegiam na vida, e acreditavam existir além túmulo (Figura 7).

— E como as arranja?

M. Vieira Natividade, um tanto trocista, confiando a barbinha, disse para o seu interlocutor, também de barbas:

— Quando está para trovejar, subo à torre do Mosteiro e reparo onde elas caem. Depois vou lá buscá-las.

— Bem, bem, falemos a sério, atalhou o director do Museu de Belém, e os dois homens entenderam-se. M. Vieira Natividade mostrou-lhe a sua colecção, que encantou o visitante.

Permaneceram amigos até que mais tarde, Leite de Vasconcelos, manifestou desejo de que todo o rico espólio fosse para o seu museu, chegando mesmo a ameaçar que o viria buscar com a força armada.

Então é que trovejou a sério. M. Vieira Natividade irou-se, e disse tais coisas a Leite, que este caiu desmaiado sobre uma cadeira.

Não cortaram relações, mas estas esfriaram muito.

Restos de conchas e de ossos de animais, permitem-nos determinar as espécies marinhas ou terrestres que havia na região e serviam para seus alimentos.

O espólio antropológico recolhido por M. Vieira Natividade nas grutas do Carvalho de Aljubarrota, foi estudado ultimamente pelo Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, que nos diz a respeito dos indivíduos ali encontrados:

«Tipologicamente verificámos heterogeneidade com a presença de dois tipos, um dolicocefalo de baixa estatura que integramos no complexo *Mediterrâneo* e outro, braquicefalo, *raça Alpina*, de modo paralelo ao que tem sido verificado noutras estações neolíticas e eneolíticas portuguesas e da Península.

O pequeno número de restos ósseos destas estações não nos permite levar mais longe a nossa análise» (21).

As escavações meticolosas de M. Vieira Natividade revelaram-nos ainda que depois destes Neolíticos, outras gentes chegaram à região, conhecedoras já da arte de trabalhar o cobre: eram os povos *Eneolíticos* ou do *Bronze I*, de que se recolheram abundantes materiais em várias grutas. Alguns dos seus povoados eram fortificados, e seria bem curioso encontrá-los nesta região. É que as gentes enterradas nas grutas deviam ter habitado algures.

As populações do termo de Alcobaça teriam vivido a maior parte da sua existência dentro da civilização *Neolítica* e do *Bronze I* (Figura 5).

É que são poucos os elementos até hoje reconhecidos, do *Bronze II*, ou *Argárico*, bem como dos *Bronzes III* e *IV* (Figura 6).

(21) A. Xavier da Cunha e M. A. M. Neto: «O espólio antropológico das estações neolíticas do Carvalho de Aljubarrota (Alcobaça)» — *Contribuições para o estudo da antropologia portuguesa*, vol. VI, fasc. 7, Coimbra, 1958.

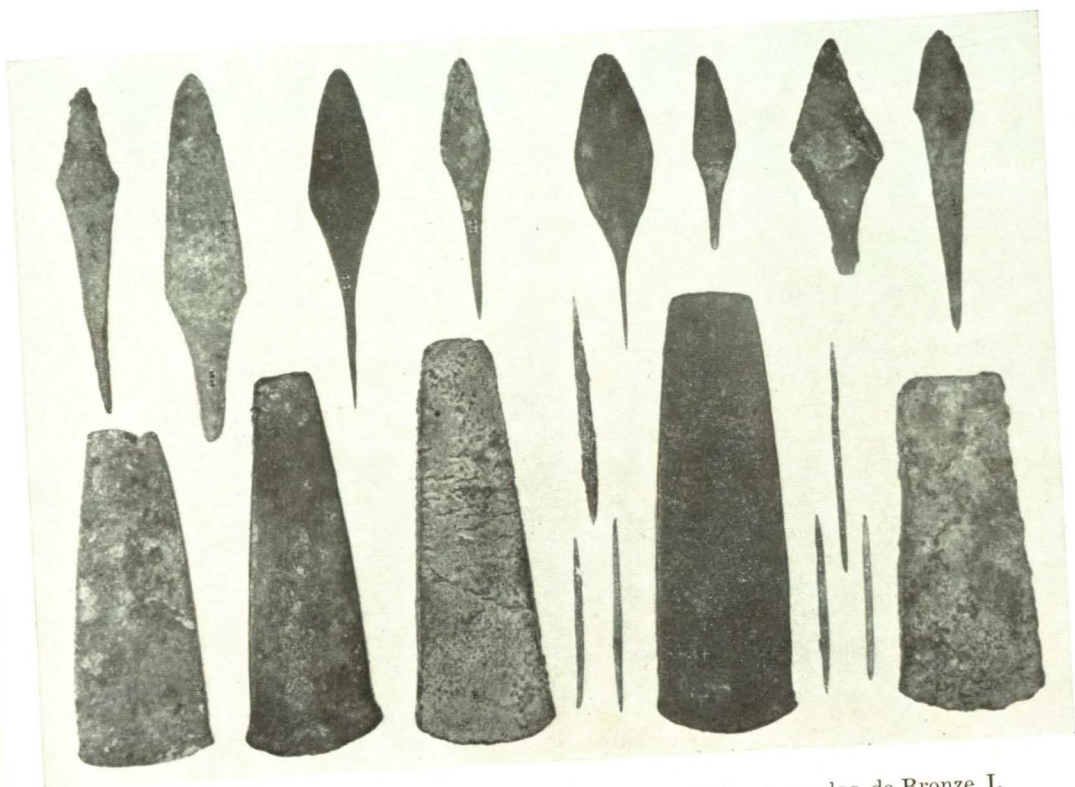


Fig. 5 — *Utensílios de metal*: pontas de lança, machados e sovelas do Bronze I.
(Colecção arqueológica de M. Vieira Natividade)

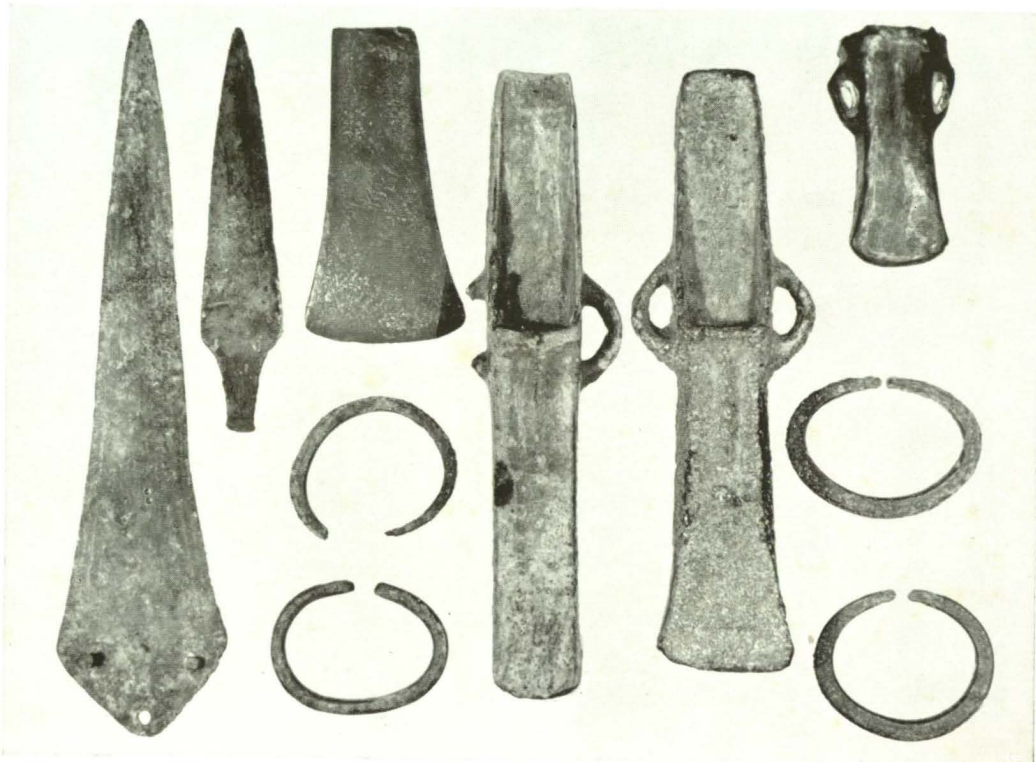


Fig. 6 — *Utensílios de metal*: punhais, braceletes e machados do Bronze II, III e IV.
(Colecção arqueológica de M. Vieira Natividade)

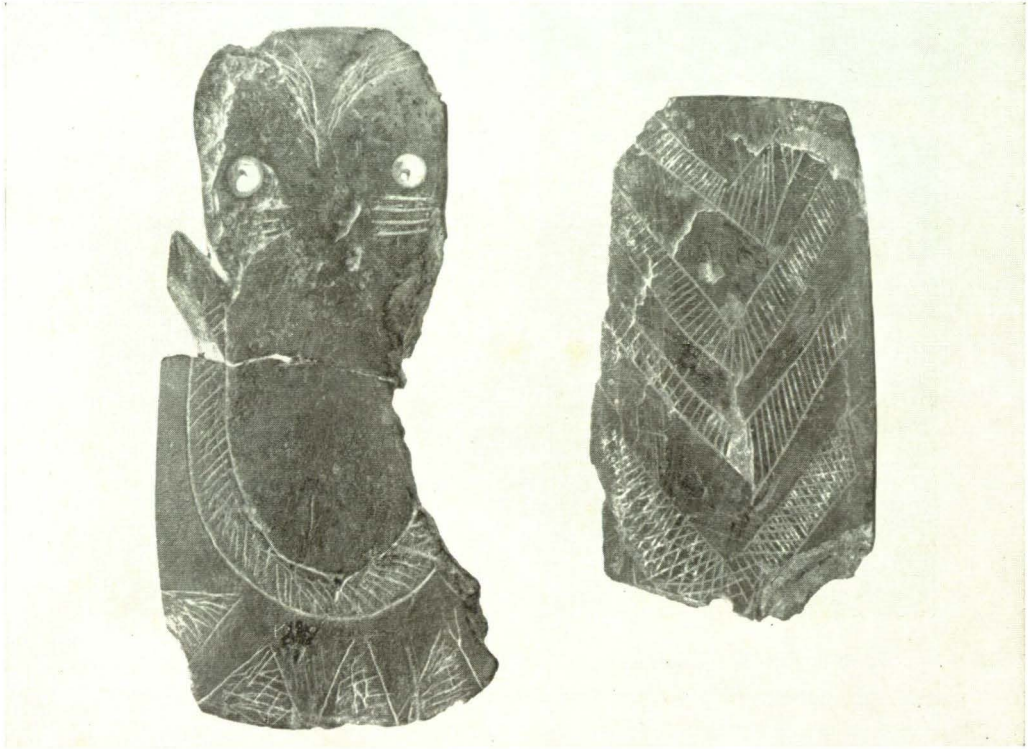


Fig. 7 — *Placas de xisto* da Gruta do Cabeço da Ministra.

(Coleção arqueológica de M. Vieira Natividade)

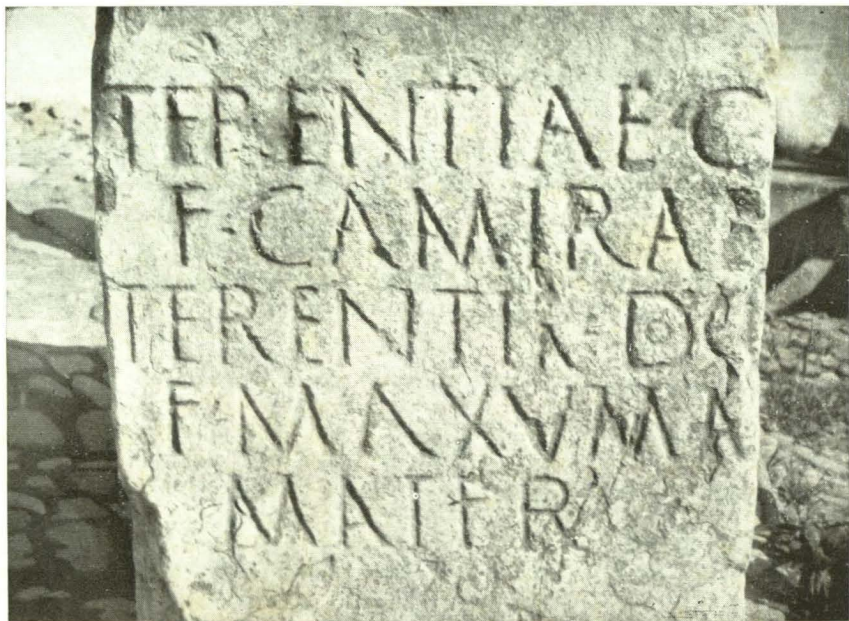


Fig. 8 — *Inscrição latina* proveniente de Alfeizerão.

(Colecção arqueológica de M. Vieira Natividade)

Que estes dois últimos bronzes foram importantes em regiões vizinhas, prova-o o castro de S. Martinho, identificado nas imediações das Alcobertas, concelho de Rio Maior ⁽²²⁾.

*

Desconhecemos ainda como teriam chegado até aqui certos povos da *Idade do Ferro*, mas alguns autores transmitiram-nos velhas lendas que se referem a fenícios, gregos e cartagineses e entre o espólio de M. Vieira Natividade há uma lucerna e outros elementos que podem considerar-se púnicos.

Santos Rocha classificou desta civilização certos materiais recolhidos nas suas escavações da Figueira da Foz.

Mas este problema púnico deve ser revisto à luz dos conhecimentos modernos. A arqueologia de Cartago é hoje uma difícil especialidade, e as tentativas que fizemos para trazer até nós pessoa bem conhecedora do assunto, ainda não surtiram o devido efeito.

*

Da civilização romana é o termo de Alcobaça particularmente rico.

Um mosaico de Cós foi destruído, e um belo sarcófago de mármore recolhido no Valado, esteve no claustro do Mosteiro durante a vigência dos frades.

Expulsos estes, foi parar à quinta da Gafa onde serviu de pia de

(22) Afonso do Paço, Francisco Barbosa, José do Nascimento e Sousa, Francisco Bergström Barbosa: «Notas arqueológicas da região de Alcobertas (Rio Maior)». *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia — Lisboa 1958*. Lisboa, 1959.

porcos e aí o recolheu mais tarde Possidónio da Silva, que o levou para o museu da Associação dos Arqueólogos, situado no convento do Carmo ⁽²³⁾.

Das inscrições romanas referidas em *O Mosteiro de Alcobaça* ⁽²⁴⁾ desconhecemos o paradeiro, mas uma que o P.^o Poças Júnior descobrira em Alfeizerão e Vitorino Fróis ofertou ao museu de M. Vieira Natividade, encontra-se felizmente salva ⁽²⁵⁾ (Figura 8).

Utensílios e cerâmicas romanas, bem como bronzes, pesos, moedas, etc., encontram-se com frequência aqui e além, atestando a ocupação intensa das gentes do Lácio.

⁽²³⁾ Este sarcófago de mármore branco que é hoje uma das preciosidades do Museu do Carmo, sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses, foi recolhido em 1780, no *Valado dos Frades*, em terrenos do Mosteiro, quando se procedia a surribas para uma vinha.

Estava assente sobre seis pequenas colunas e tinha gravada uma extensa inscrição sobre a pedra que o cobria.

Levaram-no os frades para o Mosteiro e colocaram-no no claustro em lugar condigno, em frente da casa do capítulo.

Em 1810, quando das invasões francesas, foi quebrada a pedra com a inscrição, de que se conservou um fragmento até 1834. Neste ano, com a expulsão dos frades, o nosso precioso sarcófago foi vendido em almoeda e o fragmento da lápide desapareceu.

Em 1868 Possidónio da Silva foi encontrá-lo na quinta da Gafa, enterrado no estrume, afim de ficar a altura suficiente para que os suínos pudessem comer os míseros sobejos que se lhes servia em tão rico monumento, transformado em reles pia.

Na face principal está representado, em relevo, o coro das nove musas, mas algumas das figuras foram decapitadas nas voltas que o pobre sarcófago levou (J. da Silva: «O sarcófago romano descoberto na Estremadura». — *Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses* — 2.^a série, tomo I, Lisboa, 1876, págs. 8 e 9.

Veja-se também o que sobre sepulcros do valado nos relata M. Vieira Natividade, em «O mosteiro de Alcobaça», págs. 5-7, onde transcreve as palavras de Viterbo (*Elucidário* — «Alcobaça»).

⁽²⁴⁾ Pág. 5.

⁽²⁵⁾ Os apontamentos de M. Vieira Natividade referem-nos duas lápides do concelho de Alcobaça:

Uma encontra-se no seu museu, e é constituída por um bloco de mármore

Dos seus sucessores visigodos e árabes, não se recolheram ainda elementos seguros, mas forçosamente que os deve haver.

*

Como toda a documentação que se não dá a conhecer é inútil para a ciência, M. Vieira Natividade escreveu para os seus colaboradores e conterrâneos um primoroso trabalho, com a notícia do rico espólio da sua *Colecção de Alcobaça*. Esse consciencioso estudo, denominado *Grutas de Alcobaça*, a que o limitado tempo atribuído para estas palavras não permite uma mais ampla alusão, enriqueceu as páginas da notável revista que se chamou *Portugália* e é hoje, pelo seu valor, disputado pelos arqueólogos. Diz o seu autor que não o escreveu para os eruditos, mas das mãos de M. Vieira Natividade era impossível sair obra sem elegância e erudição.

*

Dissemos acima que o nosso homenageado quis dotar Alcobaça com um museu e com uma biblioteca, mas o pedido feito em 1888 à Câmara Municipal, ainda não teve exequibilidade.

de 0,66 m. de altura, 0,51 de largura e 0,41 de espessura, com belas letras de 0,06 de altura. Fig. 8.

Recolheu-a em Alfeizerão o P.^o Poças Junior e foi oferecida a M. Vieira Natividade pelo seu amigo cavaleiro touromáquico, Vitorino Fróis.

Está bastante estragada e mesmo cortada do lado direito na parte superior.

Da outra não sabemos o paradeiro, mas foi vista por M. Vieira Natividade na porta da adega dos frades em Salir do Mato.

Ambas vem referidas no C. I. L., II, respectivamente com os números 353 (Salir do Mato) e 360 (Alfeizerão). Ao Dr. D. Fernando de Almeida agradecemos estas informações.

Unamos hoje, todos em conjunto, os nossos esforços, para que o facto se realize em breve. Será esta uma das melhores maneiras de homenagear o notável filho desta terra.

Por fim, um pedido, que seria também de M. Vieira Natividade, se vivo fosse: quando na vossa região aparecer qualquer velharia, evitai a sua destruição. Guardai-a com cuidado, e acompanhada de uma nota indicando a sua proveniência e as condições do achado, entregai-a ao Prof. J. Vieira Natividade, com destino ao museu que é vosso, de todos vós, por vontade e legado daquele que o reuniu.

Enquanto a exposição estiver patente e o museu não for uma realidade, fazei passar perante ela as gentes do vosso concelho, a juventude das vossas escolas, mesmo das escolas dos vossos vizinhos.

É preciso educar os novos, vencer rapidamente o atraso de que acima falei.

A exposição há pouco inaugurada foi concebida com um fim educativo, como uma lição viva para todos.

O patrono do museu sentir-se-á satisfeito com a vossa visita e dará por bem empregados todos os esforços, canseiras e despesas que a sua organização lhe acarretou.

Quem dera que pudéssemos desenterrar dos museus colecções-monstruosas para educação das gentes. Essa lição viva valeria mais que eruditos compêndios e laboriosas palestras.

*

Eis, em bem resumidas palavras, o enorme labor arqueológico do homem que nascido no Casal do Rei, se envolveu no movimento pré-histórico do seu tempo, e sozinho, sem auxílio algum, projectou Alcobaça no mundo científico internacional, no tempo em que se dizia que a Arqueologia era uma ciência só para ricos.

É de facto o nosso homenageado de hoje uma figura extraordinária, que quanto melhor conhecemos, mais profundamente admiramos.

*

Ao prestar esta homenagem a M. Vieira Natividade, queremos ainda vincar que a centelha arqueológica que o iluminou não se extinguiu na Família com o seu passamento. Pudemos observá-la em alguns dos seus com quem mais contactamos ultimamente.

Vibrou em outro, para nós ausente pela morte impiedosa: em António Vieira Natividade, que à coleção arqueológica, a Alcobaça e a tudo quanto com esta vila se prende, devotou acendrado carinho. Esquecê-lo nesta hora alta seria imperdoável. Ainda está presente na nossa memória o entusiasmo e a dedicação, com que há mais de duas dezenas de anos o ouvimos falar da obra de seu Pai a que tão intimamente estivera ligado.

O facho olímpico está presentemente, bem vivo, nas mãos do Prof. J. Vieira Natividade. aqui presente, a quem, como patrono da Família, queremos endereçar todas estas homenagens, vossas e nossas.

Tendo enveredado por outros caminhos da Ciência, onde é Mestre dos Mestres, subiu à altura das Academias, atingindo uma bem sólida reputação nacional e internacional.

Debaixo das camadas de variados estratos agronómicos, ainda lhe pudemos observar um filão arqueológico que brilhou com rara intensidade nestes últimos dias.

Que esta centelha se não extinga, e que outros na Família continuem as tradições honrosas que todos viemos aqui exalçar ⁽²⁶⁾.

(26) As gravuras 1-7 foram-nos gentilmente cedidas pelo Prof. J. Vieira Natividade e ilustraram o volume: *M. Vieira Natividade: Mosteiro e coutos de Alcobaça — Alguns capítulos extraídos dos manuscritos inéditos do autor e publicados no centenário do seu nascimento*. Alcobaça, 1960.

A fig. 8 assenta sobre uma fotografia do Eng.º Silvicultor Carlos Paixão Correia.

Ao Prof. J. Vieira Natividade e Eng.º Silvicultor Paixão Correia os mais sinceros agradecimentos.

ANIMAIS DOMÉSTICOS DA COSTA ATLÂNTICA

pelo

sócio efectivo

Rui de Andrade

ANIMAIS DOMÉSTICOS DA COSTA ATLÂNTICA

NO momento máximo da glaciação Würmiense a Europa do Norte estava sob uma calota glacial e o norte da Península Ibérica tinha um clima frigidíssimo com gelo nas alturas. Consequentemente estas zonas não tinham nem população humana de tipo mediterrânico como tiveram mais tarde, nem animais como os que tem hoje, nem selvagens, nem bravos.

Durante este período as civilizações humanas da Ibéria e sul da França eram as do paleolítico superior.

Passado o fenómeno glacial, que foi como que varrido para o Oceano Atlântico rapidamente, a Europa do Norte, ao longo da costa foi ocupada por populações neolíticas, de tipo crânico semelhante aos mediterrânicos — quer dizer dolicocefalos, pertencentes ao grupo sanguíneo A, de olhos claros e loiros à nascença.

A civilização era já neolítica e com eles levaram o uso de monumentos megalíticos — que se difundiram até o sul da Inglaterra e as zonas do norte da Europa até a Escandinávia.

Megalitismo é o desenvolvimento da sepultura dos povos nómadas, pastores, no momento em que se tornam um pouco sedentários, porque enquanto são largamente pastores, o velho e o morto, eram abandonados com os víveres, apenas mortos, cobertos de pedras (sistema ainda árabe ou saariano) defendido com grandes pedras, enterrado posteriormente em cistas com pedras aos lados, à cabeça, em cima e com os alimentos, água e armas.

No período de fixação passa-se ao dólmen e à câmara sepulcral e de cúpula — quando a civilização avança e os materiais se prestam.

Quando as populações ibéricas emigram para o Norte, principalmente ao longo do Oceano, porque aí as zonas pascigosas, pelo temperado da zona moritrina, são mais acessíveis e porque a recolha de moluscos marinhos e talvez a pesca e a caça de aves e animais marinhos, auxilie a vida, levam consigo gados e estes são os que no pré-glaciar e no glaciar se tinham mantido no sul da Espanha ou talvez no norte da África.

Estudando estes gados, hoje em grande parte modificados pelo progresso da criação industrial, mas que derivam de grupos ainda primitivos há um século, podemos seguir o progresso destes grupos de animais.

O mais típico é o dos bovinos.

A Península Ibérica tem ainda grupos primitivos — o grupo Alentejano que dou como mais típico do Primigenius Hahirri, africano, com os grupos afim, o Mertolengo e o Andaluz.

Seus derivados em Espanha o Murciano e Valenciano e o bravo que são todos grupos flavos (o bravo hoje seleccionado modernamente em preto) mas que é antes de todas as cores e em parte colorido.

O marinhão representa um grupo misto.

Na costa setentrional o Galego, hoje muito modificado e a seguir os grupos franceses, como o Garonnais, e a seguir o Limosino (aclarado), o Salers e o antigo Bretão, hoje desaparecido, etc.

Pela costa fora estendem-se os grupos flavos, Normandos, Holandeses vermelhos e finalmente os Dinamarqueses e Suecos.

A Inglaterra apresenta uma grande variedade de formas de um único tronco fundamental.

O Devon, South Devon, que são idênticos aos nossos Ibéricos, Hereford, e as raças flavas sem cornos modernamente (Red Palled).

Na Irlanda os bovinos de paus caídos e de coloração zebrada — hoje creio que desaparecidos.

Mas de todos o mais característico é o grupo escocês dos Highlands, que, salvo o pêlo longuíssimo é absolutamente de tipo ibérico.

O mesmo acontece no grupo dos equinos.

Toda a costa atlântica, montanhosa e húmida é povoada desde o paleolítico de pequenos cavalos que nós chamamos garranos, os espanhóis Jacas, os franceses além Pirenéus landedes, os bretões bidets e os ingleses Poneys, que se tem conservado em toda a costa ocidental e nas terras bravias da Inglaterra e do Gales — e ainda na Irlanda e na Escócia até os Shetlands e Hébridas

Este grupo se estende até a Noruega.

O mesmo facto deu-se também com os ovinos de tipo churro, que habitam as nossas zonas montanhosas, toda a costa até os Pirenéus (Larza), a França do Norte, Bretanha, etc., etc., e toda a Inglaterra até o extremo Norte (Black Faced, Cheviot, etc.), e uma infinidade de variedades até umas quase primitivas no norte da Escócia e ilhas da Costa Ocidental onde alguns grupos ditos «Spanish» chegam a ter uma variedade de quatro paus.

As cabras das ilhas da costa escocesa apresentam elementos para se supor a mesma origem ibérica e há casos que mereceria estudarem-se.

Seria interessante um estudo um pouco detido deste problema, que poderia dar-nos luzes acerca da cronologia destas migrações e sua extensão.

O problema humano é também importante porquanto as nossas populações mesmo aquelas do interior, que, em adultos, são morenos, têm filhos que nascem de cabelos loiros, mesmo muito claros e que depois escurecem aí pelos sete ou oito anos, têm olhos muito claros que escurecem, mas nunca se tornam pretos, e modernamente têm tendência a crescer a estaturas que se aproximam das nórdicas, de modo que demonstram não haver fundamental diferença entre esta gente e a dos países nórdicos o que de resto os grupos sanguíneos confirmam.

As formas e índices crânicos também os não diferenciam.

Julgo que uma correlação entre estes problemas, que aponto, merecem um estudo um pouco mais aturado que estas minhas afirmações que publico somente para atrair a atenção dos sábios para este assunto.

OURIQUE ATÉ QUINHENTOS
PEQUENINAS ACHEGAS

pelo
sócio efectivo

António Meireles do Souto

OURIQUE ATÉ QUINHENTOS

PEQUENINAS ACHEGAS

DEPOIS do «monumental trabalho» (assim o classifica o seu contendor, eminente polígrafo e antigo membro desta Associação, Alfredo Pimenta, no volume *Idade Média* ⁽¹⁾ de sua autoria); depois do notável estudo que o actual sócio e muito prezado amigo Tenente-coronel Costa Veiga publicou em 1936 ⁽²⁾, a equação da batalha de Ourique já não parece apresentar quaisquer dúvidas na solução: seja no tocante à localização, seja na enorme repercussão que teve, quer ao tempo, quer no futuro.

Qual o destino do incipiente Portugal se D. Afonso I fosse desbaratado, morto ou mesmo (como mais tarde lhe aconteceu em Badajoz na guerra com o genro), tivesse ficado prisioneiro dos Sarracenos?

«Há que reconhecer a extrema probabilidade da tradição do Baixo Alentejo — numa probabilidade tal que raia a certeza», afirma, peremptório, o abalizado medievista.

O combate feriu-se em S. Pedro da Cabeça, junto do rio Cobres, perto de Castro Verde: sobre isso já não cabe qualquer dúvida. As impugnações feitas, ou antes ou depois de tal estudo, só poderão ser tomadas em consideração se, com base séria, aduzirem documento hoje desconhecido e de confiança — se acaso algum existe ainda.

Nessa ordem de ideias, alvorecei-me quando soube que, em 1954,

⁽¹⁾ A. P., *Idade Média*, Lisboa, 1946, pág. 132.

⁽²⁾ A. B. C. Veiga, *Estudos de Hist. Militar Portuguesa — Passim*.

fora dada à estampa pelo ilustre publicista José de Bragança, uma nova edição da *Crónica de D. Afonso Henriques*, redigida por Duarte Galvão, cronista esse que, nada menos de nove vezes, cita a batalha de Ourique, sempre a referenciando junto de Castro Verde.

Ora, como justamente escreve C. Veiga, «por muito mau historiador que Galvão fosse — e por certo tanto não foi como se julga» (3) — não há razão para lhe assacar a nódoa de falsário ou mero «inventador». Era áulico do Paço, era cortesão, gostaria de agradar ao Rei e à Corte, mas tal não implica, de modo algum, que, conscientemente, deturpasse a História. Admirador acérrimo do Conquistador? Isso não pretende esconder; nem precisava fazê-lo: D. Afonso I e, de si, enormemente grande!

Ele, com toda a lealdade, aliás, afirma sempre que «leu» ou encontrou «estória» existente outrora no Convento de Santa Cruz de Coimbra, onde o irmão, D. João Galvão, estava muito ligado por lá ter sido prior, antes de Arcebispo de Braga. Assim no «Prólogo» — dirigido ao «Sereníssimo e muito poderoso Príncipe el-Rei D. Manoel» — bem claramente assegura ter encontrado «os notáveis feitos dos... Reis vossos antecessores escritos e postos... não só em menos pulida, mas ainda em desordenada... memória»: a repetirmos-lhe os próprios termos.

Infelizmente, essas «memórias», apontamentos ou crónicas, desapareceram nos torvelinhos da Fortuna, como tantos outros para arrelia nossa.

Em 1834? Já antes?

Porém, para nos dar certa consolação, o mesmo Senhor José de Bragança teve a boa ideia, em seu peregrinar por terras de França, de procurar na Biblioteca Nacional de Paris, sob o n.º 9, o manuscrito da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, que considera «texto coligido e talvez abreviado pelo Condestável D. Pedro de Portugal» (4).

Estudou-a e esmerilhou-a a primor. E pensou, a seguir, em publicar, anotada, a de Duarte Galvão. Porquê? Porque se convencera, entretanto, que esta era decalcada naquela.

(3) C. Veiga, *loc. cit.*, pág. 276.

(4) Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques — Notas de José de Bragança*, pág. 254.

Com efeito, primeiro que ninguém em 1935 ⁽⁵⁾, com bases apreciáveis José de Bragança formulou a hipótese de ela ter sido escrita, *originariamente*, em português, e apontou-lhe como autor o filho do Regente.

Lindley Cintra, retomando, em 1957, esse estudo, concorda com a primeira parte da supradita opinião; porém, considera que «a compilação da *Crónica de 1344* por D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos, tem alto grau de probabilidades»; e é «quase seguro (acrescenta) que a redacção se deve à iniciativa do autor do “nobiliário”» ⁽⁶⁾.

Grande pena foi o ilustre anotador de Galvão ter sido impedido, por lamentáveis circunstâncias, de nos dar a «Introdução» prometida, de modo a melhor e mais completamente expor o seu pensamento e justificá-lo.

Todavia, ainda assim, vai, «*pari passu*» provando, com exuberância, como a de Galvão respeita e segue por vezes à letra, copiando até as próprias palavras, a *Geral de 1344*.

V. G. comparemos:

Pág. 265 da crónica de Duarte Galvão: Fol. 199 do manuscrito de Paris:

«Em uma crónica achei que ele (D. Afonso Henriques) começou a ordem de Santiago e deu ao Espirital de Jerusalem oitenta mil dinheiros de ouro para se comprar herança de tanta renda para que se desse cada dia a todos os enfermos da enfermaria mantimento de pão e vinho porque o metessem cada dia em oração».

«Este rrey dom Affonso começou a hordem de Santiago e deu ao espital de Jherusalem XXX mil marcos em ouro para comprar herdade de tanta renda per q̄ dessem aos enfermos da enfermaria senhos paães queêtes e senhos vasos de vinho por q̄ o metessem cada dia à oraçom».

⁽⁵⁾ José de Bragança, *Diário de Noticias* de 14-1-1935, 26-1-1935, 20-2-1935 e 8-4-1935.

⁽⁶⁾ Existe uma cópia desta Crónica na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, de que a Academia Portuguesa da História, começou, em 1951, a publicação. Saíram o I e II volumes com estudo e introdução de Luís Filipe Lindley Cintra. Cf. págs. XLV, CXXIV, CXXV, CXXIX e CLX da referida «Introdução».

A pág. 200, outra vez Galvão sobrepõe-se nitidamente ao manuscrito de Paris. Reza assim:

O ms. conta: (fol. 199 v.)

«El-rei D. Fernando... enviou-lhe dizer... que lha leixasse (Badalhouce), pois sabia que era sua e de seu reino. E el-rei D. Afonso lhe respondeu que lha não queria leixar e então o desafiara sobre isto».

«E elrey dō Fernãdo mādou-lhe dizer q̄ lhe leixasse sua villa ca bem sabia q̄ era de sua conquista e elrey dō affonso nom o quis fazer e desafiãrõno porẽ».

E, como estes muitos outros passos.

Foi, portanto, esta a fonte a que Galvão foi beber — fonte que C. Veiga tanto desejava conhecer e o intrigava sobremaneira.

E que ela é merecedora de crédito não se duvide; basta ver o relato do fossado a Triana, arrabalde de Sevilha por El-Rei D. Sancho I em 1178 (7), ainda seu pai vivo, tão explícito e pormenorizado, e absolutamente em concordância com os escritores árabes e a cronologia tão minuciosamente esmiuçada por Costa Veiga.

*

Mas outra fonte aparece, também pelo ilustre medievista não aproveitada, a qual dá elementos deveras interessantes: a *crónica de 1419*, que Cintra estudou.

No seu trabalho (8) tão honesto transcreve-lhe o seguinte passo:

«(Dom Afonso Henriques)... ouve Conselho com os seus de fazerem guerra em terra da Lusitania que he Alentejo, e especialmente nas partes do Campo d'Ourique».

(7) «Todos os filhos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I se nomeavam Reis». C. Veiga, *loc. cit.*, pág. 238.

(8) L. F. Lindley Cintra. *Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique*, 1957 — *Passim*. Especialmente págs. 10, 17 e 18.

Mais adiante faz nova transcrição, essa alusiva à visão, para depois se referir «às mulheres assoldadas, que dissemos suso, muitas morrerom».

São as famigeradas guerreiras «amazonas» (que encontraremos adiante sob a pena de Duarte Galvão).

É ainda ele quem regista:

«Entom esses mais nobres Cavaleiros que hi erom o levantaram por rei».

São, pois, umas tantas páginas a confirmar, por outra via, quanto o mesmo Galvão asæveraria um século depois.

*

Há mais documentos, porém. A *Crónica dos Vinte Reis* diz:

«Despues... ovo otra batalla con moros en los Campos d'Erich e venciola e gano y grand algo. E fizose llamar de alli delante rey D. Afonso el primero Rey de Portugal» (9).

E ainda não terminou.

Na crónica atribuída a Afonso X, o Sábio, no cap. DCCVIII topa-se com o que segue:

«e desy passou o Tejo e correu o campo ataa Campo d'Ourique... E entrou com elles ã batalha en logar que he dicto Crasto (*sic*) Verde e vanceos» (10).

Determinando, com minúcia o itinerário de D. Afonso, o Cap. DCCVIII é bem explícito:

Saída de Coimbra em direcção ao norte de Santarém; travessia do Tejo; penetração no Alentejo até Campo de Ourique no lugar de Castro Verde, onde travou o combate.

Por tudo isto, Cintra diz textualmente:

«Costa Veiga demonstrou a verosimilhança do ponto de vista histórico-militar — o que me parece particularmente importante».

(9) L. Cintra, *loc. cit.*, pág. 22.

(10) L. Cintra, *loc. cit.*, págs. 29 e 30.



Com muitas probabilidades deve ter sido também a *crónica de 1344*, a origem informadora de André de Resende para o seu «De orichiensi agro», com a descrição do combate, a narrativa do milagre e a da aclamação de D. Afonso como Rei ⁽¹¹⁾.

Quanto ao milagre (que não deve ser interpretado no sentido teológico do termo), ou, portanto, melhor, a visão de D. Afonso, não temos um célebre paralelo na história mundial? Constantino o Grande, na véspera do combate

⁽¹¹⁾ De passagem, permitam-me chamar a atenção para um pequeno deslize da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*: Mestre André de Resende era filho (ele o afirmou e devia sabê-lo!) de André (e não Pero) Vaz de Resende. Também é conveniente lembrar que seu Mestre Lebrija era conhecido entre nós por António Nebrissa.

André de Resende, o latinista, possui, como autor de assuntos militares, o valor de ter (com Pero de Mascarenhas, enviado em Bruxelas d'El-Rei de Portugal a Carlos V) «assistido... no cerco e nos acampamentos» durante a guerra do Imperador («ao qual... particularmente ensinou... a língua latina») contra «Solimam, Rey dos Turcos».

O seu parecer, tem, pois certo peso, feito de experiência e de prática pessoal.

Tudo isto é assegurado, em 1593, por seu «particular amigo e muy chegado» o Cónego e Inquisidor Diogo Mendes de Vasconcelos, da cidade de Évora, o qual se gaba de que «o obrigara a começar a obra das Antiguidades de Portugal».

Este mesmo, cujo depoimento se me afigura valioso, afirmou:

«Finou-se no anno de 1575 e de sua idade 80». Logo, nascera em 1495 e deste modo se corrige a incerteza — transcrita por Maximiliano de Lemos da data do nascimento e da morte do notável erudito.

Além disso, reproduzindo o testamento de Resende, chama a atenção para a assinatura tão explícita: *Lecenceatus Andreas Resendius*. E desfaz, assim, a lenda do «L» significativo de Lucio, como alguns aventaram. Também para findar nos dá notícia de que «o nosso mesmo Rezende algum tempo tomou o sobrenome de *Angelo*, como se pode ver dos títulos dos livros que na mocidade compôz».

Coteje-se a *Colleçam das Antiguidades de Évora* por Bento Jozé de Souza Farinha (Lisboa 1785) na qual falta, precisamente, a «História da antiguidade da Cidade de Évora, de Rezende», anunciada, no entanto, na «Taboada de obras que vam nesta colleçam».

da Ponte Mílvia, em «Saxa Rubra», contra Maxêncio, «viu» o sinal brilhante da Cruz com a legenda «In hoc signo vinces», o que tudo materializou no lábaro, seu estandarte de guerra. Que admira ter o nosso primeiro rei, alma cristã e mística, uma «visão» de Cristo Crucificado a incutir-lhe ânimo e coragem em lance de tão grande aperto?

E aquela aparição sobre Tânger que nos é relatada em autógrafo de testemunha ocular?

«Sobre a meatade da vylla huma muy grande cruz alva como humm cristall... à vista de três myll pessoas... os quaes se verom sempre em giolhos ataa que se desfez» (12).

E não está aceita universalmente a visão de Saulo em Damasco, transformando-o de perseguidor dos cristãos no Apóstolo Paulo?

E há dúvida histórica acerca das «vozes» de Joana d'Arc que a impeliram a heroína de guerra e a mártir da fogueira?

É a «voz» em S. Damião que fez de Francisco Bernardona, folião e travesso, o Poverello de Assis?

Lembre-mo-nos que há poucos anos, segundo temos razão para acreditar, — tantos e tão diferentes e categorizados são os testemunhos presenciais — houve em Fátima um fenómeno solar extraordinário.

«Há mais coisas no céu, há mais na terra,
do que pensa a nossa vã filosofia»,
como disse o grande trágico inglês.

Porque negar, tudo negar, sempre, por sistema?

Nem credulidade excessiva, nem hipercriticismo — ao qual nenhum documento ou testemunho resiste.

O último acontecimento é, para Costa Veiga, de todo o ponto aceitável, pois assegura: «Alexandre Herculano, nega a *nosso ver sem fundamento*, o tradicional episódio da aclamação no local do combate» (13).

E insiste: «Há toda a plausibilidade da aclamação no campo de batalha, plausibilidade que igualmente defendemos» (14).

(12) Domingos Maurício Gomes dos Santos, *D. Duarte e as Responsabilidades de Tanger*, pág. 61.

(13) Costa Veiga, *loc. cit.*, pág. 313.

(14) *Id.*, pág. 559.

Não seria mesmo caso único nesses afastados tempos.

Os chefes francos eram aclamados no campo, erguendo-se no pavês ⁽¹⁵⁾; e Godofredo de Bulhões foi eleito rei de Jerusalém logo após a conquista da cidade. Havia menos de meio século decorrido (1099-1139).

E em 1086, após a vitória sobre Afonso VI, na batalha de Zálaca, Yusuf foi aclamado Príncipe pelas suas tropas.

Bem sei que parece contraditá-lo o achado do douto Prof. Merêa (da minha já antiga admiração e pessoal estima), o qual viria mostrar D. Afonso Henriques a intitular-se rei antes da vitória de Ourique. Mas esse documento é hoje muito suspeito de apócrifo.

Erdmann ⁽¹⁶⁾, que o criticou, duvida da autenticidade e para ser aceite — tem pouco jeito de o ser — teria de, pelo menos, adiantar-lhe a data para 1141 ⁽¹⁷⁾.

O Dr. Rui de Azevedo pende para a primeira hipótese ⁽¹⁸⁾ a da apocri-ficidade.

Como síntese do seu pensamento sobre este ponto, Cintra coloca-se claramente em posição quando afirma:

«Nos últimos tempos a crítica histórica inclina-se a apoiar na essência a versão tradicional, admitindo a existência de certa relação entre os 2 *factos históricos* (a batalha de Ourique associada à adopção de título real) ⁽¹⁹⁾.

*

Fazendo crítica à sua própria edição, José de Bragança, colocou a página 87 uma nota, cuja razão de ser lastimamos não aceitar.

⁽¹⁵⁾ Cf. Laveaux. *Nouveau Dictionnaire de la Langue Française*, Paris, 1820 — vb. «Pavois».

⁽¹⁶⁾ C. Erdmann. «O título de rei de D. Afonso I de Portugal» em *Congresso do Mundo Português*, 1940.

⁽¹⁷⁾ Este A. já em 1935, apontara «1140» como a data primeira de D. Afonso I se intitular rei.

Cf. *O papado e Portugal no I século da História Portuguesa*, pág. 46.

⁽¹⁸⁾ Rui de Azevedo. Na *Revista Portuguesa de História*, tomo I, 1941, pág. 182.

⁽¹⁹⁾ Lindley Cintra, *loc. cit.*, pág. 24.

Duarte Galvão diz, com toda a naturalidade e bonomia:

«Não se espante ninguém, nem duvide do que acima escrevo, *da grandeza deste vencimento* (o sublinhado é nosso) como já vi espantar alguns por mo assim ouvirem».

O anotador sublinha:

«Duarte Galvão confessa que no seu tempo houve quem se espantasse da sua versão da batalha de Ourique. É a mais evidente prova da novidade do caso».

Queira desculpar, mas não aceito tal interpretação.

Não era a batalha *em si*; não era a versão em geral; eram os pormenores, era «*a grandeza do vencimento*», como o autor escreve, o que surpreendia os leitores.

Recordemos que, antes de ninguém, ele nos veio dar conta de terem aparecido amazonas guerreiras nas hostes sarracenas, reconhecidas «post mortem» no arraial: «vieram com estas gentes mulheres vezadas a pelejar como as amazonas, o que foi sabido e provado depois pelos mortos que acharam no campo».

Isto pareceria, às gentes de 1500, fábula grega ou oriental; porém, foi a verdade absolutamente comprovada não só pelas narrativas dos historiadores árabes, que a tal curiosíssimo pormenor fazem referência, mas também pela de 1419 atrás citada e pela conhecida *Crónica dos Godos* ou «Cronicon Lusitanum» ⁽²⁰⁾.

Ora, está provado, sem hesitar, que Duarte Galvão não conheceu este cronicão, o qual «é digno de estudo e deve ser prezado por quantos amam a história, como já o foi pelos mestres que se chamaram Enrique Florez, Dozy e Lopez Ferreiro, Gonzaga de Azevedo e Barrau-Dihigo, mais exigente ainda» ⁽²¹⁾.

Não a conheceu, mas folheou, copiou e repetiu outra, a *Cronica Geral de 1344* — e sejamos justos! — em boa hora.

Sendo assim — como tudo nos indica —, aos argumentos que Costa

⁽²⁰⁾ C. Veiga, *loc. cit.*, pág. 275.

⁽²¹⁾ Costa Veiga, *loc. cit.*, pág. 282.

Veiga copiosa e exaustivamente expôs em defesa da localização da batalha de Ourique, há a acrescentar outros que aqui relembro:

1.º) Essa crónica de 1344, manuscrito de Paris e da Academia das Ciências, desconhecida ainda por esse Autor, quando fez o seu valiosíssimo trabalho, mas agora, após a redescoberta de José de Bragança, corroborante das afirmativas de Galvão. A qual não só relata o prélio, mas conta o milagre da aparição a D. Afonso e é rica de minúcias concordantes em muitos pontos com outros elementos conhecidos;

2.º) A crónica de 1419; a dos «Vinte Reis»; a de Afonso X, nenhuma delas aproveitada por aquele escritor, e como pormenores tão valiosos e explícitos, atrás reportados por nós;

3.º) Um outro documento trazido à luz (em 2.ª mão) por Alfredo Pimenta⁽²²⁾, datado de 14 de Julho de 1830 e contendo a fala de D. Martinho, bispo de Lisboa e embaixador do nosso Rei D. Fernando, o Formoso, a Carlos VI de França.

Peço licença para o transcrever, dada a importância:

«Propter quod rex noster facit quinque scuta in modum crucis cum quinque ictibus, in quolibet scuto in asulio et albo, pro eo quod in bello victorioso in quo obtinuyt contra infinitos Sarracenos in campo de Enrique inventa sunt in corpore regis quinque ictus in modum crucis».

Também não foi utilizado por Costa Veiga e escapou à sagacidade do Prof. António de Vasconcelos ao estudar, tão minuciosa quão eruditamente, a evolução do escudo português. E seria, por certo, mais um elemento valioso a documentar a sua argumentação.

(22) A. P., *loc. cit.*, pág. 130.



No século de quinhentos há ainda algo a acrescentar.

O Prof. Luciano Ribeiro, prezado amigo, deu a público em Janeiro do ano corrente uma «Colectânea de documentos acerca de D. Sebastião»⁽²³⁾ encontrados no opulento arquivo da casa Fronteira, por ele rebuscado com esmero. Entre eles, o n.º 4 interessa-nos sobretudo, tanto mais que (apesar de já inserto em Barbosa Machado) também não foi aproveitado por Costa Veiga no seu notável estudo ouriquense.

É subscrito por «alguém» do tempo de D. Sebastião e deve datar-se entre 1561 e 1565.

O Doutor João Afonso de Beja (e de Braga) cónego da Sé de Braga e deão na do Algarve, foi lente de Véspera na Universidade de Lisboa (antes de transferida para Coimbra), desembargador da Casa da Suplicação e muito mais coisas importantes.

Em 1561 fora pedida ao Papa Pio IV «por Lourenço Pires de Tavora, embaixador da parte del Rey nosso Senhor... ajuda eclesiástica para fazer uma armada... para ofender aos barbaros infieis e defender os seus vasallos deste Reyno contra os corsaryos»⁽²⁴⁾.

O Padre Santo expediu uma bula, condicionando-a, porém, ao cumprimento de vários requisitos. Essas exigências levantaram forte celeuma e o cónego-doutor foi consultado e convidado a dar o seu parecer sobre a exequibilidade e conveniência do rescrito pontifício, pelo Bispo D. Jaime «que tem tanto sangue ilustre da mesma casa real»!

O consultado responde com clareza e negativamente:

«Que lhe posso eu dizer senam chorar e lamentar a triste sorte dos portugueses... que querem voluntariamente perder o que os nossos antepassados... ganharam».

E continua: «estava Portugal cheio de mouros e não tinha mais que atee Coimbra, vynha um rei muyto pobre com tam poucos portugueses e

⁽²³⁾ *Separata de Studia*, n.º 5, 1960.

⁽²⁴⁾ *Loc. cit.*, pág. 210 e seg.

tomava-lhes Santarém e Lisboa e todo Alentejo e dava batalha no campo dourique a tantos reis e vencios e desbaratava-os, sem bulhas, e sem papas e sem pedir esmolos e alegar pobreza» (a sublinha é nossa).

...«Por isto Senhor que atras digo se podera bem entender o que con- vem a honra e estado del Rey nosso Senhor e de seus reynos».

Logo (conclui-se), não há necessidade de estar a receber favores condi- cionados a tão elevado preço. Em consequência deste parecer a bula não foi aceite por considerada desprimorosa para a coroa portuguesa.

Como Pio IV (João Ângelo de Medicis, o «Medighino»), morreu em 1565, a carta é-lhe anterior; como em 1561 fora pedida, é posterior a esta data.

Portanto, à roda de 1560 a opinião corrente no país entre gente erudita (trata-se, repito, dum professor universitário a escrever a um bispo ainda parente del-Rei) era que houvera batalha em Ourique, no Alentejo, contra «tantos» reis mouros, vitória cujo valor era ainda digna de apontamento espe- cial, e tão especial, que a citava mesmo sem ter ligação directa e obrigatória com o assunto versado no parecer.

*

De todo este insípido arazoado que fica?

1) Duarte Galvão não inventou coisas alguma: nem milagre, nem aclamação régia, nem valor da batalha, nem local onde esta se feriu.

2) Já, em 1344, a *Crónica Geral* tudo isso relatava, a uns dois séculos apenas do acontecido.

3) Também, já em 1380, um bispo português em discurso oficial perante corte estrangeira, se referira ao mesmo assunto.

4) A «crónica de 1419»; a dos «Vinte Reis»; a de «Afonso X» — todas, como em unísono, afinaram pelo diapasão: *Ourique no Alentejo*, com aclamação imediata de D. Afonso.

5) No século de Quinhentos era voz corrente e unânime (Duarte Galvão; Doutor Afonso de Beja; Licenciado André de Resende) ter-se dado o combate com grande vencimento de reis mouros no *Campo de Ourique, no Alentejo*.

Portanto:

Com tantos elementos probatórios em favor; e de tão díspar origem,

mas convergentes, parece-me patente estar confirmada no final destas linhas a afirmativa de Costa Veiga transcrita no início; ou seja:

No ano da Graça de 1960 há todo o direito de considerar como assente e averiguado o lugar onde se feriu o prélio de 25 de Julho de 1139 — Campo de Ourique, junto de Castro Verde — em pleno coração do Alentejo.

*

Eram estas insignificantes migalhinhas, estes pequeninos grãos de areia, que julguei oportuno (desculpem se me enganei) acrescentar, modestissimamente, ao monumento ouriquense-alentejano, que o nosso ilustre confrade Tenente-coronel Costa Veiga tão sòlidamente ergueu.

COMO SURTIU EM PORTUGAL
A PRIMEIRA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA

pelo

sócio efectivo

José Timóteo Montalvão Machado

COMO SURTIU EM PORTUGAL A PRIMEIRA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA

FOI na vila de Setúbal e corria o ano de 1849.

Bastantes anos antes, chegara a Setúbal, vindo dos lados de Beja, um sacerdote mui lido e virtuoso, chamado Manuel da Gama Xaro. Arredado do bulício do Mundo, todo entregue às letras e à meditação, o P.^o Xaro sabia que já muitas vezes, desde o século XVI e ainda em 1804, se tinham feito escavações na península de Tróia, com vista à descoberta duma cidade ali soterrada.

Homem de vasta erudição e prodigiosa memória, carteava-se com os vultos mais ilustres do seu tempo e sobretudo com o célebre Cardeal Saraiva, Fr. Francisco de S. Luís, o ardente apóstolo da Liberdade, que entremeava as lutas políticas com o estudo da Álgebra, da História e da Filosofia.

Dotado duma natural curiosidade de saber, estimulado pelas leituras e acicatado por amigos de espírito superior, o P.^o Xaro, com um livro no bolso da batina e um sacho ao ombro, iniciou as suas visitas à península de Tróia, visitas que haviam de prolongar-se por espaço de 40 anos!...⁽¹⁾

Foi justamente nesta época que começou a evidenciar-se em Setúbal um rapazola, filho da terra, que ao depois viria a patentear as mais brilhantes qualidades de espírito, na Advocacia e na Economia, na Política e no Jornalismo, na História e na Arqueologia. Chamava-se João Carlos de Almeida Carvalho, foi o fundador da imprensa em Setúbal e o primeiro director de «O Setubalense». Nunca a cidade de Setúbal apreciou devida-

(1) J. C. de Almeida Carvalho, *Anais do Município de Setúbal*, vol. «Autobiografia», trabalho dactilografado, existente na Biblioteca Municipal de Setúbal.

mente a vasta obra dum filho tão illustre, nem durante a sua vida, nem após a sua morte.

Como é costume juntarem-se os pássaros da mesma pena, o jovem Almeida Carvalho começou a frequentar a casa do Senhor Vigário Geral e prontamente foi contaminado pelo gosto dos cacos, das moedas e outras antiquilhas. É o próprio Almeida Carvalho que assim o confessa, nos *Anais do Município de Setúbal*, vol. «Autobiografia»: «frequentava a sua casa quase todos os dias, porque muito me aprazia ouvir as suas lições. As nossas conversas versavam ordinariamente sobre antiquilhas e várias vezes fomos visitar as ruínas romanas de Cetóbriga, no sítio de Tróia, na margem esquerda do Sado».

Em certo dia, constou em Setúbal que o Duque de Palmela e o Visconde de Sá da Bandeira tencionavam de *motu proprio* visitar a Serra da Arrábida e a península de Tróia, o que poderia marcar um passo decisivo na vereda das descobertas arqueológicas regionais.

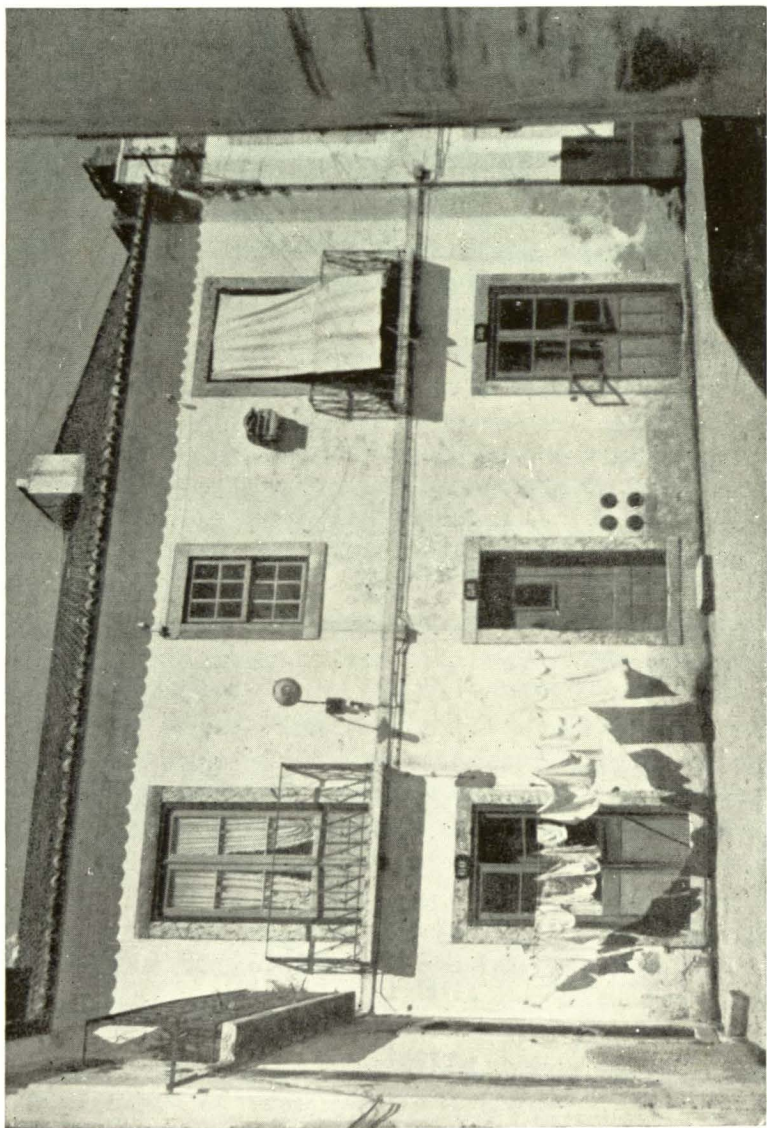
Tal visita não chegou a realizar-se, mas nem por isso esmoreceu o ânimo da escola arqueológica, que o P.^o Manuel Xaro, vinha fundando, e à qual tinham vindo juntar-se novos discípulos: Domingos Garcia Peres, Aníbal Álvares da Silva, Sebastião Maria Pedroso Gamito, José de Groot Pombo, Teotónio Xavier de Oliveira Banha, Henrique Ahrens e outros mais.

Foi então que ao P.^o Xaro e a estes incipientes estudantes de arqueologia surgiu a ideia de se constituírem em sociedade, não sòmente para estudarem a ciência arqueológica, mas também para devassarem, escavarem, pôrem à luz do Sol os eloquentes documentos históricos, confiados até hoje à protecção das areias, no lugar de Tróia.

Em toda aquela escola, Almeida Carvalho devia ser o elemento mais dinâmico e por isso foi o portador duma carta, naturalmente escrita por ele próprio, mas também assinada por todos os seus camaradas, dirigida ao Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein, convidando-o a declarar-se *protector* da jovem sociedade. Que respondeu o Duque?

— Que, não sòmente se honrava de pertencer a uma tal sociedade científica, *a primeira que no nosso País se propunha a tão louvável empresa*, mas ainda, como prova da sua muita consideração pela mesma sociedade, iria a Setúbal assistir à sua inauguração.

O 1.^o Duque de Palmela não era apenas um militar e um político, tão experimentado nos tempos conturbados das lutas pela Liberdade. Ao



Casa na Rua do Bartissol, onde funcionou a Sociedade Arqueológica Lusitana, em Setúbal

contacto da cúria romana e das principais cortes da Europa, tendo convivido com os homens eminentes que rodeavam M.^{me} de Staël, e chegando mesmo a oferecer a esta notável escritora uma tradução francesa, de sua própria lavra, de alguns episódios dos *Lusíadas*. Palmela possuía um espírito suficientemente esclarecido para compreender os homens e dominar os assuntos.

Por isso, a resposta que Almeida Carvalho levou aos seus conter-râneos causou o maior entusiasmo, não sòmente no seio do nascente areópago de arqueólogos, mas também em toda a população da vila.

A lista dos sócios ia aumentando dia a dia; todos se preparavam para a inauguração da sociedade e o começo das escavações. Finalmente, marcou-se para o dia 9 de Novembro de 1849 uma primeira reunião dos sócios, sob presidência do Duque de Palmela, o que teria lugar após uma visita à península de Tróia.

Na véspera de aquele dia, isto é, a 8 de Novembro⁽²⁾, todos os sócios fundadores, a cavalo, e levando à frente o Comandante do Batalhão de Caçadores 1, Coronel Joaquim Bento Pereira, mais tarde feito Barão de Rio Zêzere, saíram da vila pelo Alto do Viso e foram esperar o nobre Duque, que encontraram perto da Quinta do Esteval. Vinha ele acompanhado dos seus genros, o Marquês das Minas e o Conde das Alcáçovas, e ainda do seu secretário particular, Roberto José da Silva, todos montados em formosos e bem ajazados corcéis.

Realizados os cumprimentos entre os visitantes e visitados, toda a distinta caravana se pôs em marcha para Setúbal, deparando-se-lhe grande multidão no Alto do Viso, que tributou ao nobre Duque a mais vibrante manifestação de simpatia. Eram milhares de pessoas que, sem formaturas nem avisos, ali tinham acorrido para vitoriar o estadista recém-chegado. Eram os acordes das bandas de música, que à comitiva se juntaram durante o percurso da Rua de Coima, do Largo da Fonte Nova e da Praça de S. Pedro, até à Rua da Praia, a que hoje chamaríamos respectivamente Rua da Brasileira, Praça Machado Santos, Praça Marquês de Pombal e Avenida Todi. Eram finalmente as centenas de foguetes e morteiros que subiam ao ar para exteriorizar o contentamento das massas.

(2) J. C. de Almeida Carvalho, *Anais do Município de Setúbal*, última parte do vol. «Época de D. João IV».

O Duque mostrou-se muito agradavelmente surpreendido com a vibrante manifestação de simpatia do povo de Setúbal e foi finalmente alojar-se no Hotel Espanhol, na mesma Rua da Praia, onde se postara uma força de Caçadores 1, acompanhada da banda de música, para fazer a guarda de honra a tão distinto hóspede.

Onde era este Hotel Espanhol? Diz-nos Manuel Envia, saboroso narrador da história moderna setubalense, que tal hotel se situava no 1.º andar dos Paços do Duque, e, na verdade, tal situação se coaduna com os relatos que houvermos de consultar. Este Hotel era também conhecido entre o público setubalense pelo nome de *Escoveiro*, porque, segundo se dizia, *escovava* muito bem todos os seus clientes.

Vem a propósito lembrar que, no mesmo hotel e no dia 31 de Agosto de 1877, se hospedaram os Imperadores do Brasil, D. Pedro II e D. Teresa Cristina⁽³⁾, mas não nos espraíemos, deixemos o acessório para regressar ao principal.

No dia seguinte, 9, às primeiras horas da manhã, o Duque, a sua comitiva, os fundadores da sociedade e várias outras pessoas tomaram vários escaleres e rumaram em direcção a Tróia. Uma vez ali, os visitantes treparam a margem do Sado e subiram às dunas; percorreram largos espaços de terreno, ora de areia escavada, ora de vegetação rasteira; examinaram demoradamente algumas ruínas já descobertas, na margem Sul da entrada da Caldeira, e descansaram finalmente numa barraca de lona, que ali se armara para aquele efeito.

Regressado a Setúbal e a convite do Comandante de Caçadores 1, o Duque de Palmela foi visitar o quartel da já citada unidade militar, onde encontrou formado todo o Batalhão, e dirigiu-se finalmente ao 2.º andar dos Paços do Duque, onde agora se encontra instalado o Governo Civil, para presidir à sessão preparatória da organização da *Sociedade Archeologica Lusitana*.

A convite de todos os circunstantes, foi a presidência da sessão assumida pelo Duque de Palmela, que começou por convidar o Dr. Aníbal Álvares da Silva e João Carlos de Almeida Carvalho para o secretariarem.

(3) Alberto Pimentel, *Memorias sobre a história e a administração do Município de Setúbal*, Lisboa, 1879.

Depois, abrindo a sessão, começou o Duque por afirmar o seu reconhecimento às pessoas ali presentes, que lhe quiseram dar a honra de presidir àquela reunião, distinção que ele nunca poderá esquecer, porque se trata de instalar em Portugal a primeira sociedade que cientificamente se vai dedicar à descoberta e estudo das antiguidades.

Afirma o seu propósito de ajudar e tomar parte nesses trabalhos e estudos, mas, declara, não pode aceitar o grau que amavelmente lhe quiseram conferir de *Protector* da Sociedade, porquanto entende que tal honra deve ser conferida a pessoa de mais alta hierarquia. Por isso, se a assembleia assim o permitisse, ele mesmo, Duque de Palmela, iria convidar Sua Majestade El-Rei D. Fernando a assumir a *Protecção* da nascente Sociedade Archeologica Lusitana e estava certo de que aquele Augusto Senhor, com o amor que nutre pelas Artes e Ciências, não regatearia o seu auxílio.

Espraiando-se depois em considerações históricas, enalteceu os trabalhos e estudos dos arqueólogos, para se poderem conhecer as velhas civilizações, e aconselhou as pessoas presentes a redigirem os Estatutos da Sociedade, com a maior brevidade, a fim de serem aprovados pelo Governo.

Finalmente, prometendo uma vez mais o seu carinho à nova agremiação, assim finalizou o seu discurso:

«Foi hoje a primeira vez que tive o gosto de visitar as ruínas da antiga Cetóbriga e, pelos vestígios das construções que ali observei, fiquei sumamente esperançado de que grandes vantagens arqueológicas, científicas e artísticas se poderão obter por meio duma bem dirigida escavação, e da qual poderão resultar muita honra e vantagens para este País e com particularidade para a vila de Setúbal, sede desta respeitável associação.

«Quando porém mesmo esses achados de preciosidades se não realizem de todo, ao menos sempre um grande proveito se tirará das escavações intentadas: descobrir-se-ão essas ruínas, marcar-se-á a sua extensão, e finalmente fixar-se-ão mais as ideias para se resolver um ponto de história e de geografia, que até agora não tem sido esclarecido pelos nossos escritores, história na verdade muito misteriosa, relativamente à fundação desta populosa cidade, cuja existência deve ser de mui remota antiguidade».

E aqui merece a pena abrir um parêntesis. Naquelas suas últimas palavras, deveria Palmela querer aludir ao eterno problema, que ainda hoje

está por resolver: as ruínas de Tróia representam os restos da velha cidade romana de Cetóbriga? Não é este o momento oportuno para explanar o assunto, mas a verdade é que a questão continua ainda controversa.

O nosso antiquário André de Resende, opinou, no século XVI, que a velha cidade de Cetóbriga se teria situado na península de Tróia. E, muito embora não tivesse aduzido razões convincentes, factos indestrutíveis ou ponderosas considerações etimológicas, a verdade é que aquela ideia foi aceite, fez carreira e só no século passado começou a ser posta em dúvida, porque aos homens da Sociedade Arqueológica Lusitana não aparecia qualquer prova irrefragável para confirmar o dito de André de Resende.

Em contrapartida, ocorre perguntar: foi descoberta alguma prova categórica de que Cetóbriga teve assento em qualquer outro lugar? Também não.

Em 1957, durante as obras do saneamento de Setúbal foram descobertas, em várias ruas da cidade, cerca de 18 000 moedas romanas, restos de paredes, pavimentos de *opus signinum*, telhas, tijolos, lucernas, ânforas, mós de moinhos, etc., objectos estes que foram religiosamente arrecadados e proficientemente estudados pelo Senhor Dr. José Marques da Costa, encontrando-se agora no Museu da cidade, recentemente organizado⁽⁴⁾.

Salvo o respeito que nos merecem as opiniões alheias, parece-nos que também não existe qualquer prova categórica de que Cetóbriga se encontre sob os alicerces da actual Setúbal. Nem o célebre Itinerário de Antonino Pio, como acentuou Almeida Carvalho, nem o mapa «Hispania», elaborado por Alb van Kampen no século XIX, deixam de constituir meras presunções.

E, sem embargo de se admitir que a actual Setúbal assenta sobre as ruínas duma povoação romana, tudo quanto sabemos é que as ruínas de Tróia e os muitos monumentos lá descobertos provam que ali existiu uma grande cidade romana, porque as ruínas e monumentos encontrados em tão extensa área não podiam pertencer a uma povoação de somenos importância. Que cidade era essa? Isso há-de saber-se um dia, quando for possível remover o vasto areal que cobre aquelas ruínas, areal que entretanto lhes serve de manto protector. E reatemos o fio da nossa meada, para retomarmos a

(4) José Marques da Costa, *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, Setúbal, 1960.

narrativa da histórica sessão preparatória da primeira sociedade de arqueólogos portugueses.

Terminada a fala do Duque, fizeram ainda uso da palavra o P.^o Xaro, o Dr. Álvares da Silva e Almeida Carvalho, expondo algumas pequenas dúvidas, mas mostrando-se todos animados da melhor vontade para continuar a desaterrar as relíquias de Tróia.

Resolveu-se nomear Presidente vitalício o nobre Duque de Palmela e constituir a seguinte Direcção provisória:

Manuel da Gama Xaro — Presidente
Domingos Garcia Peres — Vogal
Aníbal Álvares da Silva — Vogal
Sebastião Maria Pedroso Gamito — Vogal
João Carlos de Almeida Carvalho — Secretário
João Torlades O'Neill — Tesoureiro

Um dos sócios fundadores lembrou então que se devia pedir o título de *Real Sociedade*, mas o Duque, mostrando uma certa dureza de ouvido, disse que, se Sua Majestade acedesse a ser *Protector da Sociedade*, esta por certo se consideraria muito honrada e penhorada⁽⁵⁾.

Em seguida, encerrou-se a sessão, indo todas as pessoas presentes acompanhar o Duque até aos seus aposentos. Cabe aqui dizer que o Duque de Palmela mostrou naquele dia a melhor vontade de vir a adquirir por compra os chamados *Paços do Duque*, que pertenceram outrora aos Duques de Aveiro. Palmela explicou que gostava de comprar os Paços para neles pousar sempre que fosse a Setúbal, por ocasião dos trabalhos de escavações⁽⁶⁾.

No dia imediato, 10 de Novembro de 1849, o Duque, com a sua comitiva e muitas pessoas de Setúbal, abalou em direcção a Palmela, sendo ali recebido com entusiásticas manifestações do povo, que não se cansava de exclamar: «Viva o nosso Duque de Palmela!».

(5) J. C. de Almeida Carvalho, *Sociedade Archeologica Lusitana*, Lisboa, 1896.

(6) *Idem, idem.*

Foi só depois da comitiva deixar a vila de Palmela que os setubalenses renovaram os seus agradecimentos e apresentaram as suas despedidas, continuando o Duque e os seus genros a sua viagem para Lisboa.

Estava terminada a fase preparatória. Era preciso agora conseguir uma sede, elaborar, discutir e propor os estatutos, que iriam reger a «Sociedade Archeologica Lusitana».

Quem hoje deambula pelas ruelas da parte velha da freguesia de S. Sebastião e desce pela Rua de Bartissol, encontrará, justamente no canto formado pela confluência da mesma rua com a Rua Gonçalo de Abreu, uma casa modesta, a atirar para estilo pombalino, mostrando três portas no rés-do-chão, e ainda duas pequenas sacadas, separadas por uma janela, no primeiro andar.

Ali se instalou a primeira sociedade de arqueólogos que surgiu em Portugal!...

Oh! velha Rua de S. Domingos, berço de Elmano, albergue de antigas sociedades, coração da velha freguesia de S. Sebastião! Oh! veneranda casinha das duas sacadas, incrustada no histórico Convento dos Grilos! nós nos prostramos humildemente perante vós, com o respeito que é devido às grandes relíquias do passado!

Uma daquelas portas ainda hoje tem o mesmo número de polícia, 56, que Almeida Carvalho lhe atribuiu em 1896, quando discreateava sobre a sua saudosa Sociedade⁽⁷⁾. Foi naquela casa que, após tantos anos de ferozes lutas políticas, se hasteou a bandeira da paz, em nome da Ciência, da História e do Progresso!...

Alguns dias depois, isto é, no dia 1.º de Dezembro de 1849, a Direcção provisória, levando à frente o Duque de Palmela, foi recebida por El-Rei D. Fernando, a quem foi agradecer ter-se dignado aceitar o título de *Protector* da jovem sociedade. Ainda no mesmo dia, o Duque ofereceu aos forasteiros de Setúbal um jantar, no seu sumptuoso palácio, tendo dito no seu brinde que «a lembrança da sua entrada em Setúbal sempre lhe despertaria uma das maiores satisfações de toda a sua vida»⁽⁸⁾.

(7) J. C. de Almeida Carvalho, *Sociedade Archeologica Lusitana*, Lisboa, 1896.

(8) *Idem, idem.*

Após estas cerimónias, a Direcção reuniu muitas vezes para estudar todos os alvitres apresentados e para discutir e redigir o plano de regulamento interno. Finalmente, os estatutos foram apresentados ao Governo e aprovados por alvará de 27 de Março de 1850. Estava legalmente constituída a Sociedade Archeologica Lusitana.

Não queremos passar à frente, sem dizermos algumas palavras acerca dos Estatutos, de que possuímos um exemplar graças à amabilidade do nosso distinto amigo, Ex.^{mo} Senhor Augusto Cardoso Pinto, illustre e considerado Director do Museu Nacional dos Coches, ao qual, por esta e outras achegas, aqui deixamos o preito das nossas homenagens. (Tendo falecido já depois de escrito este artigo, paz à sua alma!).

Os Estatutos encontram-se num pequeno opúsculo de 24 páginas, saído da Imprensa Nacional, no ano de 1850⁽⁹⁾. Abre este opúsculo por um *Relatório*, assinado pelos sócios fundadores, já acima indicados, onde é fácil descobrir o dedo orientador do P.^o Manuel Xaro. Não resistimos à tentação de transcrever alguns períodos.

«Movidos, pois, das vantagens que naturalmente devem resultar para as artes e sciencias, de uma excavação dirigida com acerto em terreno tão pingue destas antigualhas, associaram-se algumas pessoas mais accomodadas da Villa de Setúbal, às quais se poderão agregar outras

«No inverno de 1814 caiu alli desmoronada pelas aguas uma das ribanceiras que entestam com o rio, deixando em descoberto um pequeno caixão de chumbo, com várias e curiosíssimas antigualhas, que passaram a poder de D. Rodrigo de Lancastro, então Governador de Setúbal; e examinadas depois por antiquários, foram classificadas como fenicias, e por taes as reputa o moderno auctor da história antiga da Galliza, impressa em 1838, o qual diz que todos esses curiosos objectos existem em poder dos herdeiros do general Lancastro

«As estátuas descobertas alli por varias vezes, as colunas, os cippos, as inscripções, as medalhas consulares, e do alto e baixo imperio, as lam-

(9) *Estatutos da Sociedade Archeologica Lusitana*, Lisboa, 1850.

padas sepulcrais, as amphoras, a argamassa signina, os tijolos quarteados, e mil outras antigualhas deste genero, provam indubitavelmente a dominação desse povo gigante, sempre grande e sempre escravo, que servia de rastos aos despotas de Roma, e levava arrastados em seus triumphos aos reis da terra. *Rex Parthis datus*, diz uma medalha de Trajano, achada na Troia; *Rex Armenis datus*, diz outra de Lucio Vero: e era com tais decretos, quasi em monosylabos, que o povo do Tibre creava reinos, levantava e abatia thronos

«E quem isto escreve tem trazido de Troia, por diferentes vezes, para cima de duzentas Medalhas de todos os tamanhos, algumas das quaes perfeitamente conservadas, offereceu ao Eminentíssimo Senhor Cardeal Saraiva de S. Luiz, de saudosa memoria, o qual, como tão affeçoado que era a estas curiosidades, dizia em carta de 20 de Julho de 1841, a quem lh'as offereceu: «Estimo e conservo as Medalhas que V. me offereceu e estou inteiramente pela sua explicação. Essa Troia, esse terreno todo, é um thesouro...».

Segue-se o alvará que criou a Sociedade Archeologica Lusitana, o qual foi assim concebido:

«Eu A Rainha Faço saber aos que este Meu Alvará virem, que Attendendo ao que lhe representou Manoel da Gama Xaro, Vice-Presidente de uma Associação denominada = Sociedade Archeologica Lusitana = em Setubal, pedindo-Me a confirmação dos Estatutos por que ella deve regular-se; Considerando Eu que o fim desta Sociedade é promover e effectuar uma excavação nas ruinas da antiga Cetobriga, para a aquisição de conhecimentos sobre as antiguidades deste Paiz, com proveito para a história delle: Hei por bem, Conformando-Me com o parecer do Conselheiro Procurador Geral da Coroa, Permitir que a mencionada Sociedade Archeologica Lusitana seja constituida na Villa de Setubal, e Approvar e Confirmar os Estatutos inclusos da mesmo Sociedade, que contêm trinta artigos divididos em sete titulos, e baixam assignados pelo Conde de Thomar, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino. Pelo que Mando a todos os Tribunais, Authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento deste Alvará competir, que, indo por mim assignado,

referendado pelo dito Presidente do Concelho de Ministros, e sellado com o Sello das Armas Reaes e com o da Causa Publica, o cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém. Pagou doze mil e seiscentos reis de Direitos de Mercê e cinco por cento de adicionais»

«Dado no Paço das Necessidades, aos vinte e sete de Março de mil oitocentos e cincoenta. Rainha. Conde de Thomar».

Seguem-se os 30 artigos dos Estatutos, que aqui não podemos incluir na sua totalidade, para não alongarmos demasiadamente o nosso relato. Não resistimos todavia à tentação de reproduzir alguns artigos de mais interesse.

«Artigo 1.º — Debaixo da protecção de Sua Magestade El-Rei D. Fernando é creada na Villa de Setubal uma Sociedade denominada = Sociedade Archeologica Lusitana = .

Art.º 2.º — O fim desta Sociedade é exclusivamente promover por todos os meios ao seu alcance, e effectuar uma excavação nas ruinas da antiga Cetobriga, e adquirir luzes e conhecimentos sobre a historia, geographia e costumes antigos, de que se tenham originado os que hoje existem.

Art.º 3.º — Formar-se-ha na Villa de Setubal um Museu Archeologico dos objectos que se descobrirem»

«Art.º 10.º — A Direcção formará uma relação dos Sócios, que de bom grado se prestarem a ir para o sitio de Troia dirigir os trabalhos da excavação».

«§ 1.º — Igualmente designará a cada um daquelles socios, que terão o nome de Inspectores, quantos e quaes os dias, que por escala lhes pertencem, para irem inspecionar e presidir aos trabalhos da excavação».

«Art.º 16.º — A Direcção designará um dia por semana em que os Livros da Sociedade, e os objectos achados na excavação, estejam patentes aos socios».

«Art.º 19.º — O Socio Inspector será obrigado a comparecer no sitio

da excavação, e a presidir à mesma nos dias que lhe competirem, desde o começo até ao fim dos trabalhos diários.

Art.º 20.º — Terminado que seja o tempo da sua inspecção, apresentará à Direcção uma Folha com o numero dos trabalhadores, dias de trabalho, e jornal ganho, para ser lançada no Livro da despeza».

«Art.º 28.º — Todo o socio que extraviar qualquer objecto descoberto na excavação, além de incorrer nas penas cominadas nos Alvarás citados, será responsável pelo triplo do seu valor estimativo, excluido da Sociedade, e seu procedimento publicado pela imprensa».

Até aqui, ficaram referidos os trabalhos da concepção, da gestação e do parto. Vejamos agora como correspondeu o funcionamento da S. A. L.

Iam começar-se os trabalhos, mas nada se poderia realizar se não houvesse uma garantia de fundos para ocorrer às primeiras despesas. Por isso se angariou uma receita inicial, com a seguinte subscrição⁽¹⁰⁾:

El-Rei D. Fernando	300\$000	reis
Duque de Palmela	200\$000	»
1 sócio	8\$000	»
4 sócios, a 9\$600 cada um	38\$400	»
124 » » 4\$800 » »	595\$200	»
<i>Total</i>	1.141\$600	»

Foi com este dinheiro que se realizaram as escavações durante os primeiros anos, sem contar o que cada sócio lá ia gastando e o tempo perdido, porque se assentou em que, enquanto durassem as escavações, os sócios se iriam revestando na função de orientadores, estando permanentemente dois em Tróia, por espaço duma semana.

(10) J. C. de Almeida Carvalho, *Sociedade Archeologica Lusitana*, Lisboa, 1896.

Já antes disso, no dia 3 de Novembro de 1849, a Sociedade tinha assinado uma escritura, com o proprietário dos terrenos interessados, Francisco Maria Cabral de Aquino Mascarenhas, lavrada pelo tabelião de Setúbal, Agostinho Albino de Faria Picão, com o fim de poder revolver as areias, para pôr à mostra as antiqualhas escondidas⁽¹¹⁾.

As primeiras escavações foram realizadas desde 1 de Maio a 2 de Junho de 1850, tendo como ponto de partida as escavações já realizadas no tempo de D. Maria I, pelo lado sul da entrada da Caldeira. Desde logo se descobriram mais casas e se encontraram várias moedas e outros objectos, o que causou grande júbilo a D. Fernando e ainda mais ao Duque de Palmela.

Após um interregno de alguns meses, novas escavações tiveram lugar, desde 4 de Outubro de 1850 até 15 de Março de 1851, e, nesta altura, operou-se um grande interregno. Porquê?

Porque o Duque de Palmela tinha falecido a 12 de Outubro de 1850; as pessoas abastadas diziam que só custeavam lavras de minas que dessem metais preciosos; o público motrava-se indiferente; e os próprios sócios começavam a estar cansados.

Contudo, embora lentamente e com reduzido afinco, foi ainda possível levar a efeito uma terceira fase de trabalhos, desde 5 de Novembro de 1855 até 12 de Outubro de 1856.

Que se tinha descoberto entretanto em Tróia?

Além de muitos objectos, que fizeram parte de três relações, adiante mencionadas, puseram-se à mostra algumas construções, para cuja descrição nos vamos servir dum relatório apresentado por José de Groot Pombo, Sebastião Maria Pedroso Gamito e João Carlos de Almeida Carvalho, publicado pelo *Setubalense*, de 15 de Novembro de 1857⁽¹²⁾.

«Em resultado desta escavação encontrou-se, próximo da Ermida de N.ª Snr.ª de Troia e junto à embocadura da lagoa, um edificio de forma

(11) J. C. de Almeida Carvalho, *Sociedade Archeologica Lusitana*, Lisboa, 1896.

(12) *O Setubalense*, n.º 125, de 15/11/1857 (o primeiro jornal que se publicou em Setúbal).

circular, com o diâmetro de 15 pés e 10 polegadas (ou sejam 5,225 metros), encontrando-se ainda no alto das paredes o princípio da abóbada ou cúpula.

«Nas paredes há três nichos que seriam possivelmente adornados com estátuas, a uso dos Romanos.

.....
«Esta casa parece destinada a balneário, porque apresenta dois tanques ou banheiras. Cada banheira tem 4 pés e 10 polegadas de profundidade (ou sejam 1,595 metros), tudo construído com uma amálgama de cal, areia e pedra miuda, semelhante àquela que reveste as muitas salgadeiras, que se encontram no meio das ruínas de Cetóbriga.

«Dentro desta casa, encontrou-se uma moeda de cobre *Fl. Jul. Constantinus Nob. C.* e alguns pedaços de ânforas de barro e bocados de vidro.

«À distância talvez duns 100 metros a Sueste deste edifício e ao longo da lagoa (ou Caldeira), desoterraram-se umas Thermes, e nelas em uma das salas, onde ainda se divisava haver sido guarnecida de mármore, encontrou-se uma banheira também de mármore guarnecida. A esta sala liga-se outra, cujo pavimento de pedra dura é de optimo trabalho, havendo porções em muito bom estado.

«Uma outra sala se descobriu, encontrando-se ali a base duma coluna de marmore branco, cujo fuste devia ter tido uns 2,5 palmos de diametro e nesta sala acharam-se umas 180 medalhas romanas, todas de cobre e em geral frustas.

«Foi o que com tão fracas posses pudemos tactear naquele imenso areal, que cobre os despojos da antiga Cetóbriga.

«Setúbal, em assembleia geral da Sociedade Archeologica Lusitana, aos 21 de Dezembro de 1856».

E foi o que se fez no tempo da Sociedade Lusitana, sendo de lamentar que a falta de recursos tivesse obrigado a uma interrupção de trabalhos, os quais só muito mais tarde foram reatados, para pôr a nu mais construções, balneários, condutas de água, poços, salgadeiras, túmulos, etc., que nós hoje ali podemos contemplar.

Em 1867, isto é, dezóito anos após a formação da Sociedade, Almeida Carvalho, que entretanto fora obrigado a fixar-se em Lisboa, assim carpia as suas mágoas: «...a última Direcção, eleita em 4 de Outubro de 1857, no decorrer de nada menos de 10 anos, pouco ou nada pudera fazer, sem

recursos, sem fé, sem esperança, por assim dizer em debandada». E, num arranco de desespero, clamava ainda Almeida Carvalho: «Do Governo não vinha nenhum auxílio, nem um simples toro de pinho, para conter areias, tirado das matas do Estado» (13).

Estavam contados os dias da Sociedade Archeologica Lusitana, a primeira Sociedade que em Portugal se criara, com o fim exclusivo de fomentar o amor pelas venerandas antiquilhas do passado. Mas, a nosso ver, o que mais se impõe à nossa admiração, não são as lições do padre-mestre Gama Xaro, nem o interesse livresco, revelado pelos seus discípulos, no estudo dos autores consagrados à descrição das relíquias. O que os torna mais credores das nossas homenagens é o espírito de sacrifício que revelaram, para, desprezando frio e calor, vento e chuva, se dedicarem durante anos à faina fatigante de remover areias, sustentar taludes, crivar terras, armar engenhos, passar fome e sede, dormir ao relento... tudo a bem da Ciência.

É de justiça deixar aqui algumas palavras de apreço pela memória desses homens, que tanto honraram o burgo sadino, nos meados do século passado. São quase todos nossos conhecidos, pela intervenção que tiveram em acontecimentos, que já prenderam a nossa atenção.

Manuel da Gama Xaro, Vigário Geral de Setúbal, padre-mestre de Archeologia na Rua de S. Domingos, já ficou referido no princípio desta descolorida exposição.

O Dr. Domingos Garcia Peres tinha trocado a Medicina pela Política, era um amador da Archeologia e mais profundamente se dedicava, como emérito bibliófilo, à colectânea de «los autores portugueses que escrebieran en castellano» (14).

O Dr. Álvares da Silva viera da Ilha da Madeira e em Setúbal abria banca de advogado, tendo-se popularizado pela defesa que fez no Tribunal de dois marítimos, acusados de terem matado o capitão dum barco francês que se dedicava ao rapto, transporte e venda de cidadãos negros. Era conhecido entre o público pelo *Dr. Aníbal*, foi um dos maiores entusiastas da

(13) J. C. de Almeida Carvalho, *Sociedade Archeologica Lusitana*, Lisboa, 1896.

(14) Domingos Garcia Peres, *Catalogo razonado, biographico y bibliographico de los autores portugueses que escrebieran en castellano*, Lisboa, 1882.

S. A. L. e presidia ao Município de Setúbal, quando esta cidade foi honrada com uma visita oficial de El-Rei D. Pedro V⁽¹⁵⁾.

João Carlos de Almeida Carvalho, advogado de provisão, jornalista fogofo, polemista que se bateu brilhantemente com José Maria Latino Coelho, foi o homem que até hoje mais se dedicou, em extensão e profundidade, à história da cidade de Setúbal. Deve ter sido o grande impulsionador da Sociedade.

O Coronel Joaquim Bento Pereira, ou Barão de Rio Zêzere, era uma brilhante figura de militar que, na Batalha do Rio da Prata contra o Uruguai, no cerco do Porto ao lado de D. Pedro IV, na Batalha de Asseiceira contra D. Miguel, no Cerco de Almeida, na Batalha de Torres Vedras, sempre se mostrou pronto a jogar a vida em defesa da Liberdade⁽¹⁶⁾. Muito contribuiu para o brilho da recepção ao Duque de Palmela, atrás descrita.

Teotónio Xavier de Oliveira Banha, Guarda-mor de Saúde, o historiador da «Legião Portuguesa» ao serviço de Napoleão, na qual ele tomou parte, também entrou nalgumas Direcções da Sociedade Archeologica Lusitana⁽¹⁷⁾.

Sebastião Maria Pedroso Gamito, João Torlades O'Neill, José de Groot Pombo, Henrique Ahrens, Manuel José Vieira Novais e tantos outros, figuras marcantes na política ou nas actividades industriais e comerciais de Setúbal, emprestaram também o melhor do seu esforço para o progresso da Archeologia.

Tais eram os apóstolos que, durante cerca de 18 anos, cruzavam o Sado em demanda de achados arqueológicos e frequentavam o cenáculo da Rua de S. Domingos para discussão de interpretações e para última redacção dos artigos a publicar na sua revista *Annaes*, de que saíram 3 números.

Estes 3 números da revista *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, impressos em Lisboa, na Imprensa Nacional e na Tipografia da Revista Popular, em 1850 e 51, podem ser lidos na Biblioteca Nacional, onde fazem companhia, num mesmo volume, a outras valiosas publicações

(15) Fran Paxeco, *Setúbal e as suas celebridades*, Lisboa, 1930.

(16) Maximiano de Lemos, *Encyclopedia Portugueza*, vol. 11.

(17) Cláudio Chaby, *Apontamentos para a historia da Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão I*, Lisboa, 1866.

congêneres, como *Le signe de la Croix*, *Bulletin de La Société d'Anthropologie de Lyon*, *Bijoux Vandales*, etc.

Nos *Annaes* se pode ver ainda hoje como aqueles homens de Setúbal sabiam desenterrar, estudar e trabalhar. Diga-se isto em abono da verdade, porque aparecem alguns arqueólogos modernos, para quem os antigos arqueólogos não passavam duns malfeitores que, de picareta em punho, tudo destruíam, na ânsia de encontrarem potes com moedas de ouro. Não era assim que pensavam os jovens antiquários de Setúbal. Querem uma prova? Abramos ao acaso um número dos *Annaes* e leiamos, a páginas 4, do n.º 1:

«A taça, que vou explicar, tinha entre os romanos o nome de *Patera*, especie de copo de pouco fundo e bocca larga ou patente, como indica o mesmo nome.

«A matéria ordinária deste vasos era o barro, o bronze, a prata e também o ouro. Alguns delles eram lisos, outros, porem, tinham lavores e relevos, e tal é o que vou explicando, o qual tem além disto, alguns embutidos de ouro. As *pateras* de lavores eram designadas pelos nomes proprios dos objectos que ellas figuravam, e eram chamadas *pampinatas*, *heredatas* e *filicatas* aquellas cujos lavores figuravam *pampanos de vida*, *folhas de era*, ou *ramos de feto*, e assim das mais.

«A *patera* era objecto de culto religioso, e servia nos sacrificios para derramar o vinho na cabeça das victimas, para receber-lhes o sangue e tambem para fazer libações nos publicos banquetes.

«Mas, com quanto fosse objecto do culto religioso, nem por isso era pertença exclusiva dos templos públicos, pois que Cicero nos diz que, antes da depredação de Verres, quasi todas as casas da Sicilia tinham *pateras* e *acerras* de prata, o que prova quanto se tinham generalizado nesse povo os oratorios e sacrificios particulares

«Explicaremos agora os simbolos da nossa *patera*.

«A primeira vez que examinei os lavores desta *patera*, deu-me logo nos olhos o tridente, cuja haste atravessa pela cabeça a um polvo, perfeitamente figurado. O tridente faz lembrar *Neptuno*, que na escriptura symbolica é representado por elle: e está aqui como symbolo do poder deste deos sobre todos os aquateis, entre os quais era o polvo (*Polypus*) um dos mais reveis ao sceptro de *Neptuno*.

«A variedade de peixes figurados na patera, não desdiz do objecto, porque todos elles eram consagrados a *Neptuno* e família sua.

«No lado opposto, e no ponto que diametralmente corresponde ao tridente, está o *preferículo*, o *simpuvio* e a *secespita*, instrumentos proprios dos sacrificios. Está também uma victima, e se estivesse mais perfeitamente figurada, poderia indicar-nos a divindade a quem alludia o sacrificio ».

Isto prova à evidência que os discipulos do P.^o Xaro não desenteravam à bruta, de picareta em punho, na ânsia de se locupletarem com tesouros de ouro. Pelo contrário, escavavam com carinho e estudavam com o interesse evidente de investigarem e interpretarem as características das civilizações antigas. Os homens da Sociedade Archeologica Lusitana não destruíram coisa alguma e, não obstante terem descoberto muitas ruínas e muitas antiguidades de apreciável valor archeológico, ainda deixaram muitas ruínas e muitos objectos de alto valor, para serem descobertos em Tróia pelos cultíssimos investigadores dos séculos seguintes.

Em 1864, mostrando já a Sociedade de Setúbal pouca actividade e tendo-se fundado em Lisboa, durante o ano anterior, a Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses, procurou a segunda estabelecer contacto com a primeira, a fim de se verificar uma conjunção de esforços e «de se proporem os meios conducentes à continuação das escavações nas ruínas de Troia». De facto, em 16 de Dezembro de aquele mesmo ano, realizou-se uma reunião, a que compareceram: por parte da Associação lisbonense, o notável architecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva e os Pares do Reino, Conde de Farrobo e Miguel Osório Cabral e Castro; e por parte da Sociedade setubalense, o Dr. Domingos Garcia Peres e João Carlos de Almeida Carvalho⁽¹⁸⁾.

Ou porque fôsem grandes as exigências de alguma ou de ambas as partes, ou porque lhes faltasse a compreensão das vantagens associativas, não se chegou a um accordo, e a culpa do desacordo talvez pertencesse a Almeida Carvalho. Este homem, de superiores qualidades de intelligência,

(18) J. C. de Almeida Carvalho, *Anais do Municipio de Setúbal*, vol. «Autobiografia».

de trabalho e de carácter, devia ser um tanto azedo e talvez mais intransigente do que diplomata.

Ele havia de dizer mais tarde: «Entendi ser inexequível o projecto apresentado pelo Presidente da Associação e declarei que me encontrava impossibilitado de poder tomar parte na empresa proposta. A reunião acabou sem que se tomasse resolução alguma»⁽¹⁹⁾. E foi pena que as duas sociedades não se concertassem, para evitar que se interrompessem as escavações de Tróia e para ver prolongada, de qualquer forma, a existência da ínclita sociedade sadina.

Não se tendo sabido aproveitar aquela maré, nada mais restava à Sociedade Arqueológica Lusitana do que entregar a alma a Deus e os ossos à Academia de Belas-Artes de Lisboa. Outro tanto aconteceu algum tempo depois ao Real Instituto Arqueológico de Portugal, de efémera duração, fundado pelo Marquês de Sousa Holstein, filho do 1.º Duque de Palmela, que tanto contribuíra para a Sociedade de Setúbal⁽²⁰⁾.

Já em 1856, a Biblioteca Nacional de Lisboa, vendo afrouxar o entusiasmo da S. A. L., lamentava a falta de actividade dos pesquisadores sadinos e tentou seduzí-los a entregar-lhe o espólio conquistado às areias de Tróia. O namoro era precoce e não foi aceito, porque ainda a Sociedade, com muitos ou poucos trabalhos, não tinha atingido a puberdade. Assim, só uma dúzia de anos mais tarde, em 1868, é que Garcia Peres e Almeida Carvalho se viram obrigados a reconhecer que a Sociedade caíra na esterilidade e já só tinha uma vida fictícia.

Por outro lado, entendiam que não tinham direito a deter preciosidades, de que se julgavam apenas fiéis depositários, lamentando que não houvesse em Setúbal um Museu, onde se entregassem tais antiquilhas. Cabe aqui dizer que, ao contrário do que afirma Inácio de Vilhena Barbosa, não existia então na cidade sadina⁽²¹⁾ qualquer museu etnológico, iniciativa que só veio a verificar-se em 1960.

Por estas razões e após uma troca de correspondência com entidades oficiais de Lisboa, resolveram os fundadores da Sociedade Archeologica

⁽¹⁹⁾ Almeida Carvalho, *Autobiografia*.

⁽²⁰⁾ Inácio Vilhena Barbosa, *As Cidades e Villas da monarchia portu-
gueza que tem brasão d'Armas*, Lisboa, 1860, vol. III.

⁽²¹⁾ *Idem, idem*.

Lusitana procurar a Academia de Belas-Artes e entregar-lhe, para depósito, todos os objectos encontrados.

Diz Almeida Carvalho, no seu opúsculo *Sociedade Archeologica Lusitana*, Lisboa, 1896, com a segurança que põe em todos os seus escritos, que, para tal entrega, foi lavrada uma portaria, pelo Ministério do Reino, no dia 29 de Janeiro de 1868.

Ao que parece, deve ter-se tratado duma das tais *portarias mudas*, que às vezes não passavam do papel assinado pelo Ministro na sua secretária, porque, não obstante os esforços empregados, não nos foi possível encontrar tal diploma, nem na colecção do *Diário do Governo*, nem no velho Arquivo do Ministério do Reino.

Combinou-se que tudo seria entregue na Academia de Belas-Artes, incluindo os livros e documentos, mediante relações, que seriam assinadas pela mesma Academia e ficariam na posse dos sócios fundadores da Sociedade Archeologica Lusitana. Todos aqueles objectos e artigos se encontravam na posse de quatro sócios: Garcia Peres, Pedroso Gamito, Almeida Carvalho e João José Soares.

O primeiro a fazer entrega foi Almeida Carvalho, por meio da *Relação n.º 2*, no dia 26 de Fevereiro de 1869, depositando uma lâmpada sepulcral de barro vermelho, muitas bases de colunas, capitéis e outras peças de mármore de cores variadas, muitos tijolos, mós de moinho, ânforas e fragmentos de argamassa ⁽²²⁾.

A 13 de Julho do mesmo ano, o Dr. Garcia Peres depositou também, por meio da *Relação n.º 1*: uma lâmpada sepulcral de barro vermelho, um cordão de filigrana de ouro com duas cabeças de leão também de ouro, um anel de ouro tendo gravados instrumentos de sacrificio, outro anel de ouro apresentando um ramo de folhas e um modelo de gesso imitando uma pátera de prata.

No mesmo dia, foram entregues por João José Soares, mediante a *Relação n.º 3*, todos os livros e documentos que se encontravam na Sociedade.

Nesta altura, aconteceu um imprevisto: o sócio fundador Sebastião Maria Pedroso Gamito, que era precisamente o detentor de mais objectos encontrados, declarou que não estava disposto a entregar coisa alguma.

(22) Almeida Carvalho, *Sociedade Archeologica Lusitana*.

Almeida Carvalho dizia-lhe que devia entregar, da mesma forma que os outros sócios já tinham feito; acrescentava-lhe que não era correcto deter objectos que pertenciam à Sociedade e que, cedo ou tarde, ele seria obrigado a apresentá-los.

Certo é todavia que nunca os entregou, e foi preciso que decorressem treze anos para que, após a morte de Pedroso Gamito, seu filho Epifânio Augusto se apresentasse à Academia das Belas-Artes, no dia 18 de Março de 1882, a fazer entrega das antiquilhas, que recebera do pai e com as quais se organizou a *Relação n.º 4* (23).

Desta relação faziam parte: 1895 moedas de diversos Imperadores romanos, quase todas de bronze; cunhadas em Roma, Antióquia, Constantinopla, Cartago, Leão, etc.; 4 lâmpadas sepulcrais inteiras e outras 2 partidas; 8 vasos de diversas formas; muitas ânforas, umas pomiformes, outras cilíndricas, algumas inteiras, outras fracturadas; 1 pátera lavrada; vários objectos de ouro; ossos humanos e objectos de osso; agulhas de fazer rede, anzóis, alfinetes, pregos, objectos de cobre, etc., etc.

Extinguiu-se a Sociedade Archeologica Lusitana, porque, à morte do seu Presidente vitalício, vieram juntar-se o esmorecimento de alguns e a indiferença da maior parte, tudo se traduzindo na falta de recursos para continuação dos trabalhos. Mas, bem atentos os factos e à distância dum século, somos obrigados a reconhecer e a louvar o esforço magnífico da escola etnológica do P.º Gama Xaro, para pôr a nu os ossos duma das grandes cidades do solo pátrio, já há muito naufragada sob os areais de de Tróia, antes de os reis afonsinos talharem as fronteiras da Nacionalidade.

Ali, naquele grande e profundo cemitério, tudo é ermo e silêncio, é a paz da morte impondo a religiosidade dos vivos, é o museu fiel de uma civilização antiga, que pereceu e não voltará. Debaixo de aquelas dunas, esmagados pelo peso dos séculos e carcomidos pelo sal marinho, quantos milhares de esqueletos humanos ali estarão confiados ao manto protector das areias!

Foi para nos patentear essas vidas de outrora que o P.º Xaro fundou a sua escola, foi para nos revelar os usos e costumes dessas gerações

(23) Almeida Carvalho, *Sociedade Archeologica Lusitana*.

longínquas que se sacrificaram os homens da geração de Garcia Peres e Almeida Carvalho.

Estes homens merecem tanto mais o nosso louvor e a nossa admiração, quanto é certo que a Sociedade Archeologica Lusitana, por eles fundada e mantida, foi o primeiro núcleo que se estabeleceu em Portugal, com o fim exclusivo de se dedicar aos estudos e devassas de natureza etnológica.

Todas as sociedades fundadas em Portugal, com objectivos científicos, ou se dedicaram a outros ramos do saber, como a «Academia médico-portopolitana», fundada no Porto, no tempo de D. João V, a «Academia Real da História Portuguesa», fundada em 1720, a «Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa», fundada em 1822, ainda viva, a «Academia das Bellas-Artes de Lisboa», fundada em 1836, e, mais importante que todas, a «Academia Real das Ciências de Lisboa», que data de 1774; ou se inauguraram com fins idênticos ao da Sociedade setubalense, mas são de datas mais recentes: a «Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses» (1863), de que proveio a actual «Associação dos Archeólogos Portugueses»; o «Real Instituto Archeologico de Portugal» (1868), a «Sociedade Martins Sarmiento», de Guimarães (1882), a «Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», do Porto (1911), e ainda outras, mas todas de fundação mais moderna do que a «Sociedade Archeologica Lusitana», de Setúbal (1849).

E, depois de exposta a traços largos a história da distinta e sadina sociedade de antiguidades, ocorre perguntar: que aconteceu às preciosidades entregues? Estão ainda na Academia de Belas-Artes ou onde se encontram elas?

Continuemos a narrativa.

Até 1904, é provável que todos os achados arcaicos de Tróia permanecessem na Academia de Belas-Artes, onde tinham sido depositados. Porém, a partir daquela data e segundo se vê nos arquivos da mesma Academia, o Doutor José Leite de Vasconcelos, Director do Museu Etnológico Português, com a autoridade do seu nome, começou a fazer pressão no sentido de serem transferidas para o seu Museu todas as antighalhas de importância etnológica, que se encontrassem nos outros estabelecimentos públicos. Tal propósito evidencia-se, mais positiva e concretamente, no officio n.º 336, que o Director do Museu Etnológico enviou ao Director da Academia de Belas-Artes:

Cópia

«Registo n.º 139

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS — (armas reais) — Lisboa. N.º 336
Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. _____

_____Existindo na Academia de Bellas Artes e Museu ao digno cargo de V.^a Ex.^a vários objectos archeologicos, provenientes de Alcacer do Sal, de Troia, de Setubal e de *Olissipo*, tomo a liberdade de solicitar de V.^a Ex.^a que, com a competente auctorização superior, consinta que elles sejam transferidos para o Museu Ethnologico Português, onde vem (*sic*) preencher grande lacuna, por isso que, apezar de Alcacer e Troia serem tão abundantes em antigualhas, e á nobre *Olisipo* corresponder a nossa capital, em que está o Museu, e que convem que fique nelle bem representada, não posso ainda, infelizmente expôr à contemplação dos estudiosos tantos documentos, prouientes d'essas estações archaicas, quantos se esperariam, attenta a importância d'elles. _____

_____Bem sei que, quer a Academia de Bellas Artes, quer o Museu das Janelas Verdes, merecem a V.^a Ex.^a todo o desvêlo; mas, com o pedido que faço, não pretendo prejudicar esses dois notáveis estabelecimentos de instrução, por que, (*sic*) sendo elles propriamente destinados a estudos estheticos, embora com referênciam também ao passado, os objectos a que me refiro tem (*sic*) antes character historico do que esthetico, e por isso quadram por ventura melhor a um Museu que se destina especialmente ao estudo da historia do nosso pais. _____

Deus Guarde a V.^a Ex.^a _____

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. Inspector da Real Academia de Bellas Artes. _____

O Director (a) José Leite de Vasconcelos» _____

E foi assim que as preciosidades de Setúbal, *dadas a guardar*, começaram a viajar e a dispersar-se por Museus diversos, com pouco respeito aliás pelos compromissos assumidos; são factos desta natureza que levam

o público a olhar, com especial desconfiança, os antiquários, os colleccionadores e os bibliófilos.

Algum tempo mais tarde, a Câmara Municipal de Setúbal, certamente desgostosa com o que se estava passando, procurou reaver para a cidade as preciosidades entregues. É o que se vê do seguinte officio, enviado pela mesma Câmara ao chefe do seu Distrito, ou seja o Governador Civil de Lisboa.

Cópia de cópia

«Armas reais/GOVERNO CIVIL/DO/DISTRICTO DE LISBOA/2.^a REPARTIÇÃO — Cópia — Lugar do sello branco da camara municipal do concelho de Setubal — Illustrissimo e Excellentissimo Senhor — N.º 58 — Em resposta ao officio n.º 80, datado de 20 do corrente mez, expedido pela repartição central do Governo Civil dignamente a cargo de V. Ex.^a cumpre-me dizer o seguinte: Sendo propriedade da sociedade Archeologica Lusitana, legalmente constituida, com sede nesta cidade, todos os objectos que depositou na Academia das Bellas Artes de Lisboa, como lhe foi permitido por Portaria datada de 29 de Janeiro de 1868, e tendo sido cedidos tais objectos à camara deste município, para o seu museu, pelos sócios restantes d'aquella sociedade, como se prova dos documentos juntos, com o respectivo inventario, à representação enviada com officio datado de 23 de Outubro de 1899 para esse Governo Civil, julga a camara a que estou presidindo bastante attendiveis estas circumstancias para lhe serem entregues os alludidos objectos, ainda mesmo quando por motivo extranhavel estejam fora do Instituto no qual haviam sido depositados em face dos documentos devidos — A mesma Camara, pois, reitera o pedido de deferimento da sua representação datada de 21 de Janeiro ultimo, pelas razões n'ella expendidas, corroborando as que já havia exposto na que acima fica indicada. Deus Guarde a V. Ex.^a. Setúbal, 23 de fevereiro de 1905 — Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conselheiro Governador Civil do Districto de Lisboa — O Vice-presidente da Camara José Joaquim Fragoso — Está conforme — Secretaria do Governo Civil de Lisboa, 25 de fevereiro de 1905 — O Secretario Geral (a) ilegível».

Em 8 de Março do mesmo ano de 1905, o Director Geral da Ins-

trução, Dr. Abel de Andrade, submeteu a exposição supra ao parecer do Director do Museu Etnológico.

Cópia

«Registo n.º 274

«MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS — Armas reais — LISBOA — N.º 478 — Ill.^{mo}. e Ex.^{mo} Sr. _____

— Em sessão do Conselho da Academia de Bellas Artes, foi nomeada uma comissão composta de quatro membros, — o Ex.^{mo} Director ultimamente fallecido, o Ex.^{mo} Director actual, o Ex.^{mo} Sr. D. José Pessanha, e o signatario deste officio, para escolher os objectos que, com auctorização que emanou do Governo, deviam passar do Museu de Bellas Artes para o Ethnologico. Alem de alguns objectos já transferidos, foi de parecer a referida commissão que se transferissem tambem duas esculpturas de pedra (uma estátua descabeçada proveniente de Troia de Setúbal, e uma figura de Hercules, achada em Lisboa). ficando porem no Museu das Janellas Verdes modelos de gesso, pois que para a apreção artistica, bastariam estes, enquanto ao Museu Ethnologico conviria, por causa do valor historico-archeologico, ter os proprios originaes. _____

— Como tenciono abrir o Museu Ethnologico aos Congressistas que em breve se reunirão em Lisboa, e era meu desejo tê-lo o mais enfeitado possível, rogo a V. Ex.^a se digne obter do Conselho d'essa illustre Academia a cedência das duas esculpturas. Às razões que allego, accresce o não estar a nossa capital, (que foi na epoca lusitano-romana, como V.^a Ex.^a e a Academia sabem, *Olisipo Felicitas Augusta*) senão mingudadissimamente representada no Museu, e o terem aqueles marmores, salvo melhor juizo, mais importancia historico-archeologica do que artistica. _____

— Tambem tomava eu a liberdade de ponderar a V.^a Ex.^a o seguinte. Visto que no Museu Ethnologico está exposta a maior parte das antigualhas encontradas há annos ao pé de Alcacer do Sal, e no Museu de Bellas Artes existe um vaso, com pinturas, que pertence à mesma estação archaica, e que daria grande lustre ao Museu Ethnologico, por ser de epoca de que só por ora se descobriram vestigios em Alcacer do Sal,

ao passo que em meio das numerosas riquezas do Museu das Janellas Verdes é objecto completamente avulso, — talvez o Conselho da Academia de Bellas Artes pudesse permitir do mesmo modo a transferencia d'elle para o Museu Ethnológico. De facto o vaso fica pertencendo à nação, como até agora, e a Academia tem a todo o tempo a possibilidade de o mostrar aos seus alumnos, caso entenda que a estes interessa o estudá-lo. —

————— Pela minha parte eu prometto à Academia que não perderei o ensejo de, nas minhas pesquisas archeologicas, colhêr e dar-lhe qualquer informação de character artistico que eu veja que possa ser-lhe util, ou mesmo obter-lhe qualquer objecto, como já em tempo fiz.

————— Deus Guarde a V.^a Ex.^a/ Lisboa 26 de Março de 1906/Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Inspector da Academia de Bellas Artes./O Director (a) José Leite de Vasconcelos».

————— Nestas condições, é pois no Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, em Belém, que se poderão ver os achados archeológicos da Tróia, e, particularmente nos armários n.^{os} 71 e 72, encontrarão os curiosos um grande número de objectos, descobertos pela Sociedade Archeologica Lusitana: agulhas de redes, estiletos, anzóis de pesca, lucernas, pratos, ânforas, páteras (cilíndricas e rectangulares), pregos, púcaros, anéis, etc. Sabe-se também que, noutras salas do mesmo Museu, não franqueadas ao público, se encontram muitas outras peças de maior volume e alta valia, como estátuas e colunas, igualmente arrancadas das areias de Tróia pelos esforçados obreiros da S. A. L.

Não queremos ultimar esta singela narrativa de factos e acontecimentos, ligados a uma das mais belas páginas da história intellectual de Setúbal, sem lavrarmos um protesto, tão justo como bem fundado. Queremos referir-nos ao silêncio, que os escritores das últimas décadas têm guardado, acerca da ínclita e douta sociedade, que há um século existiu em Setúbal.

Já não admira muito que caíssem nesse silêncio os escritores estranhos à vida de Setúbal, sendo todavia grato frisar a excepção feita pelo *Dicionário Popular*, Lisboa, 1912. O que no entanto mais surpreende é o olvido, a que votaram a Sociedade Archeologica Lusitana, os próprios filhos da terra e as pessoas a ela ligadas, como se conclui das obras de Fran Paxeco e Alberto Pimentel.

Nunca será de mais repeti-lo: A Sociedade Archeologica Lusitana,

com sede em Setúbal, na Rua de S. Domingos, hoje Rua de Bartissol, não foi sòmente o primeiro núcleo que se criou em Portugal, para a descoberta e estudo das antiguidades; foi também um cenáculo, que, durante perto de 20 anos, prestou à Ciência e à Nação os mais valiosos serviços, no campo da Etnologia.

A Deus o que é de Deus, e a César o que é de César!

UMA ORAÇÃO DOS JUDEUS PORTUGUESES
DE BORDÉUS NO SÉCULO XVIII

pelo

sócio correspondente

Jean Ollivier †

UMA ORAÇÃO DOS JUDEUS PORTUGUESES DE BORDÉUS NO SÉCULO XVIII

EXPULSOS de Portugal pela primeira vez em 1429, portanto antes da bem conhecida expulsão dos judeus e dos mouros decretada por D. Manuel I (1497), foi principalmente no século XVI, e depois muito mais tarde, no século XVIII, que os judeus portugueses emigraram em grande número para França.

Muitos deles refugiaram-se no Sudoeste deste país, a maioria em Bordeus, onde apesar de submetidos às leis de excepção que só foram completamente abolidas em 1791, podiam quase livremente cumprir os preceitos da sua religião, efectuar rendosos negócios e gozar dos seus bens por vezes consideráveis.

Todavia, as recordações das vicissitudes passadas não se apagavam completamente, e assim viviam sempre receosos da cessação dessa relativa, mas apreciável liberdade.

Não é pois de estranhar vê-los no meio do século XVIII — apesar de serem nessa altura os portugueses que mais cedo, entre os estrangeiros, foram admitidos na classe da burguesia — aproveitar oportunamente as mais pequenas ocasiões em se tornarem agradáveis e procurar a simpatia de todas as autoridades locais proclamando o seu grande amor pelo Rei de França, aceitando com submissão absoluta as leis do país que por os ter acolhido se tinha tornado uma nova pátria.

O texto do documento apresentado a seguir é disso um exemplo típico. Trata-se duma oração traduzida do hebreu para francês em 20 de Agosto de 1744, que casualmente encontrámos entre velhos papéis dum alfarrabista bordelês.

No documento, que nos parece deveras interessante, implora-se ao Deus de Israel, Rei dos Reis, que obtenha uma melhoria no estado de saúde de «S. M. Cristianissima» el Rei Luís XV.

Evidentemente a saúde do «Bem Amado» não é senão um pretexto, e nada surpreende encontrar o desejo manifestado *in fine*: ver a Inspiração divina influir no coração do Monarca, a fim, diz o texto, de que os Judeus sentissem sempre doçura e moderação da parte do Governo Real.

A referida oração está impressa com cuidado em quatro páginas *in-quarto*, a primeira encimada por um cabeção finamente gravado.

Damos aqui uma reprodução dessa primeira página, e, a seguir, o texto francês, que houve grande interesse em publicar e difundir largamente, chamando assim a benévola atenção das autoridades da Cidade e do Reino, sobre a situação ainda um tanto incerta de muitos judeus portugueses emigrados em terras de França.

PRIERE

FAITE

PAR LES JUIFS PORTUGAIS

DE BORDEAUX,

Pour demander à Dieu le rétablissement de
la Santé du Roy.

Traduite de l'Hebreu le 20. Août 1744.

SOUVERAIN du monde, c'est à ton pouvoir absolu qu'il est réservé de donner à tous les hommes, depuis la naissance jusqu'à leur dernier soupir, l'accroissement, la force, la guérison: rien ne peut se dérober à l'immensité de tes connoissances: Les Loix de ta Providence conservent aux êtres vivans le souffle qui les anime, & président au bon ordre qui regne entre tout le reste des créatures. Nous t'adressons nos vœux & nos prières pour obtenir de ta bonté qu'elle daigne accorder à LOUIS XV. du nom, Roi de France, notre Monarque, la force de résister à la maladie violente qui le retient dans un lit, où la douleur est son partage; qu'elle daigne soulager ses maux, & tarir la source de nos larmes, en lui redonnant la viguer & la santé, & en le rappelant à la vie.



P R I E R E
FAITE
PAR LES JUIFS PORTUGAIS
DE BORDEAUX,

Pour demander à Dieu le rétablissement de
la Santé du ROY.

Traduite de l'Hebreu le 20. Août 1744.

SOUVERAIN du monde , c'est à ton pouvoir absolu qu'il est réservé de donner à tous les hommes, depuis la naissance jusqu'à leur dernier soupir, l'accroissement, la force, la guérison : rien ne peut se dérober à l'immensité de tes connoissances : Les Loix de ta Providence conservent aux êtres vivans le souffle qui les anime , & président au bon ordre qui regne entre tout le reste des créatures. Nous t'adressons

Seigneur, que tes compassions pour lui l'emportent sur les menaces de ta colere; qu'elles refoulent sur les conditions dont tes menaces sont toujours accompagnées; rappelles en cette occasion le souvenir des bienfaits & des faveurs dont tu as été si libéral envers nous, afin que le terrible Ministre de tes vengeances passe arriére de lui. Ecartes loin de sa Personne Sacré tous les maux qui concourent à l'accabler, & que les douleurs qu'il a déjà ressenties suffisent pour désarmer ta justice.

Que le Dieu fort, le Monarque puissant & redoutable, le Très-Haut, le Roy d'Israël, le Seigneur des Armées, qui tient en sa main la délivrance des Rois, la Domination des Puissans, dont le Royaume à jamais durable n'est point sujet aux révolutions, qui rachete & que sauve, qui fait des prodiges en faveur de ceux sur lesquels il répand ses miséricordes, qui est toujours à portée de ceux qui le reclament, & qui dans le tems de tribulation exauce les vœux de ceux qui le craignent, bénisse, garde, conserve, secoure, protege & délivre le Roi de France; qu'il l'exhalte, qu'il le rehausse, qu'il le place au faite des grandeurs.

Que le Roi des Rois, selon la multitude de ses miséricordes, le ramene des portes de la mort, qu'il le prenne sous sa garde, qu'il le délivre de toute peine & de tout dommage; & que sur un Trône environné de santé, de repos & de paix, il lui donne un siege solide, un établissement ferme & permanent.

Que le Roi des Rois annulle toutes les accusations que les mauvais Anges pourroient tenter contre ce Prince, & qu'il commette aux Anges de lumiere le soin de préserver son ame des horreurs de la morte; qu'il le guérisse de ses infirmités, qu'il le délivre de ses inquiétudes & de ses souffrances, qu'il prolongue ses jours & ses années.

Que le Roi des Rois le fasse triompher de ses ennemis dans les guerres qu'il entreprend; que tous ceux qui l'accompagnent dans les Armées volent à la victoire; que le Bras du Tout-Puissant les protege, & combatte pour eux; qu'il fasse regner entr'eux la concorde & la paix, l'amour & l'union fraternelle, pour les faire jouïr d'une parfaite tranquillité: Que l'inspiration divine agisse sur son cœur, & sur celui de tous ses Conseillers & Ministres, afin que nous ressentions toujours de la douceur & de la modération de son Gouvernement.

Que celui qui réside dans les Cieux daigne exaucer les vœux & les prieres de son Peuple, de son héritage, qui prosterné aux pieds du Trône de Sa Sainteté, lui adresse ces paroles: Seigneur, hâtes-toi de nous prévenir par tes compassions, en redonnant la santé à notre Roi, puisque sa maladie nous

a réduits à une foiblesse extrême: Prêtes l'oreille & entends, ouvres les yeux & regardes l'excès de la détresse de ton Peuple: Que notre priere puisse parvenir aux portes de ta miséricorde, pour en rapporter la voix de consolation, la voix de réjouissance, avec les nouvelles certaines du parfait rétablissement d'une santé qui nous est plus précieuse que notre vie.

Alors la joye qui succédera à l'amertume de notre cœur éclatera sur notre visage, & notre langue t'adressera des Cantiques d'action de graces. Alors nous dirons: Voici le jour de Fête & de réjouissance, dans lequel le Seigneur a exaucé nos vœux, & s'est laissé fléchir à nos prieres; que sa solemnité soit marquée par les témoignages de la plus vive reconnoissance, & par des démonstracions éclatantes de notre allegresse. Amen. Amen. Telle soit, ô Dieu d'Israël! ta volonté.

ACÇÃO DINÂMICA E CIENTÍFICA
DO
ENG.º COUVREUR NA COMISSÃO DE NUMISMÁTICA

pelo

sócio efectivo

Ismael Joaquim Spinola

ACÇÃO DINÂMICA E CIENTÍFICA
DO
ENG.º COUVREUR NA COMISSÃO DE NUMISMÁTICA

QUIS o Ex.^{mo} Senhor Doutor Joaquim Moreira Fontes, na qualidade de Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, dar o maior brilho e relevo à homenagem póstuma que a Comissão de Numismática, desta académica Associação, deseja prestar à memória do que foi seu muito ilustre Presidente, Ex.^{mo} Senhor Eng.º Raúl da Costa Couvreur, dignando-se presidir a esta sessão, porém, o seu estado de saúde não lhe permite efectivar tal desejo;

Quis V. Ex.^a, Senhor António Machado de Faria, na qualidade de Secretário Geral da nossa Associação, patrocinar e promover a Sessão que ora se está realizando;

Quiseram V. Ex.^{as}, prezados confrades, minhas senhores e meus senhores, com as vossas presenças, patentear bem eloquentemente, o alto apreço em que têm a memória da grande figura intelectual e moral do nosso homenageado.

Como actual Presidente da Comissão de Numismática, cumpre-me apresentar a V. Ex.^{as}, a todos, os nossos melhores agradecimentos.

* Oração proferida na sessão solene feita em memória do Eng.º Raúl da Costa Couvreur aos 7 de Julho de 1960.

★

De acordo com a incumbência que me foi outorgada pela Comissão de Numismática, venho a esta sessão, exprimir o nosso reconhecimento àquele, que em vida, foi nosso orientador e mestre ilustre e que, com o seu sábio critério, conseguiu fazer renascer, na nossa Comissão, o gosto pela investigação científica que tanto nos vem absorvendo.

Mas, se a personalidade daquele a quem se presta homenagem, avulta tanto mais quanto maior for a categoria intelectual do orador que a enaltece, pena é que tenha de ser eu, pobre em recursos, aquele que — por imperativo das funções que actualmente exerce na Comissão de Numismática — tenha de fazer o panegírico dessa figura, em tantos pontos de vista tão ilustre, como foi o meu saudoso antecessor.

Parece até que a fortuna se obstinou em preferir, entre aqueles que tanto prezam a sua memória, o mais modesto, para nesta selecta Assembleia, ter a subida honra de vos recordar quanto ficámos a dever aos ensinamentos de tão ilustre arqueólogo.

Contudo, se por um lado, o meu valor intrínseco, no campo intelectual, está longe de poder corresponder às exigências da missão que me foi confiada, por outro, a delegacia que a Comissão de Numismática me atribuiu, obriga-me a não engeitar responsabilidades que tão gentilmente me foram conferidas.

Há ainda outra razão, e essa sobreleva a todas as outras, que me levou a pôr de parte os meus justificados receios e a aceitar tão honroso encargo.

Realmente, o conceito que os poderes públicos, através de tantos diplomas laudatórios, criaram à forte personalidade do Eng.º Raúl da Costa Couvreur, em nada poderá ser influenciado pela humildade das palavras que nesta sessão estou a pronunciar.

Ele foi o que a sua vasta obra afirma e que o Governo da Nação, em reconhecimento, galardou com as veneras, de: Grande Oficialato de Cristo; Comenda da Instrução Pública; Oficialato de Santiago.

*

A par da pluralidade de funções que, durante a sua longa vida pública, foi chamado a exercer, nunca deixou de consagrar à sua predilecta colecção de numismas os maiores desvelos.

Ela foi o lenitivo para as suas horas de descanso profissional e, quantas vezes, o seu melhor refrigerio contra as vicissitudes da vida.

A função pública, por mais variada que seja, acaba sempre por se reduzir a uma série de princípios que, uma vez estabelecidos, constituem as normas a que os funcionários terão de se submeter. Fatalmente, serão conduzidos a situações previamente regulamentadas o que condiciona os problemas análogos a serem resolvidos por despachos semelhantes.

Esta uniformidade, sucedendo-se, dia a dia, torna a vida do funcionário monótona e cria-lhe um complexo de saturação e cansaço que só um derivativo espiritual o poderá, facilmente, recompor.

Por outro lado, os espíritos superiores não se conformam com o marasmo consequente dos descansos das suas ocupações profissionais.

Uns procuram nos jogos, outros nas conversas dos cafés, outros nas suas colecções, etc., o recreio de que tanto necessitam. A colecção de numismas, porém, pela variedade de problemas que engloba, constitui uma das melhores distrações do espírito humano e, por isso, a melhor ocupação para as nossas horas de lazer.

São do nosso homenageado as palavras que se seguem:

«Eu não ignoro que a colecção, seja do que for, é sempre uma agradável preocupação do espírito, principalmente para quem dela se sabe utilizar. Mas de entre as várias espécies de colecção, a Numismática pertence ao número daquelas que mais se prestam a estudos artísticos, económicos, de usos e costumes, geográficos e principalmente históricos, estes sob diversíssimas facetas» (1).

E ainda:

«Habitado desde criança a conviver com colecionadores, e sendo hoje a Numismática Portuguesa, no domínio espiritual, a ocupação que mais prazer me dá» (2).

(1) *Moedas Híbridas*, Eng.º R. da C. Couvreur, p. 5.

(2) *Idem*, p. 4.

Talvez que estas frases encomiásticas queiram traduzir o reconhecimento que semelhante recreio intelectual, lhe proporcionava às preocupações quotidianas.

À sua qualidade de funcionário público que, em muitos casos propende para a colecção, aliava a vocação herdada dos seus antepassados para estas actividades espirituais. Seu avô, o general de brigada, Guilherme António da Silva Couvreur, começou a organizar uma colecção de numismas que seu pai, o general de divisão, Jaime Agnelo dos Santos Couvreur e Ele próprio, com tanta dedicação, continuaram.

O seu muito saber apoiado na magnífica colecção que possuía, dava-lhe uma autoridade que difficilmente poderá ser igualada. Estes predicados contribuíram, poderosamente, para fazer do nosso homenageado o impulsor erudito da nossa Comissão de Numismática e a quem se fica a dever a sua actual prosperidade.

A sua preparação remonta aos tempos de rapaz quando, acompanhado pelo pai, frequentava os leilões de moedas realizados no «Bazar Católico» — que depois se denominou «Casa Liquidadora» — onde a sua proprietária, D. Maria Guilhermina de Jesus, grande conhecedora e formada por Teixeira de Aragão, nesta especialidade, conseguia reunir, nas suas sessões de venda, o que havia de melhor no meio numismático lisboeta do princípio do nosso século.

Citando os frequentadores desta almoeda, ao acaso, lá encontramos: Doutor José Leite de Vasconcelos, figura proeminente entre os numismáticos da sua época; Manuel Joaquim de Campos, especialista da numismática indo-portuguesa e autor dos Catálogos numismáticos da Casa Liquidadora; Conselheiro Manuel Francisco Vargas, autor do Catálogo de moedas árabes do nosso Museu; Dr. Azevedo Borralho, herdeiro e continuador da preciosa colecção organizada por seu pai, o Dr. António de Azevedo Borralho; Tenente-Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima; Dr. Luís Xavier da Costa e tantos outros homens ilustres que hoje são preciosos ornamentos da nossa história intelectual.

Foi no ambiente deste pléiade de eruditos que se radicou a vocação numismática do nosso homenageado.

Mais tarde, fazendo já parte da nossa Associação dos Arqueólogos Portugueses, entra em contacto íntimo com o notabilíssimo grupo de sábios — que ao tempo compunham a extinta Secção de Numismática — o que

muito contribuiu para afinar os seus conhecimentos e robustecer a sua vocação.

Acabada a Secção de Numismática, há vinte e seis anos, e logo a seguir criada a Comissão de Numismática, destes vinte e seis anos de existência da Comissão, exerceu a sua presidência durante dezassete.

As suas qualidades natas de orientador eram muito favorecidas pela simpatia que a sua figura veneranda irradiava.

O conceito que Ele formava do princípio associativo levava-o a advogar a comunhão de esforços para, com mais facilidade e segurança, atingir os fins que tinha em vista. É exemplo frisante desta sua maneira de agir o trabalho que Ele apresentou ao 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, intitulado: Contribuição da Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos Portugueses para a ordem do dia da Secção de Epigrafia e Numismática. Este trabalho foi executado por todos os componentes da Comissão.

Quando, por vezes, durante as sessões, surgia uma ideia mais arrojada e que Ele achava oportuno intervir, a sua contradita era de tal modo benévola e acertada que todos prontamente a acatavam.

Os seus argumentos eram apresentados com simplicidade e modéstia como a procurar fazer-nos esquecer a diferença que existia entre a sua vasta erudição e a da maioria dos seus confrades. E, fazia-o com tal prudência que ninguém se sentia diminuído com a lição recebida.

Não é pois de admirar que um tal orientador, dispondo de tão apurada sensibilidade e aprimorada delicadeza, tivesse conseguido levar a bom termo o trabalho que a Comissão de Numismática, em seu nome, apresentara ao referido Congresso.

Porém, não quis o destino que Ele tivesse a grande alegria de ler aos congressistas o trabalho que, sob a sua presidência, a Comissão de Numismática redigira. O mal que o minava já não lhe permitiu esse prazer.

O Vice-Presidente da nossa Comissão, Ex.^{mo} Sr. Comodoro Alfredo Mota, na abertura do Congresso recebeu do Secretário-Geral os documentos a que o congressista, Ex.^{mo} Sr. Eng.^o Raúl da Costa Couvreur tinha direito e, em seguida, na minha companhia e na do Ex.^{mo} Sr. Dr. Rocha Souto, fomos à sua residência entregar-lhos.

Nunca me esquecerei da satisfação que Ele manifestou quando nos viu nem do modo como exprimiu a sua gratidão.

Foi realmente feliz a ideia que o Ex.^{mo} Sr. Comodoro Alfredo Mota teve em promover esta nossa manifestação de carinho e apreço que, estou certo, calou fundo no seu sensível coração.

A constituição robusta com que a natureza o dotara, ainda conseguiu recompô-lo e a vocação associativa nele era tal que, mesmo com prejuízo da já depauperada saúde, ainda voltou, duas vezes, a presidir às sessões da nossa Comissão.

As gentilezas que Ele costumava dispensar aos seus confrades da Comissão de Numismática, porém, não terminaram com a sua morte.

Por seu filho, o Ex.^{mo} Sr. Eng.^o Carlos Couvreur, foi-me entregue a separata do último trabalho do nosso homenageado, acompanhada dum bilhete que muito me comoveu e do qual, com a devida vénia, transcrevo as seguintes passagens:

«Numa lista que encontrei junto com os apontamento do meu querido Pai figura o nome de V. Ex.^a como o de uma das pessoas a quem Ele tinha a intenção de oferecer o seu trabalho só agora publicado na Revista «Arqueologia e História». De acordo com esse seu desejo cumprio o dever de juntar uma separata do artigo que constituiu o seu último estudo, homenageando assim a sua memória e satisfazendo simultâneamente o meu propósito de o enviar como recordação sua a amigos que o estimaram...»

E, para que não fique no esquecimento tão nobre atitude, com a maior gratidão, aqui a registro.

É mais uma obra a juntar às muitas que o Engenheiro Raúl da Costa Couvreur teve a amabilidade de me oferecer.

*

Apesar de competir ao ilustre confrade, Ex.^{mo} Sr. Dr. Rocha Souto, a explanação das múltiplas actividades e, bem assim, a definição completa do modo de ser do nosso homenageado, não resisto à tentação de transcrever um seu desabafo — feito numa conferência, a propósito duma crítica a um trabalho que Ele produzira nos tempos dos seus verdores numismáticos — concebido nos seguintes termos:

«Como não temos a pretensão de apresentar trabalho completo nem isento de erros, dar-nos-emos por satisfeitos se com ele suscitar a apresen-

tação de novos tipos e a fixação de quais as moedas que devem ser consideradas...».

E, numa síntese a esta crítica, polvilhada com o travo amargo da ironia, Ele, que sempre fora dominado pela ânsia do progresso e a quem tanto ficámos a dever, num assomo de modéstia, apresenta-se como:

«Espírito antiquado, desde novo, o meu... vê-se!»

Porém, com a dignidade própria de quem procurou contribuir, com o máximo do seu esforço para o melhor conhecimento da Numismática nacional, remata, a referida conferência, com a seguinte sentença:

«Só se não engana quem não trabalha!»

A OBRA E O EXEMPLO
DO DISTINTO ENGENHEIRO E ARQUEÓLOGO
RAÚL DA COSTA COUVREUR

pelo

sócio efectivo

Gabriel Rocha Souto

A OBRA E O EXEMPLO
DO DISTINTO ENGENHEIRO E ARQUEÓLOGO
RAÚL DA COSTA COUVREUR (*)

I

DEPOIS que todos nós escutámos cheios de interesse a palavra espontânea e fluente de Sua Ex.^a o Sr. Tenente-Coronel Costa Veiga e a dissertação permanentemente cativante do Sr. Major Ismael Spinola, Presidente da Comissão de Numismática e de Sigilografia e Vice-Presidente do Instituto Português de Arqueologia, História, e Etnografia, onde tantas vezes tenho tido a honra e o prazer de escutar as suas brilhantes comunicações — sinto que em boa verdade bem modestas terão que ser as minhas palavras.

Designado, porém, quer pela Comissão de Numismática, quer pela Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, para tão oportuna como honrosa manifestação, só tenho que dizer sinceramente a V.^{as} Ex.^{as} que é com a mais viva emoção e com o maior carinho que venho falar-vos acerca da obra e do exemplo do Sr. Eng.^o Raúl da Costa Couvreur, ao qual sempre me prenderam laços da mais viva e respeitosa amizade, e que, não obstante o seu falecimento, continua vivo no coração e na sensibilidade de todos nós, pela sua obra, pelos ensinamentos que constantemente colhemos nos seus numerosos trabalhos, e pelo seu exemplo, permanente e inesquecível, de incansável investigador, de erudito simples e desafectado, de companheiro e colaborador entusiasta, cortês e sempre afável de todos os trabalhos em que intervinha e que dirigia como Presidente da Comissão de Numismática e de Sigilografia.

Cada valor real do nosso meio científico tem, na sua personalidade, uma faceta que mais o distingue e mais o impõe à consideração dos seus concidadãos.

(*) Oração proferida na sessão solene à memória do Eng.^o Raúl da Costa Couvreur feita em 7 de Julho de 1960.

E, quanto a mim, o que mais impôs o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur à admiração de todos nós foram sobretudo: a sua inteligência perspicaz, adocada na sua agudeza por um inalterável bom senso e bom humor; as suas constantes qualidades de trabalho, estudos a que se recolhia sem alarde e cujos resultados transparecem constantemente na multiplicidade das fontes e nos ensinamentos e conclusões das suas comunicações científicas; e ainda do mesmo modo a forma desprezenciosa, quase diria discreta, com que sempre nos apresentava as conclusões e resultados dos seus trabalhos.

Em História, dizia o Sr. Eng.º Raúl Couvreur, é sempre mais correcto supor, do que afirmar.

«Os assuntos» — diz o Sr. Eng.º Couvreur numa das suas obras publicadas — «é moda agora serem postos de forma a não darem margem para discussão, são sempre apresentados com a segurança de que a última palavra foi dita, de que o assunto ficou esgotado».

«E, ou crê ou morre».

«E, para crer, usam-se vários processos».

«Mas» — explica também — «aqueles que, como eu, pertencem a gerações mais atrasadas no tempo e na forma; que, pertencendo a outra época, não enveredam pelo caminho de pintar os fios de prata que lhes embranqueçam os cabelos — deixam passar as rajadas, encolhem-se sorrindo, e persistem em apresentar os assuntos com aquela reserva, escudo de desilusões, que o conhecimento do que valem até os documentos escritos faz preponderar nos seus espíritos... antiquados, convencidos de que os trilhos da verdade histórica estão por vezes tão apagados que é difícil, não só ter a certeza da fortuna de os ter encontrado, como também de os poder seguir sem um desvio».

E o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur foi sempre assim: estudava sorrindo, e sorrindo ensinava...

E por isso nos cativou a todos.

II

É frequente, como V.^{as} Ex.^{as} sabem, haver quem tenha uma vida profissional calma e silenciosa, e se distinga, diversamente, no domínio das Letras, das Artes, ou das Ciências.

O Sr. Professor Doutor José Leite de Vasconcelos foi, por exemplo, um grande arqueólogo, e um distinto numismata, e todavia quase não chegou a exercer, relativamente, a sua actividade profissional como médico, o que em nada aliás o diminui.

Com o Sr. Eng.º Raúl Couvreur, porém, as coisas passaram-se de maneira bem diversa e, se é manifesto que, como de tudo o mais, nunca fez alarde dos extraordinários êxitos, autênticas aventuras e invulgar projecção nacional e internacional da sua vida como engenheiro — o certo também é que tais êxitos, tais aventuras, e tal prestígio são da maior importância e constituem um verdadeiro exemplo de patriotismo, para todos os que nos orgulhamos das nossas qualidades de Ocidentais e de Portugueses.

É que, se o nível de civilização e de respeitabilidade de um país dependem, como é sabido, do valor, da ténpera, e do exemplo dos homens que o constituem — a lição da vida e da obra do Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur, sobretudo no domínio especializado da Engenharia Civil e Militar dos Caminhos de Ferro, é das mais extraordinárias e dignificantes para todos nós, como seus compatriotas.

Baseado apenas, como V.^{as} Ex.^{as} vão ouvir, em factos objectivos e sem me deixar atraindo nem pela amizade nem pelo patriotismo — poderei dizer-vos que a vida do Sr. Eng.º Raúl Couvreur constitui um verdadeiro catecismo para os mais novos como eu, catecismo de vibração e de fé, nas qualidades inextinguíveis da nossa nacionalidade de Portugueses.

III

Tendo nascido em 27 Agosto de 1879, na freguesia da Pena, em Lisboa, filho do General de Divisão Jaime Agnelo dos Santos Couvreur, e da Sr.^a D. Júlia Augusta Penteado da Costa Couvreur, o Sr. Engenheiro Raúl Couvreur viria a assistir aos mais agitados períodos da existência nacional, desde as lutas de regimes do princípio do século, até às lutas políticas e partidárias que precederam o movimento revolucionário de 28 de Maio de 1926.

De grande inteligência e infatigáveis qualidades de trabalho, Raúl da Costa Couvreur formou-se com distinção aos 23 anos de idade, em 15 de

Outubro de 1902, como Engenheiro Civil e de Minas pela Escola do Exército de Lisboa, e obteve na mesma data o 2.º Prémio Honorífico da Escola do Exército do ano de 1902.

Pujante de inteligência e de vontade, dedica-se imediatamente ao estudo apaixonante da especialidade dos Caminhos de Ferro, ramo em que atingiria mais tarde, em 1921, a elevada categoria de Subdirector dos Caminhos de Ferro do Estado, — e, em 9 de Fevereiro de 1903, ingressa no Serviço de Material e Tracção da Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, oferecendo-se abnegadamente como voluntário, e sem qualquer remuneração.

Era então Engenheiro Chefe dos Serviços Luís de Albuquerque d'Orey, — figura de grande prestígio cujas referências escritas, acerca de Raúl da Costa Couvreur, não podiam ser mais elogiosas como tive ocasião de as ler — e, assim, as grandes qualidades de trabalho, de saber e de honestidade do jovem Engenheiro são imediatamente notadas e logo em 5 de Junho do mesmo ano é nomeado engenheiro auxiliar dos Serviços de Via e Obras dos Caminhos de Ferro do Estado do Sul e Sueste.

O seu renome transcende então o domínio dos Caminhos de Ferro do Estado, e logo em *Diário do Governo* de 3 de Janeiro de 1904 é nomeado para engenheiro ajudante da Secção de Obras Públicas do Corpo de Engenharia Civil, então existente.

Portugal estava, no entanto, bastante atrasado em Caminhos de Ferro, e, tornando-se por isso necessário e urgente desenvolvimento da rede dos Caminhos de Ferro nacionais, o Sr. Eng.º Raúl Couvreur é chamado mais uma vez, em 13 de Outubro de 1904, à Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste para exercer funções como engenheiro, no Serviço de Estudos e Construção, onde permaneceu dedicadamente até Março de 1909.

Portugal assistiu, durante este período de 1904 a 1909, aos movimentos e tentativas republicanas e ao próprio regicídio — e Raúl da Costa Couvreur, verdadeiro patriota alheado de toda e qualquer convulsão política e apenas dedicado ao progresso e ao prestígio do seu país, estuda e projecta as linhas de Caminhos de Ferro do Vale do Sado entre Zambujal e Bairros, de Portimão a Lagos, e de Pinhal Novo a Aldegalega, e constrói a linha de Tavira a Vila Real de Santo António, e o troço do Pinhal Novo ao Montijo.

Sucede até que a actual estação do Sul e Sueste, uma das mais interessantes e a mais central das gares marítimas de Lisboa, foi construída também sob a direcção do Eng.º Raúl da Costa Couvreur, durante a sua

valiosa e inesquecível permanência na Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.

Quão importantes foram os seus trabalhos durante o referido período de 1903 a 1907 atestam-no, igualmente, em elogios escritos do maior valor e de posse da Família do Sr. Eng.º Couvreur, quer o Sub-Director dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, Eng.º Francisco de Figueiredo e Silva, quer o próprio Director dos mesmos Caminhos de Ferro do Estado, Eng.º António Lourenço da Silveira, que com o Eng.º Raúl da Costa Couvreur privou durante doze anos em serviço, considerando-o muito dedicado e proficiente, muito inteligente e bem formado, e de um carácter que classifica como de inexcédível correcção.

E sempre foi assim, como todos verificámos, o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur: Sabedor, correcto, e despretencioso.

IV

A propósito, e acerca do seu carácter e da sua correcção, vou contar-vos uma história curiosa:

Quando, em 1906, o Sr. Eng.º Couvreur procedia à construção da linha de Caminho de Ferro de Tavira a Vila Real de Santo António, descobriu ocasionalmente, num terreno anexo, vários vestígios de antiguidades romanas.

Terminada a construção, pediu licença ao proprietário do terreno e procedeu a uma pequena exploração do solo, mas custeada do seu próprio bolso.

E, entre outras antiguidades, tais como pregos de cobre e anzóis, encontrou uma pequena balança romana de bronze, que resolveu estudar.

Sabedor do facto, o Sr. Doutor José Leite de Vasconcelos pretendeu a posse daquela pequena balança para o Museu Etnológico de Belém, de que era Director, e, como não a conseguisse tão rapidamente como desejava, precipitou-se, e participou do Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur, acusando-o — nada mais nada menos — do que de haver subtraído ao Estado uma antiguidade arqueológica, achada em obra pública.

O Sr. Eng.º Raúl Couvreur foi ouvido, demonstrou superiormente as condições reais em que o achado fora descoberto, e, talvez pela precipitação

dô Sr. Doutor José Leite de Vasconcelos, a balança romana nunca chegou a ser ofertada ao Museu Etnológico Português, e constitui hoje uma preciosa recordação de família...

E foi sobre esta balança romana o último ou penúltimo trabalho do Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur (cuja revisão no final agradece a seu Filho Sr. Eng.º Carlos Craveiro Lopes Couvreur) e que infelizmente só saiu publicado já depois do falecimento do Sr. Eng.º Raúl Couvreur.

V

Entretanto, e voltando ao período de 1903 a 1909, a proficiência e correção do Sr. Engenheiro tornam cada vez mais rápida e brilhante a sua carreira ascensional, e logo em 18 de Novembro de 1908 já no reinado de D. Manuel II é nomeado Engenheiro Adjunto do Chefe do próprio Serviço de Via e Obras da Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.

Surge depois a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, e, tal como os Governos anteriores haviam reconhecido o valor e a competência de Raúl da Costa Couvreur, também o novo Governo Republicano lhos continua a reconhecer e respeitar e assim, em 29 de Maio de 1912, é nomeado para o já elevado cargo de Engenheiro Chefe do Serviço de Via e Obras da Direcção do Sul e Sueste dos Caminhos de Ferro do Estado.

Se se atender a que o trabalhador ferroviário era então reconhecidamente revolucionário e irrequieto compreender-se-ão melhor o valor e o prestígio do exemplo disciplinador de Raúl da Costa Couvreur, como Engenheiro Chefe dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste e portanto como responsável pela disciplina adentro dos Caminhos de Ferro do Estado e designadamente no Barreiro, zona então tradicionalmente turbulenta.

VI

Antes porém de considerarmos, ainda que resumidamente, todas as autênticas aventuras do Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur durante as greves e movimentos revolucionários nos Caminhos de Ferro, permitam-me V.^{as} Ex.^{as}

duas palavras e mais uma pequena história elucidativa, acerca da sua actuação extra-profissional, como Oficial do Exército.

Incorporado nas Forças Armadas pelo Distrito de Recrutamento e Reserva N.º 5 em 15 de Setembro de 1899, Raúl da Costa Couvreur serviu primeiramente no efectivo durante 3 anos e 3 meses, até 18 de Dezembro de 1902, data em que alcançava a patente de Alferes de Reserva.

Em 15 de Outubro de 1902 concluía — como já disse — o curso de Engenharia Civil e de Minas pela Escola do Exército de Lisboa, e conquistava desde logo — como também já disse — o 2.º Prémio Honorífico daquele mesmo curso e ano, nessa mesma data de 15 de Outubro de 1902.

Não obstante descendente de militares ilustres — neto do General de Brigada Guilherme António dos Santos Couvreur, e filho do General de Divisão Jaime Agnelo dos Santos Couvreur, Raúl da Costa Couvreur não quis ser propriamente um oficial de carreira, mas há um facto, na sua vida militar, que não quero deixar de referir a V.^{as} Ex.^{as} exactamente porque traduz uma outra das facetas do seu carácter: — A par do seu valor pessoal e profissional, a sua permanente correcção e urbanidade, e o seu espírito de justiça, de solidariedade, e de rectidão intangíveis.

O facto, interessantíssimo, é o seguinte:

Raúl da Costa Couvreur era Oficial da Reserva, e fora designado miliciano por Decreto de 25 de Maio de 1911, e colocado no Grupo dos Caminhos de Ferro por Ordem do Exército de 23 de Agosto de 1912.

Ora, realizando-se uma Escola de Repetição em 1912, nela tomaram parte vários oficiais de carreira e vários oficiais milicianos, todos eles formados com o respectivo curso de Engenharia.

Com a ideia errónea e injustificada de que os Officiais do Quadro Permanente do Exército seriam mais dignos de consideração do que os Officiais Milicianos, o Sr. Comandante da Escola de Repetição, após uma alocução de boas vindas, cumprimentando os officiais presentes, apertou a mão a todos os officiais de carreira, e privou-se todavia de o fazer relativamente aos officiais milicianos de igual patente e com idênticas habilitações literárias!

Pois bem:

Raúl da Costa Couvreur, cujos conhecimentos técnicos de Caminhos de Ferro eram já então extraordinários, acabou por ter de ser escolhido, por aquele mesmo Sr. Comandante, apesar de official miliciano e da sua pouca idade, para dirigir ele próprio o referido Curso de Repetição.

E sempre que o referido Oficial Comandante, seu superior, procurava estender-lhe a mão, Raúl Couvreur cumprimentava-o na posição de sentido e em continência, como se não reparasse no cumprimento familiar que o referido Oficial procurava esboçar.

E só quando, terminada a Escola de Repetição, o Sr. Comandante daquela Escola, arrependido já do seu acto inicial, reconheceu públicamente a injustiça que praticara para com os oficiais milicianos — só então o Sr. Eng.º Couvreur reparou na mão daquele Sr. Oficial de carreira, que familiar e já respeitosa se lhe estendia...

E, premiando a sua competência e honestidade, a Ordem do Grupo, de 22 de Setembro de 1912, louvava o Alferes — Miliciano — Eng.º Raúl da Costa Couvreur — textualmente — «pela muita proficiência com que dirigiu os trabalhos a seu cargo na Escola de Repetição, consagrando-lhe a muito decidida boa vontade e inteligência».

Não deixou, portanto, aquele Sr. Oficial Comandante da Escola de Repetição de reconhecer a muita inteligência, e decidida vontade do Sr. Eng.º Raul Couvreur...

VII

Mas voltando ao que foram o trabalho e o exemplo do Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur nos Caminhos de Ferro Portugueses, na época tremenda e agitada que se prolonga de 1910 a 1926 — tais factos atestam-nos as numerosas portarias que encontrei publicadas em vários números do *Diário do Governo*.

E, a este propósito, podia eu contar a V.^{as} Ex.^{as} muitos acontecimentos sobremodo invulgares, o que todavia a brevidade do tempo me não permite.

No entanto, direi apenas um:

Em determinada altura, um superior do Sr. Eng.º Couvreur não conseguiu de forma alguma dominar uma greve que se desencadeara no pessoal do Barreiro.

Tentando fazê-lo pessoalmente, foi compelido a sair das oficinas.

O Sr. Eng.º Couvreur, pelo contrário, fez doutra maneira:

Mandou recado ao pessoal que confiava que tivessem a consciência das suas responsabilidades, e que ele próprio, que sempre os estimara e tratara com justiça, iria sozinho vigiar a forma como estariam já ao serviço nas oficinas dentro de um determinado lapso de tempo.

E o seu prestígio e o seu exemplo eram tais, o respeito e a consideração de que gozava por parte do pessoal eram de tal ordem, que esse mesmo pessoal, quando o Sr. Eng.º se apresentou sozinho nas oficinas, o cumprimentou respeitosamente, e se pôs imediatamente a trabalhar.

Terão V.^{as} Ex.^{as} de reconhecer que não era qualquer pessoa que poderia fazer e conseguir, só pelo seu prestígio, tamanha modificação.

E só assim me atrevo a referir-vos alguns dos louvores relativos ao Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur:

Com efeito, do seu carácter, serenidade, espírito de decisão, e elevado exemplo patriótico, falam-nos as entrelinhas dessas resumidas Portarias Ministeriais, que nos mostram e recordam todo o drama passado de um país em convulsão política, perante um homem digno, decidido, e consciente dos seus deveres sagrados de cidadão e de português.

Assim, e por exemplo:

Por Despacho Ministerial de 27 de Novembro de 1918, é «louvado pelo zêlo, dedicação e competência, com que se houve no desempenho das suas funções, durante a greve de Novembro do mesmo ano, do pessoal destes Caminhos de Ferro».

Por Portaria de 25 de Janeiro de 1919, publicada no *Diário do Governo* de 1 de Fevereiro, é «louvado, em virtude das provas de competência, zêlo e dedicação, revelados durante anos no desempenho do lugar de Chefe do Serviço de Via e Obras».

Por Portaria de 1 de Maio de 1921, publicada no *Diário do Governo* em 3 de Maio, é «louvado pelo muito zêlo, competência, e relevantes serviços prestados como Sub-Director Adjunto, em circunstâncias anormais dos serviços ferroviários».

E a confiança que o Sr. Eng.º Couvreur soube merecer ao Governo Português era já tal que ao Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur eram mesmo confiados os mais melindrosos serviços, tais como o do estudo de condições de concurso para fornecimentos de material aos Caminhos de Ferro do Estado.

Assim, por Portaria de 29 de Março de 1922, foi mais uma vez louvado «pelo muito zêlo e muita competência de que deu provas no desempenho da Comissão para que foi nomeado por Portaria de 30 de Abril de 1921, encarregada de elaborar as condições do concurso para o fornecimento do material de caminho de ferro de via reduzida a construir no Pinhal de Leiria».

E, em Novembro de 1921, conforme officio da Secretaria da Guerra de 28 de Novembro de 1921, é «agraciado, por proposta de Sua Excelência o Ministro da Guerra, com o grau de Oficial da Ordem de Santiago da Espada», uma das mais elevadas condecorações portuguesas, destinada a premiar os mais relevantes serviços prestados ao País e à Civilização no domínio das Artes e das Ciências.

Em 1921, portanto, o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur atingia na sua vida profissional, através de todas as dificuldades e através de todos os trabalhos e sacrifícios, um êxito verdadeiramente invulgar na carreira de Engenharia a que se votara.

VIII

Resumindo outros aspectos da vida de engenheiro de Raúl Couvreur, e antes de considerar a sua figura eminente como professor notável que também foi, do Ensino Técnico, direi apenas que:

Em 6 de Janeiro de 1919, Raúl da Costa Couvreur, nomeado para a Administração Geral dos Correios e Telégrafos do Estado, recebe guia para se apresentar naquela Administração Geral, deixando assim, por cerca de um ano, a sua especialidade de Caminhos de Ferro, e ascendendo não obstante, desde logo, e em tão curto lapso de tempo, da categoria de sub-chefe, com que entrara, ao próprio lugar de chefe da Secção de Engenharia Civil dos Correios e Telégrafos Portugueses, o que permite concluir mais uma vez do seu valor e proficiência pessoais.

Os seus conhecimentos eram todavia da maior importância para os Caminhos de Ferro do Estado, e logo por Despacho Ministerial de 5 de Fevereiro de 1920 foi novamente chamado àquela especialidade, e contratado para Sub-Director da Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, fun-

ções que desempenhou até que, seduzido possivelmente por tarefa menos burocrática, mais prática, e mais de acordo com o seu espírito estudioso e dinâmico, solicitou a exoneração em 7 de Novembro de 1921.

E, por officio de 28 de Novembro de 1921, foi galardoado, como já disse a V.^{as} Ex.^{as}, com o grau de distinção de Oficial da Ordem de Santiago da Espada, justa recompensa do Governo da Nação pelo inapreciável valor e serviços, como Engenheiro dos Caminhos de Ferro Portugueses.

IX

Pessoa de um valor verdadeiramente excepcional em todas as actividades a que se dedicou, não foi apenas no domínio da Engenharia Civil, e dos Caminhos de Ferro, que o Sr. Eng.^o Raúl da Costa Couvreur se soube distinguir entre nós:

A sua figura de professor atingiu, também, adentro da sua especialidade, um dos mais elevados graus da vida nacional, e mereceu, do mesmo modo, tal como a sua actividade científica de engenheiro, uma das mais elevadas distinções do Governo Português: O grau de Comendador da Ordem da Instrução Pública, condecoração que lhe foi solenemente conferida pela veneranda figura do Chefe do Estado.

Com efeito, a sua actividade cultural é extraordinária:

Convidado a ingressar no Corpo Docente do Instituto Industrial de Lisboa, o Sr. Eng.^o Raúl Couvreur foi nomeado Assistente Provisório daquele Instituto por Despacho de 2 de Junho de 1919, publicado no *Diário do Governo* de 13, tendo tomado posse logo no dia 14 do referido mês.

E, de assistente provisório, ascendeu também a professor efectivo, conforme se vê no *Diário do Governo* de 14 de Abril de 1928, tendo tomado posse do respectivo cargo em 16 de Abril, e ali exercendo o ministério de professor das cadeiras de Topografia, Estradas e Caminhos de Ferro, até meados de 1941, ano em que pediu a sua exoneração, que lhe foi conferida no *Diário do Governo* de 27 de Agosto de 1941.

Por outro lado, ao ser criada a Direcção-Geral dos Caminhos de Ferro, foi também nomeado Chefe da Divisão de Via e Obras, e posteriormente pro-

movido a Engenheiro Inspector, ingressando então no Conselho Superior de Obras Públicas do respectivo Ministério.

Neste Conselho também imediatamente se fizeram notar as suas raras qualidades de inteligência, de saber e de probidade, e nele exerceu os cargos de Presidente de uma das Sub-Secções — a 1.^a da 4.^a Secção — e ainda os de vogal de várias Secções, ascendendo por fim ao mais alto cargo e dignidade, o de Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas; cargo em que veio afinal a ser jubilado por limite de idade.

E, subindo a Ministro das Obras Públicas o grande professor e homem de Estado que foi o Eng.^o Duarte Pacheco, Raúl da Costa Couvreur é a individualidade chamada e designada por este ilustre ministro para as elevadas e especiais funções de Secretário-Geral do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, e interrompe só por esse motivo o exercício do seu cargo adentro do Conselho Superior de Obras Públicas, a que mais tarde voltaria, tendo o Sr. Eng.^o Duarte Pacheco falecido, conforme V.^{as} Ex.^{as} estão recordados, num trágico acidente do automóvel em que seguia, do Alentejo para Lisboa.

X

Mas o prestígio e o valor do nosso homenageado atingem mesmo um tal relevo internacional que, desejando o Governo Português fazer-se representar por um delegado na Associação Internacional dos Congressos de Caminhos de Ferro, foi exactamente o Sr. Eng.^o Raúl Couvreur a figura escolhida e designada para Delegado do Governo Português na referida Associação Internacional.

E, nesta qualidade, representou brilhantemente Portugal nos Congressos de Caminhos de Ferro de Roma, Londres, Madrid, Cairo, Paris, e tantos outros.

E de tal forma se impôs à consideração geral, após o seu jubileu, foi designado Membro de Honra da referida Associação Internacional dos Congressos de Caminhos de Ferro.

Em França, Membro Laureado da Sociedade dos Engenheiros Civis de França desde 1934, o Sr. Eng.^o Raúl da Costa Couvreur foi também

muito justamente galardoado com a distinção do Prémio Garnier de Engenharia de 1949.

E, adentro da mesma Sociedade, foi não só eleito Presidente efectivo, como ainda mais tarde Presidente de Honra da Secção Portuguesa da Sociedade dos Engenheiros Civis de França.

De uma incansável actividade científica, o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur foi do mesmo modo delegado português aos Congressos da Associação para o Progresso das Ciências, em Bilbao e Salamanca, e ainda ao Congresso de Engenharia de Madrid.

Ascendendo aos mais elevados cargos da Engenharia portuguesa, o Sr. Eng.º Raúl Couvreur foi também Presidente da Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos do Ministério das Obras Públicas e Comunicações — e a sua carreira de engenheiro foi coroada, finalmente, pela sua eleição, primeiramente para Membro do Conselho Disciplinar da Ordem dos Engenheiros, em Fevereiro de 1952, e depois para Presidente do Conselho Directivo da mesma Ordem, ou seja, Presidente da Ordem dos Engenheiros, em Julho de 1952.

Esta última eleição constitui, a meu ver, a mais elevada das distinções e das demonstrações de respeito e de confiança com que a própria classe dos Engenheiros Portugueses poderia dignificar e enaltecer aquele que foi um dos seus mais devotados e valiosos membros.

XI

Conforme V.^{as} Ex.^{as} verificaram, portanto, a figura do Eng.º Raúl da Costa Couvreur transcende, mesmo sob o aspecto puramente profissional, todos os limites do que possa pretender resumir-se numa simples palestra de tempo necessariamente limitado.

E se V.^{as} Ex.^{as} percorrerem as revistas portuguesas de Engenharia, ali encontrarão, em muitas delas, novas e valiosas fontes de exemplo e de ensinamentos do Sr. Eng.º Raúl Couvreur.

Celebrando por exemplo, em 1944, o 60.º aniversário da *Gazeta dos Caminhos de Ferro de Portugal e Espanha*, a actual *Gazeta dos Caminhos de*

Ferro considera como um dos seus mais valiosos colaboradores exactamente o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur e designa-o para membro do respectivo Conselho Directivo.

E, num outro trabalho, publicado no mesmo número daquela revista, era evocada, precisamente, a acção e a presença do Sr. Eng.º Raúl Couvreur como Representante de Portugal no Congresso dos Caminhos de Ferro de Roma, que teve lugar em 1922.

E a Sociedade dos Engenheiros Civis de França, no seu *Boletim* n.º 11, de 1959, refere-se especialmente ao falecimento do Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur, do qual se afirma haverem sido recebidas inúmeras provas de verdadeira amizade naquela Instituição, e cujo falecimento se lamenta com o mais profundo pesar.

A projecção nacional e internacional da figura e da obra do Sr. Eng.º Raúl Couvreur foi e continua sendo na verdade extraordinária:

— Como engenheiro e profissional o Sr. Eng.º Couvreur foi galardoado pelo Governo Português com a já referida condecoração e grau do Oficialato da Ordem de Santiago da Espada.

— Como professor e cientista, foi distinguido com o honroso grau de Comendador da Ordem da Instrução Pública.

— E pelos inesquecíveis serviços por si prestados a Portugal e à Civilização foi mesmo galardoado com a subida condecoração e honra do Grande Oficialato da Ordem de Cristo, símbolo da missão civilizadora dos Portugueses no Mundo.

A sua personalidade foi porém de tal relevo que não só Portugal, mas também a França e o Brasil distinguiram e galardoaram a figura do Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur.

Em França, como V.^{as} Ex.^{as} bem o sabem, a Legião de Honra representa o prémio de extraordinários serviços prestados à nobre Nação Francesa.

E também o Chefe do Estado daquele país conferiu ao Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur o grau e condecoração de Cavaleiro da Legião de Honra Francesa.

E no Brasil, tendo o Governo daquele grande país oficializado a medalha de ouro Imperatriz D. Leopoldina do Brasil, instituída pelo famoso Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e destinada a galardoar quem o merecesse pelos seus trabalhos históricos — foi esta condecoração atribuída

do mesmo modo ao Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur, por Diploma de 5 de Novembro de 1955, e conforme resolução aprovada em sessão de 16 de Abril e Portaria de 10 de Agosto do mesmo ano.

A título de curiosidade direi que, sendo Presidente da República Portuguesa Sua Excelência o Sr. General Craveiro Lopes, em São Paulo lhe foi conferida também a mesma medalha aquando da sua viagem presidencial ao Brasil, o que mostra como esta distinção é apreciada e respeitada no Brasil.

XII

Um outro aspecto que cumpre considerar perante V.^{as} Ex.^{as}, ainda que com a maior brevidade, visto que a presente dissertação já vai longa, é a da actividade publicitária e associativa de Raúl da Costa Couvreur como numismata.

Com efeito, ainda que pareça quase incrível, o certo é que, para além da sua actividade profissional, que constitui um verdadeiro exemplo de competência, de espírito de sacrifício pela comunidade, e de verdadeiro patriotismo pacífico e construtivo, o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur foi como todos V.^{as} Ex.^{as} bem o sabem um grande cultor da Ciência Numismática, e um incansável publicista.

E assim, sem querer terminar esta ligeira biografia sem mais amplas referências, eu direi ainda que o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur era

Membro da Junta Nacional de Educação, do Ministério da Educação Nacional;

Era Sócio Correspondente da Academia Portuguesa da História;

Era Sócio Honorário da Sociedade Numismática Brasileira, de São Paulo;

Era Correspondente da Real Academia de la História, de Madrid;

Correspondente da Real Academia de Ciências Bellas Letras y Nobles Artes, de Córdoba; e

Membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses, antigo Presidente desta mesma Associação, e Presidente da Comissão de Numismática e de Sigilografia.

Constituída a Comissão de Numismática e de Sigilografia da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Comissão que se reuniu pela primeira vez em 27 de Janeiro de 1934, logo nessa mesma data foi eleito seu presidente o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur para o primeiro triénio da Mesa da mesma Comissão.

E, reeleito sucessivamente, no mesmo cargo se conservou até 1 de Abril de 1941, para novamente ser reeleito em 27 de Junho de 1944.

Sabem V.^{as} Ex.^{as}, e com isto continuo a referir-me à personalidade do Sr. Eng.º como arqueólogo e numismata, que o nosso homenageado herdou uma famosa colecção de moedas, iniciada já por seu Avô, General de Brigada Guilherme António dos Santos Couvreur, e continuada por seu Pai, General de Divisão Jaime Agnelo dos Santos Couvreur, colecção esta iniciada em 1820 ou 1830.

E, além desta, herdou também uma outra valiosa e rara colecção, a que não tenho visto fazer referências: — Trata-se de uma colecção de armaduras, de espadas antigas, de capacetes de ferro, de elmos e de armas raras e que difficilmente se reúnem hoje.

Ora, se o Sr. Eng.º Raúl Couvreur se dedicasse a uma colecção apenas para coleccionar, certamente que se dedicaria a ambas.

E, no seu gabinete de trabalho, perante a riquíssima colecção de armas antigas, várias vezes lhe fiz esta pergunta: Porque não cuidava também de aumentar aquela sua colecção de armas.

E explicava-me que gostava igualmente das duas colecções, e a ambas venerava porque as herdara.

Mas conservava a colecção de armas, e aumentava a colecção dos numismas...

E o seu gosto pelas moedas, não sob o aspecto de entesourar, mas sob um ponto de vista construtivo e útil, como era o da sua preservação e do seu estudo, interessava-o de tal modo que uma vez me contou o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur em conversa que, tendo visto certa moeda de ouro em Espanha, e tendo voltado para Portugal na dúvida sobre se tal moeda era ou não necessária à sua colecção, chegando a casa e verificando que na verdade

lhe faltava, voltou propositadamente a Espanha, imediatamente e antes que fosse vendida, e foi adquirir a moeda, que trouxe para Portugal e que figura na sua colecção.

XIII

Um dos últimos aspectos que me cumpre resumir, e a que não posso deixar de fazer referência neste momento, e nesta Insigne Associação, é precisamente o da actividade associativa do Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur adentro da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Tive o gosto de conhecer o Sr. Eng.º Raúl Couvreur quando a certa altura me propus estudar uma matéria pouco versada entre nós, que é a dos pesos monetários.

Quando a nossa moeda, no tempo das Descobertas, Navegações e Conquistas, circulava legalmente por toda a Europa, porque era valiosa, de ouro e de prata, em todos os países existiam balanças e pesos, próprios para pesar as moedas, e verificar se deviam ou não ser aceites.

Tais pesos e balanças dispersaram-se mais tarde, e hoje são raríssimos, e só se encontram em alguns Museus da especialidade.

Ora o Sr. Eng.º Raúl Couvreur tinha numerosos pesos monetários, e publicara um valioso trabalho sobre essa matéria.

E eu, tenho também vários pesos dessa natureza, entrei em contacto com o Sr. Eng.º, e assim travámos conhecimento — gostoso conhecimento.

Ora, foi por iniciativa do Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur que eu entrei para a Associação dos Arqueólogos Portugueses, e isto vem tão somente a propósito para dizer a V.^{as} Ex.^{as} o que foi a actividade do Sr. Eng.º Couvreur, desde que com o mesmo passei a privar adentro desta Associação.

Entre para a Associação dos Arqueólogos Portugueses a convite e por proposta do Sr. Eng.º Raúl Couvreur e fui admitido por deliberação de 29 de Julho de 1954.

Em 26 de Outubro do mesmo ano realizou-se a eleição da Mesa para a Comissão de Numismática e de Sigilografia, e nela foi imediatamente eleito o Sr. Eng.º Couvreur, para Presidente da mesma Comissão, para os anos de 1954 a 1957.

Depois, em 22 de Outubro de 1957, realizou-se nova eleição a que eu também estive presente, e novamente o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur foi reeleito por unanimidade para o período que decorreria de 1957 a 1960.

Entretanto, e por infelicidade, veio a falecer, como V.^{as} Ex.^{as} sabem, em 1959.

Ora, a sua actividade na Comissão de Numismática foi, como era de esperar, extraordinária.

E eu poderia quase preencher outra sessão, falando só do que foi a sua incansável actividade entre nós.

Quem quiser estudá-la encontrará elementos valiosíssimos nos Relatórios Anuais, arquivados nesta Associação.

Mas o que pretendo frisar a V.^{as} Ex.^{as} é apenas isto:

Eu prometi falar a V.^{as} Ex.^{as} sobre a obra do Sr. Eng.º Couvreur como publicista.

O tempo vai adiantado, e, para não fatigar tanto a atenção de V.^{as} Ex.^{as}, ao mesmo tempo que vos falo da obra do Sr. Eng.º Couvreur terei ocasião de vos apresentar materialmente a maior parte dessa obra, cuja posse revela ainda em si mesma mais um carinho do Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur:

É que todos nós, membros da Comissão, recebíamos, à medida que os seus trabalhos eram publicados, cada um de nós um exemplar desses trabalhos, com dedicatória pessoal do Sr. Eng.º Couvreur conforme a estima e a consideração que lhe merecíamos.

Ora, citando alguns desses trabalhos direi que:

Em 1936, publicou um trabalho intitulado *Moedas do Príncipe da Paz Manuel Godoy como soberano do Principado dos Algarves*;

Também em 1936, *Ainda as Moedas de D. Afonso V com as Armas de Portugal e as de Castela*;

Em 1942, publicou *Moedas de D. Manuel I*;

Em 1943, *A Cruz na Moeda Portuguesa e em Particular a da Ordem de Cristo*;

Em 1943, ainda, *A Cruz da Ordem de Cristo em Moeda Estrangeira*;

E finalmente, também em 1943, *Numismática Indo-Portuguesa*, uma matéria infelizmente tão pouco estudada entre nós, trabalho que dedicou carinhosamente à memória de seu Avô;

Em 1944, publicou um trabalho intitulado *Moeda Portuguesa e Espanhola*, sobre *O Marco na Moeda de Castela e Espanhola e na Portuguesa*;

Em 1945, novo trabalho sobre *Moeda Portuguesa e Espanhola*, relativo ao mesmo assunto;

Em 1945, ainda, um outro trabalho intitulado *O Nome do Marco Abolido por D. João II por Provisão de 14 de Outubro de 1488*;

Depois, em 1946, o já referido trabalho sobre *Padrões e Pesos Monetários Portugueses*, que carinhosamente dedicou à memória de seus Pais;

E, de novo em 1946, um trabalho sobre *Moedas da Companhia do Niassa*;

Em 1950, *Moedas de D. João I*;

As Medalhas Chamadas da Poeira;

Estratégia Numismática, um interessante trabalho sobre a forma como seu Pai recusou uma moeda ao Rei de Portugal;

A Numismática no Brasil;

Moedas de Ouro de Dous Cruzados de D. João III;

Moedas de Cobre de X Reis de D. João IV;

Moedas de Cobre de V, 3, e 1½ Reais de D. Afonso VI;

Depois, ainda em 1950, um novo e interessantíssimo trabalho sobre *Numismática Luso-Brasileira*;

Em 1952, *Moedas de D. Miguel I*;

Moedas de D. Manuel I;

Moedas de D. João III;

E finalmente, ainda em 1952, uma valiosa conferência sobre *António Maria Fontes Pereira de Melo*;

Em 1954, um trabalho sobre *Moedas Híbridas* uma interessante conferência proferida no Porto, e com valiosos elementos para a biografia do Sr. Eng.º Couvreur.

Em 1955, *Numismática de D. João V*;

E, ainda em 1955, *Um Grosso de D. Afonso V com os Escudos de Armas de Portugal e de Castela e Leão, com a Letra P sobre cada um*;

Depois, em 1956, publicou um trabalho intitulado *Uma Reprodução em Cobre de Moeda de Retrato datada de 1650, com a efigie de D. João IV e a Conceição*, obra editada pela Fundação da Casa de Bragança;

Novamente em 1956, *As Moedas de Cobre para S. Tomé e Príncipe*;

E, ainda em 1956, uma valiosa conferência proferida na Academia Portuguesa da História, comemorativa do I Centenário dos Caminhos de Ferro Portugueses, e intitulada *Inauguração dos Caminhos de Ferro em Portugal — Uma Data e Um Nome*;

Em 1957, publicou um novo trabalho sobre *Numismática Indo-Portuguesa*;

E, finalmente, o trabalho que quanto a mim é dos mais valiosos que tenho na minha biblioteca, porque representa ainda uma atenção do Sr. Eng.º para aquelas pessoas que mais estimava: Trata-se do *Ensaio de Estudo de uma Balança Romana*, publicado já depois do falecimento do Sr. Eng.º Couvreur, e relativo a 1958.

Com efeito, em 1958 já o Sr. Eng.º Couvreur se encontrava gravemente doente, e várias vezes conversámos sobre este estudo da balança romana, que mesmo doente estava realizando.

E quando concluiu este trabalho e o enviou para o prelo, o Sr. Eng.º deixou, entre os seus papéis, uma lista das pessoas a quem desejava que fosse oferecido.

Recebi-o, como uma inesquecível recordação, das mãos do Sr. Eng.º Carlos Craveiro Lopes Couvreur, acompanhado de uma comovedora missiva, que sinceramente me sensibilizou, e de que jamais me desfarei.

Conforme no início desta sessão o referiu o Sr. Major Ismael Joaquim Spinola, a missiva do Sr. Eng.º Carlos Craveiro Lopes Couvreur dizia, além do mais, o seguinte, que peço licença para parcialmente transcrever:

«...Numa lista que encontrei junto dos apontamentos de meu querido Pai figura o nome de V.^a Ex.^a como o de uma das pessoas a quem Ele tinha a intenção de oferecer o seu Trabalho agora publicado na Revista Arqueologia e História».

«De acordo com esse Seu desejo cumpro o dever de juntar uma separata do artigo que constituiu o seu último estudo, homenageando assim a Sua Memória e satisfazendo simultâneamente o meu propósito de o enviar como uma recordação Sua, a amigos que o estimavam...»

Porém, apesar de já gravemente doente quando realizou o referido estudo sobre a balança romana, o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur tinha tais qualidades de vontade que, após esse — que se supunha ser o seu último

trabalho — ainda pôde escrever um outro trabalho, que deixou completo, e que se encontra do mesmo modo em vias de publicação.

XIV

Em sessão de 17 de Dezembro de 1957, o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur já não compareceu na Comissão de Numismática, por motivo de doença.

Estranhámos, porque habitualmente comparecia a todas as reuniões.

Entretanto, voltou a comparecer às sessões seguintes, e, em 4 de Março de 1958, escreveu uma carta ao Secretário Geral — Sr. Machado de Faria — em que se declarava já doente e por largo período de tempo.

Sabedores de que o Sr. Eng.º Couvreur só em circunstâncias de grave doença escreveria tal carta, reunimo-nos em sessão de 22 de Abril de 1958, aqui na Associação dos Arqueólogos Portugueses, e resolvemos prestar-lhe imediatamente uma sincera homenagem, desejando-lhe simultâneamente rápidas melhoras.

Fizemos a cópia da acta das deliberações tomadas e fomos entregá-la pessoalmente a casa do Sr. Eng.º Raúl Couvreur.

O Sr. Eng.º encontrava-se doente na sua residência, recebeu-nos com o carinho e amizade que nos dedicou, e a referida acta constitui agora uma enternecedora recordação da Família do Sr. Eng.º Raúl Couvreur, tendo eu em meu poder um duplicado, que já prometi como recordação ao Sr. Eng.º Carlos Craveiro Lopes Couvreur.

Porém, e como que por reacção da sua invulgar personalidade de investigador e de pessoa activa por sobre a doença — que era uma doença cardíaca — o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur dominou e como que venceu o sofrimento físico logo após a nossa homenagem e visita, e assim, logo na reunião de 15 de Maio de 1958, ou seja, na sessão imediatamente seguinte, apresentou-se de novo a presidir às nossas actividades da Comissão de Numismática e de Sigilografia.

Nós sabíamos-lo gravemente doente, mas nem o Sr. Eng.º Couvreur no-lo dizia, nem os membros da Comissão tinham a coragem de lho lembrar.

E, assim, o Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur manteve-se constantemente a presidir a todas as sessões até que terminou o ano associativo de 1957-1958, em Julho de 1958, ano em que ainda elaborou o relatório anual da Comissão de Numismática e de Sigilografia.

Desde essa data de Julho de 1958 até que se realizou o Congresso de Arqueologia em Dezembro de 1958, por várias vezes tive ocasião de privar com o Sr. Eng.º Couvreur na sua residência, onde ambos tratámos acerca da comunicação da Comissão de Numismática para o Congresso.

E foi com a mais sentida tristeza que me fui inteirando da marcha da doença do Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur.

Por isso, eu, o Sr. Major Spínola, e o Sr. Comodoro Alfredo Mota, a quem o sugeri na Faculdade de Letras, tivemos a seguinte ideia: Recebermos as insígnias do Congresso, todos os documentos daquele Congresso relativos ao Sr. Eng.º Raúl da Costa Couvreur, e sermos portadores desses documentos e dessas insígnias à residência do Sr. Eng.º, o que efectivamente fizemos.

Entretanto, de Julho a Dezembro de 1958, e já tão gravemente doente, o Sr. Engenheiro conseguiu realizar ainda, não só a comunicação da Comissão para o Congresso, como também o já referido trabalho sobre a balança romana, o qual tem uma última característica que me permito apontar a V.ªs Ex.ªs e que é a seguinte:

O Sr. Eng.º Couvreur — como já disse — estudava sorrindo, e sorrindo ensinava.

E até mesmo ao escrever este último trabalho já gravemente doente — ainda conseguia sorrir.

E ao contar o curioso episódio que eu já narrei a V.ªs Ex.ªs, acerca da atitude do Sr. Doutor José Leite de Vasconcelos — que pretendia a balança romana para o Museu de Belém — o Sr. Eng.º Couvreur conclui mais ou menos assim as suas observações:

Que o estudo que eu estou fazendo da balança romana... sirva ao menos de descanso ao espírito do Sr. Doutor Leite de Vasconcelos, porque assim vê que, ficando ela em meu poder, nada se perdeu — porque eu estudei-a...

XV

Portanto, e concluindo a minha dissertação, que afinal nem constituiu palestra, mas simples palavras alinhadas — e mal alinhadas exactamente pela emoção que eu sinto pela perda deste grande amigo que o foi de todos nós — terminando estas palavras, direi apenas mais uma coisa a V.^{as} Ex.^{as}:

É que, quando se encontraram entre os papéis do Sr. Eng.^o Raúl da Costa Couvreur os seus trabalhos verificou-se que para além deste estudo da balança romana, e após o mesmo, tinha conseguido concluir ainda um outro trabalho sobre Numismática, o qual se encontra agora em publicação póstuma, e é como já disse posterior àquele, que foi o último que lhe conheci.

Isto mostra o exemplo, o espírito de sacrifício, e a forma verdadeiramente excepcional como o Sr. Eng.^o Couvreur sempre se apresentou — como português, como patriota, e como verdadeiro cidadão.

E por isso, se V.^{as} Ex.^{as} me permitem uma opinião para além de toda e qualquer convicção religiosa — para além das minhas próprias ideias e convicção como Católico — eu direi:

Mesmo para além de tudo quanto tenhamos por certo, nas nossas crenças e na nossa fé, relativamente a uma sobrevivência futura depois da vida terrena — as pessoas imortalizam-se, desprendem-se da vulgaridade, continuam sempre vivas nos nossos corações e nas nossas sensibilidades, através daquilo que são, através daquilo que para sempre nos deixam nos seus trabalhos, através da própria lição e do próprio exemplo do que constituem a sua vida e a sua obra.

E, assim, o Sr. Eng.^o Raúl da Costa Couvreur continua vivendo, para sempre, nos nossos corações e na nossa sensibilidade de portugueses.

E com isto, e pedindo desculpa a V.^{as} Ex.^{as} pelo muito que por certo me alonguei, relativamente ao que inicialmente previra, eu só tenho que agradecer a todos V.^{as} Ex.^{as} a muita atenção que me dispensaram, e que solicitar à Ex.^{ma} Família do Sr. Eng.^o Raúl da Costa Couvreur, aqui presente, que me releve, do mesmo modo se as minhas palavras não estão, como eu desejaria, à altura da extraordinária figura de português de quem falei.

O CONTADOR-MOR JOÃO DE TEIVE
E O SEU CURIOSO TESTAMENTO

pele

sócio efectivo

Rogério de Figueiroa Rego

O CONTADOR-MOR JOÃO DE TEIVE E O SEU CURIOSO TESTAMENTO

NASCIDO em Lisboa, no ano de 1544, provávelmente na freguesia da Sé, João de Teive foi não só um dos mais valorosos filhos da velha cidade de Ulisses, mas um dos varões mais prestimosos do seu tempo.

Descendente — atendo-nos aos mais conceituados nobiliaristas — de D. Florença de Teive, cujo apelido se tomou da quinta de Teive, na terra da Maia, a par da cidade do Porto, e do fidalgo inglês D. Ricarte, neto por via bastarda de João, rei de Inglaterra, que viera para Portugal no reinado de D. Pedro I, era João de Teive, filho legítimo de António de Teive, natural da Ilha da Madeira, onde este nasceu no ano de 1516.

Seu pai, sendo escudeiro-fidalgo da Casa Real, com a moradia de 1\$624 réis por mês e 1 alqueire de cevada por dia, embarcou para a Índia, na monção do ano de 1531, tendo, portanto, apenas 15 anos de idade. Dois anos depois achava-se em Tidore e Ternate, onde militou com grande valor, sob as ordens do célebre Tristão de Ataíde e de António Galvão, apelidado o *Apóstolo das Molucas*.

Em reconhecimento dos serviços prestados foi amerceado com o cargo de escrivão da Feitoria da cidade de Goa⁽¹⁾ e o padrão de 22\$500 réis de juro anual, cobrados no almoxarifado de Alenquer⁽²⁾. Voltando ao Reino, casou com Melícia de Góis, moça da câmara da Rainha D. Catarina e filha de António Trigueiros, que veio no séquito da Rainha D. Maria

(1) *Chancelaria de D. João III*, liv. 9, fls. 18 v.

(2) *Loc. cit.*, liv. 58, fls. 310.

de Castela, segunda mulher do Rei D. Manuel, e de sua mulher Joana de Góis.

António Trigueiros foi escrivão da Cozinha da dita Rainha, tendo sido contemplado em seu testamento, feito em Lisboa, aos 26 de Julho de 1518, com a verba de 180\$000 réis, como se vê na *História Genealógica—Provas* 2.^a ed., tomo II, parte II, pág. 516. Alguns linhagistas, por erro ou fantasia, dizem que António Trigueiros foi trinchante da Rainha D. Maria, dignidade palaciana que não existia; havia, sim, a de trinchante da Casa Real, que andava em indivíduos da primeira nobreza, como todos esses cargos, aliás.

De resto, em 1530, já no reinado de D. João III, ainda era escrivão da Cozinha, com o salário de 30\$000 réis por ano, como consta das *Moradias da Casa Real*, na Torre do Tombo, liv. 4, maço 4, fls. 20 verso.

O mesmo monarca, por carta datada de Alvito, aos 11 de Fevereiro de 1532, fez-lhe mercê «do officio do feitor e prouedor dos defuntos e veador das obras da cidade de Ormuz per tempo de tres annos e com cem mil rs dordenado em cada hum anno» (*Chancelaria de D. João III*, liv. 16, fls. 32) e aí lhe chama «escrivaõ da cozinha da Rainha minha sobre todas munto amada e prezada molher», donde se infere que também exerceu tal officio com a Rainha D. Catarina, mulher deste soberano e irmã da Rainha D. Leonor, terceira mulher do Rei D. Manuel.

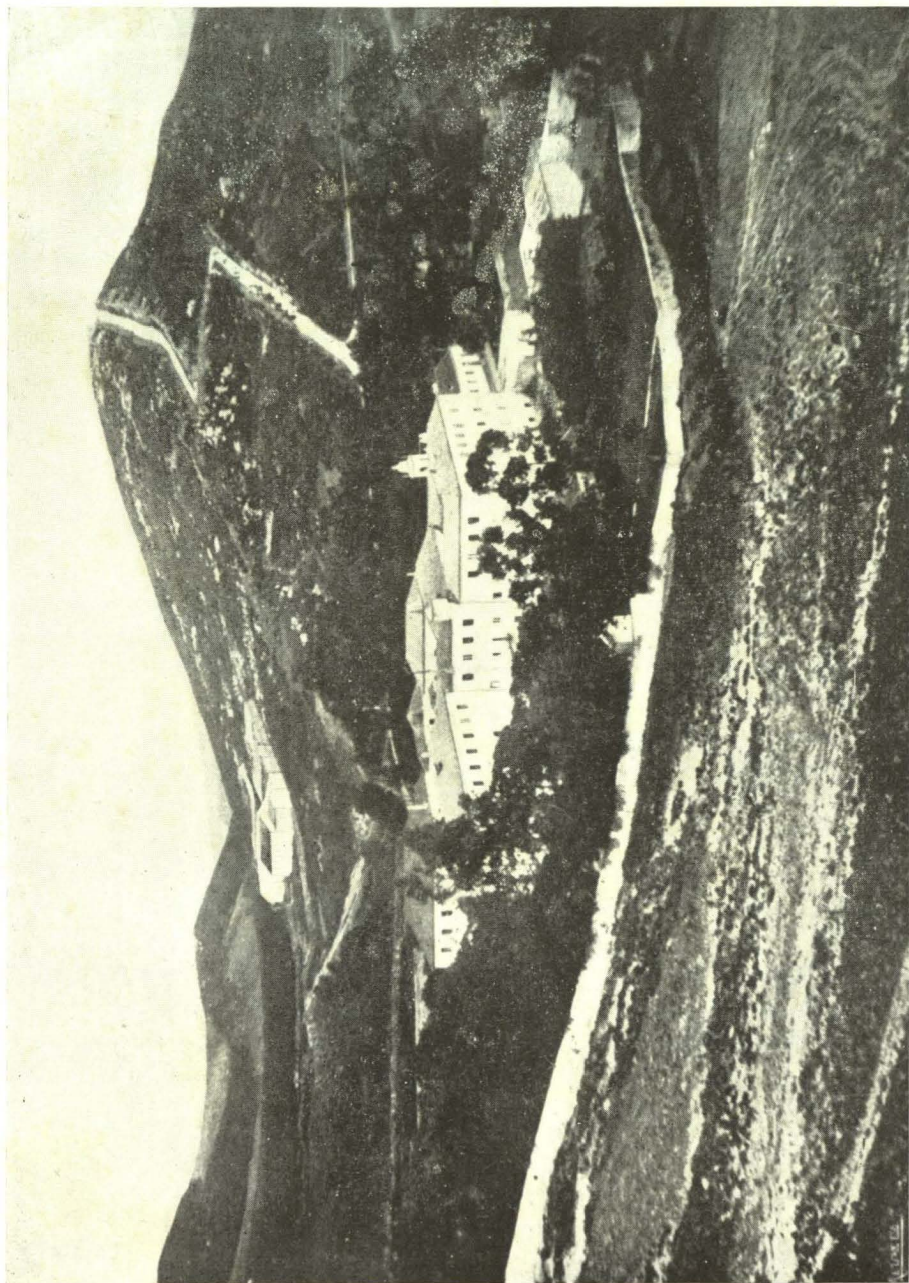
António de Teive, instituiu então, um grande vínculo de seus bens, cuja cabeça era a quinta de Vale de Galegos, a par de S. Mamede da Ventosa, termo da vila de Torres Vedras.

Em 1562, com seu filho o sobredito João de Teive, serviu em Mazagão, quando esta praça africana sofreu um dos mais rudes cercos da sua história, posto pelas tropas de Mulei Mohâmede, que anos após, como aliado do nosso Rei D. Sebastião, viria a morrer afogado no Lucos, em Alcácer Quibir.

Conforme carta datada de Lisboa, aos 3 de Junho de 1563, teve a mercê da «capitania de hũa nao para a Indja por tres viageens»⁽³⁾ e o padrão anual de 100\$000 réis⁽⁴⁾.

(3) *Chancelaria de D. Sebastião*, liv. 9, fls. 350 v.

(4) *Loc. cit.*, liv. 6, fls. 345.



O Convento do Barro visto do lado sudeste

Sendo já viúvo, por carta datada de Almeirim, aos 6 de Fevereiro de 1567, foi provido no cargo de vedor da Fazenda da Índia, sem qualquer sujeição aos vice-reis⁽⁵⁾, importante officio que viria a exercer com a maior probidade e isenção.

De novo rumou ao Oriente, apresentando-se ao Vice-rei D. Luís de Ataíde e combatendo nos postos mais arriscados, durante os memoráveis cercos de Chaúl e Goa.

Vindo da Índia, de volta ao Reino, por capitão-mor de uma armada, talvez para gozar de merecido repouso, desapareceu no naufrágio da nau capitânia, assim como seu filho segundo Sebastião de Teive, que heróicamente se batera no cerco de Chaúl.

Deste esforçado português falam Castanheda e Faria e Sousa.



Voltando a João de Teive, diremos que foi pagem da Rainha D. Catarina e moço-fidalgo da casa do Rei D. Sebastião.

Com 18 anos, apenas, esteve com seu pai, como já dissemos, na defesa da praça de Mazagão, em 1562, sendo citado por Gavy de Mendonça. E depois, no ano de 1564, acompanhou Francisco Barreto à jornada de Pinhão de Beles e socorro de Orão, contra os corsários turcos dirigidos pelo terrível Iâhia Arrais.

Na monção do ano de 1565, com o foro de cavaleiro-fidalgo da Casa Real, zarpuo do Tejo com destino à Índia, onde militou alguns anos com brilho e desinteresse. Por mercê de D. Sebastião, datada de Lisboa, aos 21 de Julho de 1571, teve um padrão de juro de 19\$476 réis, em remuneração destes serviços⁽⁶⁾.

Regressando ao Reino, Filipe I, por alvará datado de Lisboa, aos 29 de Novembro de 1581, fez-lhe mercê do officio de provedor da Alfân-

⁽⁵⁾ *Loc. cit.*, liv. 18, fls. 352.

⁽⁶⁾ *Loc. cit.*, liv. 32, fls. 67 v.

dega de Lisboa «e feitor mor das mais alfandegas do Reyno», que vagara por morte de Francisco das Póvoas, casado que foi com sua tia Luísa de Góis⁽⁷⁾. Anos depois o mesmo monarca, por diploma datado de Lisboa, aos 24 de Outubro de 1587, deu-lhe a propriedade do alto cargo de contador-mor dos «contos do Reyno e casa»⁽⁸⁾, o que lhe dava assento no Conselho da Coroa.

Este cargo, que parece ter sido criado no reinado de D. João I e reformado por D. Manuel, era dos mais honoríficos e remuneratórios do Reino, sendo por isso conferido a indivíduos da maior proeminência e reconhecida fidalguia.

O referido Rei Filipe I, por carta datada de Lisboa, aos 18 de Março de 1591, fez-lhe a mercê de uma comenda na Ordem de Cristo, com a tença anual de 100\$000 réis⁽⁹⁾.

Em 3 de Julho de 1597, por apostila desta data, foi-lhe reconhecido o direito ao padrão de 128\$125 réis de juro por ano⁽¹⁰⁾, que herdara de sua tia D. Antónia de Teive, viúva de Francisco de Sousa, o *Bom*, que foi capitão de Dio, os quais fundaram o convento de clarissas da evocação da *Madre de Deus*, na sua «quintã» de Vinhó, termo de Gouveia, onde os ossos do piedoso casal foram inumados numa arca embutida na parede da capela-mor, do lado do Evangelho. Sobre esta arca funerária vê-se o brasão de armas dos *Sousas*, do Prado, e nesta ainda no ano de 1881, o notável investigador Abade de Miragaia, P.^o Pedro Augusto Ferreira, leu a seguinte inscrição: «ESTA SEPULTURA HE DE / FRANCISCO DE SOUSA E DE / SUA MULHER D. ANTONIA / DE TEYVE FUNDADORES / DESTA SANTA CASA. ELLE FALLECEO A 2 DE MAYO / DE 1578 E ELLA A / 17 DABRIL DE 1597⁽¹¹⁾».

No ano de 1601, o Contador-mor João de Teive, encontra-se assentado nos livros das moradias da Casa Real, com o foro de fidalgo-cavaleiro

(7) *Chancelaria de Filipe I*, liv. 1, fls. 107.

(8) *Loc. cit.*, liv. 15, fls. 405.

(9) *Loc. cit.*, liv. 22, fls. 137.

(10) *Chancelaria de Filipe II*, liv. 1, fls. 128.

(11) *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 12, pág. 1521.

e a moradia de 2\$000 réis por mês e 1 alqueire de cevada por dia⁽¹²⁾. É provável que nessa época vivesse na *Casa dos Bicos*, em Lisboa, onde se aboletariam seus primos D. Belchior de Teive e sua mulher D. Maria Telo de Gusmão que, sendo ali moradores, no ano de 1609 baptisaram uma filha na freguesia da Sé, cujo padrinho foi⁽¹³⁾.

D. Belchior de Teive, natural da Ilha da Madeira, formou-se em Leis na Universidade de Salamanca, onde ascendeu à cátedra, que regeu de 1581 a 1607, ano em que Filipe II o enviou a Portugal por superintendente da Fazenda e seu conselheiro de Estado. Em 8 de Junho de 1610, ainda se encontravam em Lisboa residindo, presumivelmente, na mesma histórica moradia, pois nesse dia, mês e ano, seu filho D. Gaspar era parainfo de um neófito, que na pia baptismal da Sé recebia o nome de Jácome, filho de Álvaro de Xeres e de sua mulher Maria Gomez, certamente castelhanos de nação⁽¹⁴⁾.

Por alvará datado de Valhadolide, aos 6 de Novembro de 1604, obteve João de Teive a mercê de poder renunciar o cargo de contador-mor, em seu filho Jerónimo de Teive⁽¹⁵⁾, mas só por sua morte. Este, porém, ainda em vida de seu pai, começou a servir tal cargo, conforme se colhe da carta régia datada de 25 de Fevereiro de 1616⁽¹⁶⁾.

Entretanto, João de Teive, atendendo «a sua ydade e yndisposições he estar muyto ympidido do ouvir», foi aposentado com o ordenado por inteiro — 200\$000 réis por ano — de conformidade com o alvará régio datado de Lisboa, aos 10 de Abril do supracitado ano⁽¹⁷⁾. Foi talvez depois desta data, que João de Teive se retirou para a quinta de Vale de Galegos «q̄ he hũa das mais gradiosas q̄ vi neste Reino», como assevera o Dr. Cristóvão Alão de Moraes, que serviu de juiz de Fora na vila de Torres Vedras, no

(12) *Hist. Genealog. da Casa Real — Provas*, 2.^a ed., tomo VI, parte II, pág. 376.

(13) *Registo da Freguesia da Sé*, vol. II, pág. 241.

(14) *Loc. cit.*, vol. II, pág. 252.

(15) *Chancelaria de Filipe II*, liv. 12, fls. 289.

(16) *Loc. cit.*, liv. 41, fls. 52.

(17) *Loc. cit.*, liv. 42, fls. 83.

triénio de 1662 a 1665 e foi eminente genealogista⁽¹⁸⁾; quinta em que o Contador-mor, segundo afirma em seu testamento, gastara 19 000 cruzados, soma para a época, na verdade, assás importante.

João de Teive, casou, provavelmente, antes do seu embarque para a Índia, isto é, à roda do ano de 1565, com D. Joana de Sousa, filha de António de Coimbra da Cunha, dos Coimbras do Bombarral, e de sua mulher Helena de Sousa, de quem houve os seguintes filhos:

1 — *António de Teive*, «que foi insensato» e sucedeu no vínculo de Vale de Galegos e na comenda de seu pai. Casou, sendo já velho, à sua vontade, com D. Isabel Coutinho, filha de João de Viveiros, sem geração. Esta senhora, sendo já viúva, ainda em 1656, assistia nesta quinta e era administradora do vínculo, como se vê de uma sua petição junta a uns autos, que estão no *Maço de papéis antigos e notáveis*, do cartório da Câmara Municipal de Torres Vedras;

2 — *Jerónimo de Teive*, que esteve na Jornada de Inglaterra, com a *Invincível Armada*. Foi contador-mor do Reino, por renúncia de seu pai, como já vimos, e comendador na Ordem de Cristo.

Morreu solteiro sem geração;

3 — *Manuel da Cunha*, que serviu nas armadas. Esteve, também, na Jornada de Inglaterra e foi governador de S. Jorge da Mina e comendador na Ordem de Cristo. Veio de lá, onde serviu cerca de 7 anos, «muito rico tanto de bens como de achaques», diz um genealogista.

Morreu solteiro, sem geração;

4 — *Francisco de Sousa de Teive*, que serviu na Índia, onde morreu em combate.

Sem geração;

5 — *João de Teive*, que nasceu na quinta do Vale de Galegos e

(18) *Pedatura Lusitana*, vol. I, pág. 302.

foi baptisado na igreja de S. Pedro de Torres Vedras, aos 22 de Dezembro de 1579, sendo padrinho seu tio-avô Vicente Trigueiros⁽¹⁹⁾. Foi clérigo e cónego prebendado na Sé de Lisboa, onde foi sepultado. Faleceu aos 28 de Agosto de 1638⁽²⁰⁾;

6— *D. Margarida de Sousa*, freira em Santa Clara de Évora;

7— *D. Helena de Sousa*, que nasceu na freguesia da Sé de Lisboa, onde foi baptisada, aos 28 de Setembro de 1584⁽²¹⁾. Freira em Santa Clara de Évora;

8— *Lourenço*, que nasceu na mesma freguesia, onde foi baptisado, aos 22 de Agosto de 1586, cujas circunstâncias pessoais ignoramos⁽²²⁾.

Recolhido João de Teive, cansado e quase surdo, à sua quinta de Vale de Galegos, ocupou-se exclusivamente da administração do seu opulento morgadio e das benfeitorias da senhorial mansão, transformando-a numa das mais belas do Reino, que mais de um século depois ainda causaria a admiração do erudito autor da *Pedatura Lusitana*.

Na segunda edição da monografia de Madeira Torres, *Descrição Historica e Economica da Villa e Termo de Torres Vedras*, publicada em 1861, dizem os seus ilustres anotadores, que sobre o portão desta quinta se encontrava o brasão dos *Teives*.

Desse passado de grandeza, já hoje nada resta, nem sequer esse heráldico símbolo de posse e nobreza. Ruínas. Só ruínas! *Sic transit gloria mundi*.

No Outono do ano de 1621, já com 76 anos de idade, João de Teive,

(19) Arquivo dos Registos Paroquiais — Concelho de Torres Vedras, freguesia de S. Pedro, liv. 1 de Mistos, fls. 12.

(20) *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, 2.^a ed., vol. VI, pág. 89.

(21) *Registo da Freguesia da Sé*, vol. I, págs. 248-249.

(22) *Loc. cit.*, vol. I, pág. 268.

presentindo, talvez, o fim próximo, «por sua mão e letra» fez testamento de seus bens e disposição de sua última vontade.

Documento assás curioso, revelando uma forte personalidade e um carácter íntegro, que não esquece os mais pequenos pormenores, que se fazem mister para na hora última morrer de bem com Deus e com os homens, é uma verdadeira autobiografia.

Poucas semanas antes da sua morte, de certo, já de cama, ainda o velho Contador-mor escrupulosamente se recorda de que está em falta com alguém e vá de ordenar um breve codicilo, agora escrito por mão amiga, visto que ele não o pode fazer.

Eis o testamento de João de Teive, fidalgo e comendador de Cristo, que na sua mocidade foi esforçado guerreiro e da idade madura até ao outono da vida, probo e dedicado servidor de seis monarcas; zeloso e honrado contador do erário:

«Em nome da santissima trindade padre filho e espirito santo tres pessoas e hum so deos uerdadeiro estando eu *João de Teiue* nesta minha quinta de ual de galego em noue dias do mes de setembro deste presente anno de mil e seis çentos e vinte e hum tendo satenta e seis annos de idade e estando saõ e em todo meu perfeito juizo e emtendimento que deos me deu ordeno pera descargo de minha alma meu testamento e ultima vontade da minha letra por mim asinado pela maneira seguinte: Primeiramente encomendo a minha alma ao padre eterno e lhe peso aia com ela mizericordia por todos os merisimentos de seu unigenito filho jesus xpo nosso snor por suas sacratissimas chagas morte e paixaõ e pela imtersesaõ da gloriozissima maria digo uirgem maria nosa senhora sua may minha particular aduogada como de todos os pecadores e asim pela imtersesaõ dos gloriozos saõ joaõ bautista e santo antonio de padua meus patronos e perpetuos interesses e dos gloriozos apostolos saõ bertolomeu e santo andré e do serafico padre saõ francisco e da glorioza uirgem e martere santa caterina aos quais santos todos e a meo anjo da guarda me encomendey sempre todos os dias de minha vida e espero na mizericordia deuina que intersedaõ por mim e seiaõ comiguo a ora de minha morte. A santa prouincia darabida me consedeu sepultura na sua caza de nosa snora dos anjos em que tenho feito carneiro para ser sepultado debaixo

do altar de santo antonio no qual se ade fazer hum Retabalo do ditto santo em que esteja seu Corpo de uulto o mais paresido que for posiuel ao que esta na sua caza da cidade de lisboa e na taboa se pintaraõ de olio os dous milagres do santissimo sacramento e da Resurreiçaõ do homem que não ma diguo declarou que o não matar a seu pay do gloriosissimo santo Antõnio porque a ditta caza de noso snor se uay fazendo de nouo e esta por cobrir não mando loguo fazer o ditto Retabalo e o farei se uiuer ao tempo que a ditta caza se acabe e se primeiro faleser a meus filhos pesso e emcarreguo muito o mandem fazer muito perfeito como lho mereso em amor e onrra da criasaõ que lhes dey e ser despeza obligatorea a onrra a que saõ obrigados e de pouca importansia por ser o dito Retabalo pequeno porem seja muito perfeito e tanto que deos for seruido leuar-me da uida presente meu corpo sera enterrado na dita sepultura e o enterro sera com a desencia que pera digo pareser a minha moïher e a meus filhos que se acharem presentes a Respeito de suas possibilidades e eu o não declaro e ordeno particularmente por uiuer neste monte e pertender morrer nele aonde se ade acomodar tudo o que a terra da de si e não sendo a ygreija acabada ao tempo de meu falesimento serei sepultado na ygreija uelha por depozito pera serem meus osos mudados a ditta minha sepultura. Meu corpo se enterrara vistido no abito da ditta prouincia de que sou irmaõ e em cima o manto da ordem de noso snor jhus xpo de que sou comendador; falesendo nesta minha quinta se chamara a irmandade de santa mizericordia da villa de Torres uedras de que sou irmaõ e a sua tumba pera ser nela leuado meu corpo a sepultura e se pedira aos senhores prouedor e irmaõs uzem comigo esta caridade de mizericordia que lhes pesso e se lhes daraõ de esmola oito mil res e assim se chamara o conuento de santo Antonio de uaratojo pera acompanhar meu corpo e se lhes dara outros oito mil res de esmola e porque sou irmaõ da ordem e seu bemfeitor confio que me faraõ esta caridade e no dito mosteiro se diraõ tres offiços de uespera e tres nocturnos e tres missas cantadas nelles e se diraõ mais nos dias em que se disserem o ditos tres offiços todas as misas dos saserdotes do dito conuento e seraõ todas as chagas sacratissimas de noso snor jhus xpo com Resposos pera que peloç infinitos merçiamentos delas e intolerantes dores que padesseo ajaõ mizericordia com

a minha alma e estes tres offiços se dirão nas tres semanas seguintes depois do meu enterro sem se esperar mes nem ano como se jeralmente costuma e se pagara aos padres pelos ditos tres offiços e missas a esmola Custumada antes mais que menos afora a sera nesaria que parecer a minha molher e a meus filhos que se acharem ao tal tempo presentes e se acazo faleser em lisboa se dirão os dittos tres offiços e missas no conuento de saõ francisco da dita sidade ou no de enxobregas ou no de jhus e assim se dirão mais por minha alma trinta e tres missas Rezadas a onrra e louuor dos annos que noso snor jhus xpo andou neste mundo em Carne pela saluasaõ humana e assim mais se dirão sesenta e tres misas Rezadas em louuor dos annos da glorioza virgem nosa diguo maria nosa snora e no conuento de saõ dominigos da sidade de lisboa se dirão na Capela de nosa snora do Rozario noue misas cantadas e ao gloriozo saõ joaõ bautista se dira huma missa Cantada e outra taõbem Cantada a santa caterina de monte sinay e ao gloriozo padre santo antonio de padua se dirão na sua Caza de lisboa doze misas Rezadas e huma cantada; todas estas misas que mando dizer por minha alma se dirão o mais breue que for posiuel e ao padre eterno peso Reseba estes sacrificiõs por minha alma em penitência de meus muitos pecados. Eu cazei por dote e arras como se uera da escretura do ditto dotte o qual se uinculou ao meu morgado Como se nelle declara com obrigaçã de empregar Catorze mil cruzados que me foraõ dotados em dinheiro e bens de Raiz pera effeito do ditto uinculo como tudo Constará da dita escretura e instituiçã do ditto morgado e os bens que comprey do ditto dinheiro pera effeito do ditto uinculo saõ os seguintes = hum Casal na sesteiria outro Casal que se chama o moinho do Rato outro Casal na morteira outro Casal no barro a feira de saõtiago na villa de Torres uedras e humas cazas na dita villa e huma vinha junto a ela e hum pedaso de oliual e todos estes ditos bens me custaraõ seis mil cruzados como se uera pela escretura de Compra delles. Comprei mais o cazal do arneiro e o cazal da cheira e o cazal do uale que me custaraõ sete mil e setecentos e sincoenta cruzados e asi faltaõ pera empregar pera cumprimento dos dittos catorze mil cruzados duzentos e sincoenta cruzados somente que se poderaõ empregar dos moueis que ouuer e todos estes bens dotais estaõ no termo da ditta villa de Torres uedras e como eu

Cazei ha mais de sincoenta anos digo sincoenta e sinco annos pre-sede em tempo este dote de *Dona Joana de Sousa* minha molher e todas as diuidas que eu fiz depois de Cazar e pelas escreturas das Compras de todos estes dittos bens se achara serem feitas antes de fazer a diuidas que ao prezente tenho como paresera pellos conhe-simentos que fis as pessoas que me emprestaraõ dinheiro e tudo isto me pareseo declarar pera que o saibaõ as pessoas a que deuo e pera dezembaraso de meus erdeiros inteirada *dona Joana* minha molher deste seu dote lhe pertensem em sua uida os fruitos d'elle e naõ ao erdeiro de meu morgado porque por sua morte se ade auincular o ditto dotte a elle conforme ao compromisso. Eu tenho muitas diuidas que fis na muita continuação da Corte e em ir duas uezes a de Castela e na criação de meus filhos em jornadas do mar de muita despeza das armadas da Costa e da India e em meter filhas freiras pera o que naõ bastaua meu patrimonio mas naõ fis as dittas diuidas pera eisesos e uendo que as naõ posso pagar me peza muito e peso as pessoas a quem deuo que me perdoem pello amor de deos e naõ queiraõ molestar injustamente minha molher e meus erdeiros pois não podem ser pagos dos bens que tenho sendo todos de morgado e particularmente peso isto a *Eitor Mendes de Britto* de quem sempre fuy muy particular amigo e o siruy em tudo o que me foi posiuel e o mesmo peso a *Manoel Gomes deluas* a que taõbem sou deuedor mas sempre me achou prompto a seu beneficio como elle confesara dandolhe deos saude e as mais diuidas menores uou pagando quanto poso depois que me Retirey e irei pagando emquanto uiuier. E por todos os dittos bens que tenho serem de morgado e obrigados a tantas diuidas naõ me he posiuel em consciencia fazer doasaõ alguma a *dona Joana* minha molher como dezejo e como ella tem merisido e se deue a sua onra e uertude e ella tem em sua uida os frutos do seu dotte como atras fica ditto e a terça parte da Comenda de meu filho *Jeronimo de Teiue* porque com ese encargo lhe foy dada e tem mais sem mil res do meu ordenado por minha morte em sua uida per huma prouizaõ que se achara nos meus papeis; o meu prazo do emfesto dei a meu filho *Jeronimo de Teiue* tendo Respeito a naõ ter bens alguns de Raiz nem Renda bastante pera se manter em Corte com o Cargo que tem e tendo elle ja emprazamento e posse Reuoguo

e ei por nula qualquer escretura que aja feita tocante ao ditto prazo por ser esta a minha ultima uontade; a minha uiagem da China trespasei por escretura ao ditto meu filho contardor-mor pelo mesmo fundamento de ser pobre de que não deuem Reseber escandalo meu filho mais uelho por ser morgado e ter com que pasar a uida posto que estreitamente nem meu filho *Manoel da Cunha* pois esta em grasa de ser mais Riquo que todos e espero que o seja e uenha com prosperidade porem com tal emcarguo lhe trespasei a dita viagem que não fique eu obrigado nem minha molher nem os mais filhos nem nosos bens em couza alguma por Resaõ della porque o ditto *Jeronimo de Teiue* do prosedido da dita viagem pagara as diuidas a que ella esta obrigada e pera efeito que se consedeo como se uera pela escretura porque lha trespasey e pela patente dela e sobre sua consciencia descarego a minha de todo nesta parte porque desta maneira lha concedi e não doutra. O conde de Santa crus dom francisco Mascarenhas ouue huma sentença no juizo do siuel contra minha may que deos aja e seus filhos sendo ao tal tempo menores e sendo a aução fundada em escritos que meu pay que seia em gloria lhe pasou na India os quais não colhi em cauza liquida como por ele se uera e he notoreo que ele tornou depois a gouernar a India e nela cobrou as ditas diuidas de que lhe meu pay pasara os escritos e lhos não pode cobrar aduirto ao erdeiro de meu morgado que esta semtemça he nula e de nenhum effeito por ser dada a sincoenta annos ou mais e não valem tanto tempo as semtemças do ditto juizo conforme a ordenasam alem de não serem sittados os menores todos os seu tutores e curadores e os mosteiros em que eraõ frades e freiras profesos como deueraõ ser conforme o direito alem do que todos os bens auinculados em morgado sendo elle antes primeiro instetuido que as diuidas não podem ser eixecutados nem a uiagem da China por tal sentença nula e totalmente imperfeita e sem fundamento e esta aduertencia faço para serem meus filhos informados de que nesta materia posa não sendo meu intento contradizer o paguamento das diuidas que verdadeiramente se deuerem mas que se não pague o que se não deue. Eu tenho seruido a seis Reis deste Reino dom Joaõ o treseiro dom Sebastião dom Enrique dom Felipe primeiro e o segundo e o terseiro e fui do conselho dos tres ultimos felipes em jornadas de mar da milicia com

muita despeza e Corenta annos de menistro em Carguos de muita confiança e em muitas jornadas a Corte de Castela e pelo Reino a asentar as alfandegas dos portos secos dantre anbas as coroas materia de muita sustança e utilidade a fazenda de sua magestade; e serui em muitas comissoins eistraordinarias de muita confiança e nas juntas que ouue neste Reino e ante os uizo Reis dele seis annos e com os menistros Castelhanos que a este Reino uierão diuersas uezes e portantos e taõ Continuos seruisos naõ alcansei de suas magestades as merçes que por eles meresia a Respeito dos que nos mesmos tempos alcançaraõ outros menistros sendo me muito inferiores noz seruisos e sendo apozentado por minha muita idade foi em tempo que se fecharaõ as portas da clemensia e libaralidade antes praticada Contudo vendome no ultimo da uida e quam breuemente eide dar estreita conta a deos noso snor de tudo o que fis e deixei de fazer per negligença e descuido ou omisaõ ordeno e mando a meus erdeiros que nenhuma merse pesaõ mais a sua magestade por todos os dittos seruisos porque asim fique sem escrupulo algum de naõ obrar neles taõ perfeitamente como era obriguado e de qualquer Culpa que pudese ter que eu satisfizera perfeitamente se me fora posiuel e da que ouuer peso a sua magestade perdaõ por amor de deos e por algum Religiozo se lhe aprezenste este Capitulo e verba de testamento e petiçaõ pera alcanzar a Resposta que se deue e espera de sua cristandade que podera ser de utilidade a minha alma. As pessoas a que deuo dinheiro tem meus asinados per que constara das ditas diuidas e das que tiuer *Eitor Mendes de Brito* se ande abater duas partidas huma de seisçentos e corenta e tantos mil res de que se achara conhesimento em meus papeis a qual contia Resebeo pera pagamento das letras da coadjotoria *de meu filho Joaõ de Teiue coneguo* e outra de duzentos mil res de que outrosim tenho conhesimento seu e as de que naõ ha escritos meus declaro por este testamento e declararei mais as que me forem lembrando por escritos de fora da minha letra a que se dara taõ inteiro credito como a ele. Aos erdeiros de Duarte Uas Trigueiros deuo trezentos e sesenta mil res por que uinte pagey a sua filha *Serafina Emriques* a conta desta diuida como paresera de dous escritos da dita senhora a quem deue pertenser a metade da dita diuida; aos erdeiros de *D. Diogo de Teiue* meu primo com irmaõ deuo oito centos mil

res de dinheiro que cobrei seu e lhe não pagei nem pude pagar ate esta ora em que faço este testamento; a *João Lemercier* mercador alemão deuo cento e oitenta mil res que me emprestou e não tem escrito meu a *Luis datouguia* deuo sem mil res do Resto dos quatro mil cruzados a que me obriguei quando cazou com a snora *dona Izabel Coutinho* minha sobrinha e ao paguamento destas diuidas e das mais que ouuer por meus asinados não posso obrigar pagamento certo sendo todos meus bens de uinculo e morgado porem a meus erdeiros e testamenteiros Rogo e encomendo muito e obrigo quanto posso pera as fazerem pagar. de tudo o que em mim digo me a mim pertencer per qualquer uia que seja pera descargo de minha alma e alguns filhos pagaraõ as diuidas de seus pais sendolhe eles menos obrigados do que me saõ os meus na boa e larga criasaõ que lhes dey em que gastei muito mais dinheiro do que deuo. A todos os criados que me siruiraõ e não estam ao prezente em minha Caza e os mais estam cazados tenho satisfeito seus seruiços e em minha consiencia lhe não sou em obrigação alguma porem encomendo muito a todos meus filhos que os onrem e fauoresaõ em quantto lhes for posiuel porque me seruiraõ com muito amor e fedilidade e aos erdeiros de *Saluador Pereira* se paguem seus seruisos a tempo que me seruiu de pagem e quanto as criadas de *Dona Joana* minha molher a ela encomendo muito o emcarguo as satisfaça como quem he e lhe elas tem meresido e a meus filhos emcomendo muito e lhes Rogo e pesso as ajudem e fauoresaõ e onrrem quanto lhes for posiuel por onra de seus pais que tanto gastaraõ com elles e *Pero Coelho* e sua molher saõ hos mais Antigos criados que tenho Aos quais sou em muita obrigação por seus bons servisos pertendo cazar sua filha *Maria Coelha* pera em partte a satisfaçaõ delles e espero de o efetuar antes que deos me leue e se o não puder fazer satisfassaõ se a sua may e pelos seus seruiços primeiro que as diuidas que deuo e a *Pero Coelho* tenho ajudado muito em quanto pude e assim se lhe deue menos que a sua molher e filha. Faço e ordeno meus testamenteiros a *dona Joana de Sousa* minha molher e todos meus filhos que saõ uiuos ao prezente e lhe Rogo e peso muito aseitem com boa uontade este emcarguo pera descarguo de minha alma porem ao que for mais deuo'to das almas do purgatoreo me emcomendo mais particularmente e muita confiança

tenho em todos como merecem seus prosedimentos e a *Dona Joana* minha mlher encomendo e peso faça por minha alma o que lhe ui fazer por muitas com que tinha menos Razaõ conforme a sua grande caridade e cristandade. A meus filhos naõ tenho que lhes poder deixar porque acabo a uida prouissimo por despender em os sustentar onradamente muito mais do que pude emcomendolhe muito acompanhem e asistaõ particularmente a sua may pela muita nesicidade que disso tem por sua muita idade e fraqueza e ella lhes merese muito em grande amor que lhes sempre teue e sobretudo lhes encomendo muito a pax pera que sem contenda acabem a uida como conuem a Alma e a honrra pera que asim ajaõ a bensaõ de deos e a minha e por aquy ei por acabado este meu testamento e ultima uontade e mando que a ele se dey imteira ffe e credito e que outro nenhum feito antes ualha e que este somente se cumpra e aja por firme e ualiozo. No ditto dia noue do mes de setembro do anno de mil e seisçentos e uinte e hum annos. Joaõ de Teiue.»

Este testamento foi aprovado por António dos Rios, público tabelião de notas na vila de Torres Vedras, que para o efeito se deslocou à quinta de Vale de Galegos, aos 13 de Outubro de 1621, sendo testemunhas presentes Pêro Coelho e seu filho Lourenço Coelho, Belchior de Oliveira, António Furtado, Manuel Gomes e João da Costa, todos da casa do Contador-mor, e Silvestre Ferreira, pedreiro, morador no vizinho lugar do Cadouço.

Em 3 de Junho de 1622, João de Teive, já próximo do fim da sua trabalhosa vida, ordenou um codicilo, pelo qual declarou que nas benfeitorias da dita quinta, cabeça de morgado instituído por seu pai, gastara 19.000 cruzados e «porque tenho mandado a Manoel Gomes Pereira meu criado que paguasse des mil res a hum mansebo pequeno de corpo e magro que se agazalhava em Caza de dom Carlos de Noronha declaro e mando que com effeito se lhe pague por descarguo de minha alma e por que ho homem naõ perca o seu».

Tal codicilo foi escrito por Fr. Manuel de Abrantes, religioso pregador da Ordem dos Capuchos, do vizinho convento do Barro e aprovado naquele mesmo dia pelo citado tabelião.

Finalmente, no primeiro dia do Verão daquele ano de 1622, no grande solar de Vale de Galegos, de que ele tanto cuidara, rodeado de sua desvelada

mulher D. Joana de Sousa, de alguns dos seus filhos, do irmão, cónego prebendado da Sé de Lisboa, do seu confessor Fr. Manuel de Abrantes e de todos os seus familiares, o Contador-mor João de Teive, entregava cristãmente a alma a Deus.

O seu testamento e respectivo codicilo foram abertos no dia seguinte, 22 de Junho, pelo Doutor António Pereira de Sousa, Juiz de Fora em Torres Vedras, a quem haviam sido apresentados pelo referido Fr. Manuel de Abrantes e pelo irmão Cónego Diogo de Teive e lançados seguidamente, nas notas do tabelião António dos Rios, mediante despacho do mesmo juiz.

Do livro de notas relativo ao período de 14 de Maio a 22 de Setembro do ano de 1622, do tabelião citado, cujo cartório se encontra, desde 22 de Abril de 1950, por diligência nossa, incorporado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fizemos há muitos anos a sua cópia integral.



A viúva D. Joana de Sousa e os filhos, deram fiel cumprimento aos desejos de João de Teive e, assim, o nosso Contador-mor foi sepultado no seu carneiro da igreja do convento de religiosos arrábidos, denominado do Barro, que tomou do lugar que lhe fica próximo, a pouco mais de 2 quilómetros a Sul de Torres Vedras, fundado em 1570 pela Infanta D. Maria, filha de el-Rei D. Manuel e donatária daquela vila.

Deste convento, dedicado a Nossa Senhora dos Anjos, de que era sobremaneira devota a dita Infanta, trata desenvolvidamente Fr. António da Piedade no *Espelho de Penitentes, e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida da regular, e mais estreita observancia da Ordem do Serafico Patriarcha S. Francisco no Instituto Capucho*, impresso em Lisboa, no ano de 1728, parte I, livro III, cap. 38.

Os primeiros padroeiros deste convento, foram João Mendes de Oliveira e sua mulher D. Brites de Vilhena, senhores da quinta da Patameira, também do termo de Torres Vedras.

Expulsas as ordens religiosas e extintos os conventos, no ano de 1834, o Estado apossou-se dos seus bens que, na maioria dos casos, foram vendidos

em hasta pública. Assim sucedeu a este do Barro, que foi arrematado por um particular.

No ano de 1857, porém, o 2.º Marquês de Valada, D. José de Meneses da Silveira, adquiriu-o ao primeiro comprador, pela muita afeição que tinha a esta santa casa e por ser descendente dos primitivos padroeiros, com a intenção de abrir de novo a igreja ao culto divino e de restituir a preciosa imagem de Nossa Senhora dos Anjos ao seu altar, a qual se guardava então na igreja de S. Pedro da vila de Torres Vedras, para onde fora transferida piedosamente após a extinção do convento.

Depois de feitas as reparações mais urgentes, tanto na igreja, como no resto do edificio, o Marquês de Valada vendeu este ao P.º Carlos Rade-maker, S. J., para nele ser instalado um colégio de órfãos, à semelhança do de Campolide.

O P.º António da Costa Cordeiro, S. J., publicou em 1910, um elegante volume — *Jubileu do Collegio do Barro* — 1860-1910, impresso em Braga, para o qual remetemos o curioso que deseje tomar mais amplo conhecimento do que sucintamente acabamos de relatar.

Após o advento do novo regime, expulsas de novo as ordens religiosas e mais uma vez expropriados os seus bens, foi o edificio entregue à *Assistência Pública*, sendo nele instalado um asilo de velhos a que deram o nome de *Elias Garcia*, que foi grão-mestre da Maçonaria. Nessa altura a igreja foi despojada jacobinamente de tudo quanto tinha carácter religioso e a capela-mor transformada em oficina de carpintaria, além de outros vandalismos que ali se praticaram.

Mais tarde, foram instalados ali, sucessivamente, um internato de mulheres que chegou a ter cerca de quinhentas delinquentes e um recolhimento de recuperação de menores, entregue às *Irmãs do Bom Pastor*.

Actualmente, depois de grandes e dispendiosas obras de beneficiação e adaptação, o velho convento dos capuchos, está transformado num dos melhores sanatórios do *Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos*.

No que foi a antiga igreja, na parede do arco cruzeiro, do lado do Evangelho, ainda hoje se lê a seguinte inscrição em caracteres romanos geminados, gravados em uma lápida de mármore rosa:

D. O. M.

DEBAIXO.DO.ALTAR.DE.S^{to}. ANTONIO. IAS.
SEPVLTADO. IOÃ. DE. TEIVE. CONTA
DOR. MOR. QUE. FOI. DESTES. REINOS
TRINTA. E. SEIS. ANOS. E. SERVIO. MAIS
EM. DIFERENTES. IORNADAS. DE. MAR
DE. IMPORTANSIA. E. EM. M^{tas}. OCAZIOES.E
NEG^{os}. DE. GRANDE. CONFIANSIA. AOS. REIS
DOM. IOÃ.O.3^o. DOM.SEBASTIAÕ. DOM
HENRIQVE.DOM.PHELIPE.PR^o. E. AO. 2^o.
E. 3^o. DESTE. NOME. SENDO. DO. CONSS^o DES
TES. 3. VLTIMOS. NA.MESMA. SEPVLTURA
IAS. DONA. IOANA. DE. SOVZA. SVA. MOLHER
R. I. P.

Sobre esta lápida encontra-se outra com o brasão de armas dos Teives e Maias, que assim se descreve: escudo esquartelado; *o primeiro* também esquartelado, o primeiro com seis arruelas em duas palas, o segundo com três arminhos em faixa; *o segundo* com uma águia estendida; e assim os contrários; elmo aberto com paquife ladeando o escudo, e por timbre um leopardo descansando uma das garras no paquife.

Semelhantes armas, com indicação de esmaltes e cores, foram concedidas, por carta datada de Évora, aos 23 de Setembro de 1534, a Gaspar de Teive⁽²³⁾. Este fidalgo foi contador da casa da Rainha D. Catarina e estribeiro-mor da Rainha D. Joana, mulher de D. Filipe II, e por sua morte o foi da Princesa D. Joana, mãe do nosso desventurado Rei D. Sebastião, com a qual voltou para Madrid, onde morreu.

Como nota final, diremos que Gaspar de Teive, era irmão de António de Teive, pai do nosso contador-mor, filhos, ambos de Diogo de Teive «que fez assento no logar da Ribeira Brava, onde foi muito afazendado, e ahi fez um bom morgado com Provisão d'El-Rei D. João III no ano

(23) *Chancelaria de D. João III*, liv. 20, fls. 173.



Interior da capela-mor da igreja do Convento do Barro

de 1531» e de sua mulher Catarina Rodrigues Cardoso, segundo informa o reputado genealogista Henrique Henriques de Noronha no seu *Nobiliário Genealógico das Famílias que passarão à Ilha da Madeira...*, ms. existente, por cópia feita no ano de 1844, na Biblioteca Municipal do Funchal.

Deste «Nobiliário», existe uma edição em 3 volumes, impressa em S. Paulo (Brasil), mandada publicar por recópia feita em 1947, pela *Federação dos Institutos Genealógicos Latinos*, sob a direcção do Coronel Salvador de Moya.

Quando em Junho de 1957, tivemos ocasião de visitar a célebre *Pérola do Atlântico*, consultámos a cópia do precioso manuscrito e por amável indicação de um zeloso funcionário da referida Biblioteca, adquirimos na *Livraria Figueira*, da rua dos Ferreiros, daquela cidade, um exemplar da edição de S. Paulo (1948).

Parece, no entanto, que o copista nem sempre respeitou o texto do manuscrito existente na Biblioteca Municipal do Funchal, pelo que a edição brasileira deve ser consultada com as devidas cautelas.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa, existe, também, uma cópia deste «Nobiliário», mas muito mais antiga: são os códices 1324 a 1325 do *Fundo Geral*.

E aqui damos por terminadas, estas mal alinhavadas notas à margem do testamento do Contador-mor João de Teive.

COLOCAÇÃO DAS ESTAMPAS

	Pag.
Figura 1 — Carta arqueológica da região de Sesimbra	42-43
Figura 2 — Alcachofras	42-43
Estampa I — Quatro moedas árabes encontradas na Lapa do Fumo	42-43
Estampa II — Fotografia aérea (vertical) do castelo de Sesimbra ...	42-43
Estampa III — Cerâmica proto-histórica da Lapa do Fumo — Re- constituições	42-43
Estampa IV — Peças de osso e de calcáreo	42-43
Setúbal. Vista parcial da cidade	48-49
Praça do Bocage	48-49
Setúbal. Vista parcial do castelo e da cidade	48-49
Antigo forte do Outão	48-49
Figura 1 — Utensílios de xisto anfibólico	86-87
Figura 2 — Utensílios de sílex	86-87
Figura 3 — Utensílios de osso	86-87
Figura 4 — Vasos de barro	86-87
Figura 5 — Utensílios de metal	88-89
Figura 6 — Utensílios de metal	88-89
Figura 7 — Placa de xisto da Gruta do Cabeço da Ministra	88-89
Figura 8 — Inscrição latina proveniente de Alfeizerão	88-89
Casa na Rua do Bartissol, onde funcionou a Sociedade Arqueo- lógica Lusitana, em Setúbal	120-121
Prière faites par les juifs portugais de Bordeaux	150-151
O Convento do Barro visto do lado sudeste	192-193
Interior da capela-mor da igreja do Convento do Barro	208-209

CONTEÚDO DAS PÁGINAS

ESTE VOLUME FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NA EDITORA GRÁFICA PORTUGUESA, LDA.,
RUA NOVA DO LOUREIRO, 26, LISBOA,
E TERMINOU AOS 31 DE DEZEMBRO DE 1962